

EDUARDO RODRIGUES DE MORAES

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL DE NÍVEL BÁSICO NA CONSTRUÇÃO CIVIL:  
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista, no Curso Organização do Trabalho Pedagógico, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Gracialino Silva Dias

CURITIBA

2005

À todos aqueles que buscam a  
qualificação profissional na esperança  
de, através de um possível futuro  
emprego, serem reconhecidos por  
uma sociedade que os exclui e ignora.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, à minha esposa Gislaine e a minha filha Gabriela, pelo tempo em que tive que abrir mão da preciosa presença das duas em minha vida para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, Braz e Angelina, por demonstrarem orgulho nos passos ousados e as vezes imprecisos, porém determinados, de seu filho.

Aos meus sogros, Elza e Antônio, meus novos pais, por todo o incentivo e carinho que expressam por mim e por minha família e, também, pelo apoio dado à mim e à minha esposa ao longo do ano em que este trabalho foi produzido.

Ao pessoal do SENAI e da Associação dos Moradores do Jardim Independência por toda a atenção dispensada.

Ao meu orientador, Gracialino, por toda ajuda antes e durante a realização da pesquisa e como guia primeiro de uma carreira que se inicia.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....  | iii |
| <b>LISTA DE TABELAS</b> .....  | iv  |
| <b>RESUMO</b> .....  | v   |
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 1   |
| <b>CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....  | 7   |
| <b>CAPÍTULO II - METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....   | 13  |
| <b>CAPÍTULO III - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO<br/>PROFISSIONAL NO BRASIL</b> .....   | 18  |
| <b>CAPÍTULO IV - O SENAI-PR</b> .....  | 30  |
| <b>CAPÍTULO V - O UNIVERSO PESQUISADO E A SUA REALIDADE<br/>CIRCUNDANTE: O CURSO DE AUXILIAR DE PEDREIRO E A FALA<br/>DOS SUJEITOS</b> ..... | 42  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 56  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 59  |
| <b>ANEXOS</b>  |     |
| <b>1. PLANOS DE AULA DO CURSO</b> .....  | 63  |
| <b>2. ENTREVISTAS</b> .....  | 70  |
| <b>3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE</b> .....  | 109 |
| <b>4. DEMAIS ANEXOS</b> .....  | 119 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |   |
|------------|---|
| AMORJ      | - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM INDEPENDÊNCIA                          |
| CBAI       | - COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO INDUSTRIAL                      |
| CEFET      | - Centro Federal de Educação Tecnológica                                    |
| CEPAL      | - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE                         |
| CFESP      | - CENTRO FERROVIÁRIO DE ENSINO E SELEÇÃO PROFISSIONAL                       |
| CIETEP     | - CENTRO INTEGRADO DOS EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DO PARANÁ |
| CLT        | - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO   |
| CNI        | - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA  |
| DN         | - DIREÇÃO NACIONAL  |
| DR         | - DIREÇÃO REGIONAL  |
| FECOMAC-PR | - FEDERAÇÃO DOS COMERCIANTES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ  |
| FIEP       | - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ                              |
| IDORT      | - INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO                             |
| IEP        | - INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ   |
| LDB        | - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL                            |
| MEC        | - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  |
| MTB        | - MINISTÉRIO DO TRABALHO  |
| PAM        | - PROGRAMA DE AÇÕES MÓVEIS  |
| PIB        | - PRODUTO INTERNO BRUTO   |
| PIPMO      | - PROGRAMA INTENSIVO DE PREPARAÇÃO DE MÃO DE OBRA                           |
| PLANFOR    | - PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR                             |
| PNE        | - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  |
| PR         | - ESTADO DO PARANÁ  |
| PROEP      | - PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL                             |
| SEMTEC     | - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA DO MEC                         |
| SENAC      | - SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO  |
| SENAI      | - SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA   |
| SINDUSCON  | - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PARANÁ            |
| TWI        | - <i>TRAINING WITHIN THE INDUSTRY</i>                                       |
| UE         | - UNIDADE DE ENSINO   |
| USAID      | - <i>U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT</i>                          |

## **LISTA DE TABELAS**

|   |    |
|---|----|
| TABELA 1. CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUANTO AO PORTE.....                  | 32 |
| TABELA 2. NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI.....     | 33 |
| TABELA 3. CURSOS OFERTADOS PELO SENAI-PR NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL..... | 43 |
| TABELA 4. RESUMO DOS DADOS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS NA AMORJ .....        | 52 |

## RESUMO

Esta monografia trata de uma investigação realizada em um curso de Educação Profissional de nível básico direcionado à moradores de uma vila com habitantes de baixo poder aquisitivo na Cidade de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba durante o segundo semestre do ano de 2004. O curso fora oferecido através de uma parceria entre a associação dos moradores da vila, o SENAI-PR e outras instituições como o Rotary, Sinduscon, FECOMAC e Votorantim. Busca-se a partir dos dados da pesquisa responder aos seguintes problemas: Que formação tem sido oferecida à estes cidadãos? Qual a origem de tais iniciativas? Qual o resultado percebido por estes brasileiros quanto o curso? É contemplada a realização de uma investigação de forma a delinear como se dá organização do trabalho pedagógico na educação profissional de nível básico voltada para o trabalho na construção civil na cidade de Curitiba. A monografia apresenta cinco capítulos, sendo o primeiro referente a uma síntese das formulações teóricas que dão base à análise realizada. O segundo expõe a metodologia empregada na pesquisa. O terceiro apresenta uma síntese histórica da Educação Profissional brasileira ao longo do século XX. No quarto capítulo é apresentado o SENAI-PR, seu histórico e os documentos que servem de referência para a constituição do curso estudado. No último capítulo a análise da pesquisa enfoca o *locus* de realização da mesma, os atores envolvidos e suas falas. Após estes capítulos são realizadas as considerações finais. Por fim são anexadas as transcrições das entrevistas, a legislação pertinente e o plano de aula do curso estudado.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Profissional; Qualificação; Trabalho

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou a Educação Profissional de nível básico (formação inicial e continuada de trabalhadores)<sup>1</sup> em um curso direcionado ao setor da Construção Civil. A sua ênfase recai sobre a categoria ocupacional dos pedreiros, realizada na Região Metropolitana de Curitiba no segundo semestre do ano de 2004. Privilegiou-se o exame deste objeto no âmbito das mudanças expressas pelas relações de produção, cujas características registram o aumento do desemprego, do subemprego e da precarização das relações de trabalho.

O desenvolvimento do estudo buscou responder as seguintes questões: Que formação tem sido oferecida a estes trabalhadores? Qual a origem de tais iniciativas de formação profissional? Qual o resultado percebido por estes trabalhadores durante a sua formação?

A análise dessas problemáticas leva em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, as quais possuem impacto direto sobre a formação dos trabalhadores em todos os setores produtivos de nossa economia. O macrossetor da construção civil não se encontra a parte destas transformações, contudo, ainda que a reestruturação produtiva não tenha alcançado neste setor a mesma intensidade, forma e velocidade em relação às demais indústrias, possui as suas especificidades. Segundo KUPFER, 2004, no período entre 1990 e 2001, mais de 757 mil empregos foram eliminados na construção civil a partir de inovações tecnológicas. E FERNANDES, 2004, em reportagem da Folha de São Paulo, nos relata que:

Para construir um conjunto de três prédios residenciais, com 20 andares cada, eram necessários 1.050 trabalhadores e 36 meses, afirma Antonio Sousa Ramalho, presidente do Sintracon (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo). O mesmo empreendimento utiliza hoje 350 homens e leva 18 meses para ser erguido. (FERNANDES, 2004)

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi desenvolvido no período do anúncio do Decreto 5.154/2004, envolvendo a mudança terminológica ocorrida neste nível e modalidade educacional. Por este motivo, ambos os termos, nível básico (ref. ao 2.208/97) e formação inicial e continuada (ref. ao 5.154/04), são utilizados.

A análise aqui apresentada, relativa ao desenvolvimento de um curso profissionalizante no referido setor, tem por objetivo relatar a formatação em termos político-educacionais e qualitativos da organização do trabalho pedagógico na educação profissional de nível básico nos parâmetros legais e condições materiais vigentes neste início do século XXI.

Na Região Metropolitana da Grande Curitiba a indústria da construção civil é um setor de extrema importância em termos de geração e oferta de empregos. Em dezembro de 2003 representava 8,3% da contratação total de força de trabalho<sup>2</sup> de toda a capital e municípios vizinhos, ocupando, dessa forma, um papel importante em todo o mercado de trabalho desta região. Porém, cerca de metade destes trabalhadores encontram-se na informalidade e, portanto, desprovidos de todo amparo legal e social que uma contratação formal poderia lhes fornecer. Com isso, torna-se difícil até mesmo a realização de programas públicos voltados ao setor, uma vez que estes se baseiam em números fornecidos a partir de dados referentes às contratações formais. Além disso, a ocorrência de problemas de ordem social, relacionados com alcoolismo e desestruturação familiar, tendem a ser uma constante na vida de trabalhadores deste segmento, sobretudo devido aos aspectos muitas vezes insalubres e nada gratificantes da profissão exercida, aliados a fatores econômicos (baixa remuneração), psicossociais (falta de reconhecimento da importância de seu trabalho) e de falta de segurança no trabalho (andaimas mal-construídos, empregadores despreocupados com relação ao fornecimento de equipamentos adequados de segurança, falta de instrução para uso do equipamento quando este se encontra presente), interferindo de forma direta na queda dos padrões de qualidade de vida destas pessoas.

Em 2001, o macrossetor da construção representava 19,26% do PIB do país<sup>3</sup>, o que demonstra a sua importância e seu impacto na economia brasileira deste início

---

<sup>2</sup> Números relativos à Pesquisa Mensal de Emprego Iparde/IBGE no período de dezembro de 2002 a dezembro de 2003. A última Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC) disponibilizada pelo IBGE até o momento da redação desta introdução (dezembro/2004) era relativa ao ano de 2002.

<sup>3</sup> Conforme trabalho de pesquisa realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia – IBRE da Fundação Getúlio Vargas – FGV intitulado “Macro-setor da Construção 2001”

de século. Impacto este que acontece de uma forma muito mais ampla do que pode ser diretamente visualizada por seus produtos imediatos, as construções prediais, estabelecendo uma série de relações com os diversos outros setores econômicos, criando uma teia de relações que alcança praticamente todos os demais setores produtivos, comerciais e financeiros. A imprescindível dinamização deste setor, que necessita de investimentos corretamente aplicados, voltados para uma maior profissionalização e valorização de sua categoria de base, pode oferecer uma contribuição de significativa importância ao desenvolvimento social do país.

No decorrer da história das relações de trabalho dentro do capitalismo, o capital acabou por subsumir o conjunto destas relações, subordinando o trabalho ao capital. Sua necessidade de reprodução amparada na extração de mais-valia da força de trabalho urbana e rural se apóia no detrimento da valorização dos aspectos sócio-humanísticos da produção e na limitação, ou até mesmo negação, do preparo científico daqueles que vivem do trabalho. Na construção civil, o poder é concentrado na mão de empreiteiros, pelo acúmulo do capital, e de engenheiros, pelo concentração do saber científico especializado. A indústria da construção civil, inserida neste contexto histórico de contradição, tem em seus trabalhadores de nível básico, que não dominam o saber teórico sobre o processo produtivo desta (de acordo com a práxis costumeira do capitalismo), os maiores prejudicados nestas relações de poder. A ausência de uma profissionalização efetiva e com o devido padrão de qualidade neste segmento ou do reconhecimento de sua devida importância profissional, econômica e social constituem uma barreira histórica, não intransponível, uma vez que a história se encontra em constante movimento, a ser verdadeiramente enfrentada e superada por estes trabalhadores.

Em termos de políticas públicas e privadas no setor, neste momento o que existem são projetos pontuais de assistência social implementados em ações específicas e temporárias, práticas políticas historicamente estimuladas e elaboradas tanto por governos liberais quanto por entidades de classe, que representam os

engenheiros e arquitetos deste sistema, e empresas de capital privado. Levando também em consideração, em termos econômicos, seu baixo coeficiente de importação de insumos, a indústria da construção civil é de extrema importância econômica e estratégica às políticas que tenham por objetivo estimular o mercado interno, sem com isso causar impacto, de forma negativa, na balança de pagamentos da união, nem provocar evasão de divisas. Segundo dados do Sinduscon-SP, o macrossetor da construção civil possui uma elevada capacidade de geração de impostos, com um número de pessoas ocupadas diretamente que totaliza mais de 1,26 milhões de trabalhadores (SINDUSCON-SP, 2004, p.29). Dada a relevância do setor, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior lançou em seu fórum sobre competitividade a importância de se aumentar a eficiência e produtividade nas construção, sendo necessário, para isso, investir-se na capacitação adequada da força de trabalho envolvida. Segundo dados do ministério a produtividade no segmento residencial no país equivale a apenas 35% da norte-americana. Investigar a profissionalização neste setor é uma das formas possíveis de se buscar subsídios para a compreensão de disparates produtivos como esse. Ainda em termos de políticas públicas temos o reconhecimento da importância da Educação Profissional e de seu incentivo observados pelo Ministério da Educação em seu “*site*”, apesar de, em termos práticos, observarmos uma quase ausência do Estado neste nível educacional.

Este trabalho apresenta-se como uma análise crítica e pontual das relações humanas, pedagógicas e políticas existentes neste segmento, levando em consideração a sua importância histórica e a sua evolução enquanto classe, uma vez que os trabalhadores da construção civil foram, até a I Guerra Mundial, alguns dos principais organizadores do movimento operário, no mundo e também no Brasil.

Foram os pedreiros de São Paulo os primeiros a obter, após uma greve, a vitória das 8 horas de trabalho. Seguiram-se os gráficos e, em Santos, os trabalhadores da Construção Civil conseguiram o mesmo objetivo depois de 12 dias de luta. Conquista operária que sucessivamente ia sendo conseguida e burlada, em seguida, pelas empresas, tornando a luta pelas 8 horas, um dos objetivos permanentes das organizações sindicais. (SILVA, 2000, p.12)

De fato, compreender como se dá a aquisição do saber necessário à prática profissional neste segmento, a apropriação da tecnologia necessária para o exercício profissional no ambiente do trabalho, bem como a articulação deste saber com a mobilidade existente dentro do setor e a formação escolar geral das pessoas nele inseridos, é de relevante importância para evolução do saber acadêmico e prático sobre o assunto.

Esta pesquisa pretende trazer luz ao embasamento teórico de projetos de cunho social e pedagógico, profissionalizantes, direcionados em benefício das camadas básicas deste setor. O SENAI-PR em Curitiba oferece mais de 40 cursos diferentes voltados para este segmento. É, inegavelmente, grande a sua importância e colaboração social ao país, sendo, por isto, eleito como campo empírico da coleta dos dados para a análise aqui pretendida. A partir destes dados, é realizada uma investigação de forma a delinear como se dá organização do trabalho pedagógico na educação profissional de nível básico voltada para trabalhadores da construção civil na cidade de Curitiba no âmbito do SENAI, especificamente em um projeto deste em parceria com outras entidades (FIEP, Rotary Club, Sinduscon, Votorantim Cimentos, IEP, FECOMAC). Desse objetivo de análise geral apresentado, desmembramos, a seguir, os seguintes objetivos específicos:

- a) Construir uma síntese da história da Educação Profissional no Brasil – com o objetivo de subsidiar a análise do objeto investigado nesta pesquisa.
- b) Relatar, a partir de um estudo de caso, de que forma estão organizados os trabalhos pedagógicos de cursos de qualificação profissional básica para trabalhadores da Indústria da Construção Civil no SENAI em Curitiba.
- c) Verificar como os alunos tiveram acesso ao curso abordado no estudo de caso e o que os motivou a vir a fazê-los.
- d) Verificar como os alunos avaliam o resultado da qualificação recebida em relação ao seu crescimento pessoal e profissional.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta uma síntese das formulações teóricas que, ao nosso ver, expressa os aspectos filosóficos que dão base e sustentação à análise aqui realizada. O segundo expõe a metodologia empregada na pesquisa. O terceiro trata-se de uma síntese histórica da Educação Profissional brasileira, perpassando pelas principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo do século XX. No quarto capítulo, é apresentada a principal instituição envolvida no objeto de análise, o SENAI-PR, seu histórico e os documentos que servem de referência para a constituição do curso estudado. No quinto e último capítulo a análise da pesquisa é apresentada, enfocando o *locus* de realização da mesma, os atores envolvidos e suas falas e as considerações finais. Por fim são anexadas as transcrições das entrevistas, a legislação pertinente e o plano de aula do curso estudado.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### CONCEPÇÃO DE HOMEM, SOCIEDADE E TRABALHO

Os trabalhadores de base da construção civil, sujeitos na realização deste estudo, são entendidos como seres históricos inseridos na realidade sócio-produtiva do seu tempo. Não são, como se pode afirmar na esfera da ideologia dominante, meros “recursos humanos”. Essa noção só serve àqueles que se utilizam de sua força de trabalho, tomando-os como dispensáveis e manipuláveis conforme as suas necessidades de produção e geração de mais-valia. Por trás de cada braço e mão que manipula uma colher de pedreiro, carrega tijolos e revolve a massa de concreto está um ser humano com sua subjetividade e sofrendo os resultados de suas determinações históricas. As questões levantadas neste trabalho precisam ser pensadas e respondidas baseadas em uma compreensão materialista-histórica e dialética das múltiplas determinações que envolvem a dura realidade destes trabalhadores, sua vida em sociedade e as condições materiais de sua produção.

O ser humano não pode ser compreendido fora do âmbito social. É, acima de tudo, na relação do convívio em sociedade que o homem se apresenta como tal. Por sua vez, o convívio em sociedade exige de cada membro desta o exercício de certas atribuições. Estas atribuições podem ser estabelecidas de diversas formas, conforme cada cultura ou modelo social existente. Por exemplo, em uma sociedade monárquica escravista uma pessoa pode ser considerada na atribuição de serva por toda sua vida, desde o seu nascimento, pelo simples fato de ter nascida filha de um escravo, ao passo que outra será, por sua vez, a herdeira “natural” do trono dessa nação pelo mesmo motivo de gênese. Em nossa sociedade contemporânea, liberal (pelo menos no que diz respeito às políticas econômicas adotadas pela grande maioria dos países), capitalista

(pois o capital acumulado é o que move a produção ao redor do globo, produção esta delegada à iniciativa privada em quase sua totalidade) e meritocrática (as ocupações na cadeia produtiva e as recompensas atribuídas a estes são dadas em decorrência do “mérito” de cada indivíduo), não há, em tese, reis e escravos, ainda que muitos estejam fadados aos mesmos destinos de obediência ou de comando de acordo com a sua origem, conforme a classe social ou família da qual tenham vindo ao mundo. A possibilidade, ainda que remota e na maioria das vezes praticamente impossível, de mobilidade social, no entanto, traz uma certa máscara a esta semelhança entre esses dois modelos sociais. Mas, além das semelhanças, as diferenças entre esses modelos de fato existem. No escravismo monárquico, o escravo precisava ser alimentado por seu senhor, o qual também deveria lhe conceder local de habitação e uma certa higiene e saúde para que pudesse produzir de acordo em sua propriedade. Na meritocracia capitalista isso não se faz necessário, uma vez que o liberalismo deixa a cada um a responsabilidade por sua própria subsistência: o patrão não é mais obrigado a alimentar e cuidar da moradia e saúde dos seus, agora não mais escravos, mas funcionários. A cada um destes é dado um pagamento por seu trabalho, de acordo com seus “méritos”, ou pelo menos o que o capital reconhece como mérito, os quais podem variar conforme o seu nível educacional, a forma como entrou na empresa (se através de um teste seletivo ou pela indicação de alguma pessoa de influência dentro da mesma), o tempo de trabalho exercido dentro e fora da empresa, sua produtividade, seu poder de persuasão junto ao patrão (“peleguismo”) e a sua formação profissional específica. Muitas vezes estes mesmos fatores de variação na remuneração também se tornam fatores de seleção, não seleção ou dispensa de força de trabalho. A partir desta sua atribuição social conquistada (emprego) e com este pagamento por seu trabalho realizado, cada um deve buscar garantir a sua sobrevivência dentro da sociedade contemporânea. A liberdade tão necessária ao ser humano para que não seja definitivamente um escravo reside apenas no fato de não estar acorrentado e preso a esta atribuição, no entanto, sem ela o homem estará livre apenas para padecer,

vendendo sua força de trabalho, por não ter meios para alcançar uma outra ocupação que seja de fato uma escolha genuinamente sua.

Quem quiser vender mercadoria que não seja sua força de trabalho tem de possuir meios de produção, tais como matérias-primas, instrumentos de produção, etc... Ninguém, nem mesmo um construtor de castelos no ar, pode viver de produtos do porvir ou de produção inacabada de valores-de-uso. (MARX, 2003, p.199)

O trabalho de um homem é seu poder de transformação da natureza em seu favor e em favor de sua sociedade. Essa transformação da natureza, a cultura produzida por seu esforço físico e intelectual, é o que o torna um trabalhador. Quando o fruto deste trabalho é realizado em favor de outro homem, ou grupo de homens, que se apropriam de sua força de trabalho em troca de um pagamento, podemos dizer que o trabalhador está se alienando da sua cultura, do produto do seu trabalho. Alienado, o trabalhador não é mais livre para determinar o que necessita ser produzido e de que forma este produto deve ser produzido e distribuído, sua liberdade reside apenas no consumo de produtos que puder adquirir no mercado conforme sua capacidade financeira, a qual será determinada por sua remuneração específica. Uma vez que não é mais ele quem determina o que será produzido e a forma desta produção, não será mais também ele quem poderá determinar, para participar deste processo, qual o conhecimento, a formação profissional necessária para a realização desta produção.

O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera para ser esfolado. (MARX, 2003, p.206)

Os novos paradigmas produtivos demandam formação apropriada e padronizada, de acordo com os modelos impostos por uma série de teorias administrativas liberais, como qualidade total, *just-in-time*, gerenciamento pelas diretrizes, etc: uma standardização do saber, padronizando homens e ajustando-os à linguagem vigente das corporações modernas, de forma a que cada operário possa se tornar peça de reposição perfeitamente encaixável em qualquer empresa existente. Assim, são lançadas regras de ouro a serem seguidas por todas as empresas e todas as

escolas, ou empresas públicas e privadas de educação voltadas para o mercado, como o exemplo do modelo administrativo japonês.<sup>4</sup>

Tudo é posto de tal maneira que permita a geração da mais perfeita massa de reserva de força de trabalho, na qual um trabalhador de salário 3x possa ser substituído a qualquer momento por outro pela remuneração 2x, ou apenas x, sem com isso haver perda na produtividade. Muito pelo contrário, o novo funcionário, na ânsia de alcançar uma melhor remuneração poderá ainda fornecer para a empresa uma produtividade ainda maior que seu colega antecedente, agora desempregado.

Na construção civil, ramo onde suas categorias profissionais são das mais antigas da história, a padronização se faz evidente nas formas de produção aplicadas (as quais determinam o conteúdo para o treinamento em cursos de profissionalização de nível básico). Muitas vezes a formação necessária é extremamente baixa para a realização de determinadas atividades, como o serviço de servente de pedreiro, o qual em sua maior parte é treinado diretamente em serviço, sem uma formação convencional propriamente dita. Na realidade produtiva brasileira, sob a lógica do capital cada vez mais globalizado, a formação dos trabalhadores é subsumida às necessidades daqueles que são os possuidores dos meios de produção.

O fenômeno da subsunção do trabalho ao capital é uma expressão típica do modo de produção capitalista, que assumiu tal proporção podendo ser metaforicamente relacionado às estruturas de dominação de outros modos de produção. Nas sociedades mais antigas podemos citar os escravos egípcios que trabalharam na construção das pirâmides. Em nossa sociedade contemporânea edifícios modernos e pós-modernos seguem padrões de construção que demandam recursos amplamente disponíveis em nossa sociedade, como materiais de construção pré-fabricados e padronizados e força de trabalho barata minimamente qualificada. Diante do nível de contradições das

---

<sup>4</sup> O modelo japonês, que recebe a partir da empresa precursora do modelo, Toyota, a alcunha de toyotismo, teria como um de seus objetivos, segundo GOUNET, 2002, p.115, “apresentar uma saída para a atual crise do capitalismo. Como o fordismo está ultrapassado, é necessário dar à luz uma nova organização do trabalho, encontrar um novo pacto salarial, definir um novo modo de regulação e um novo regime de acumulação – em síntese, um novo modelo de desenvolvimento [do capital].”

relações de produção, caracterizadas pelo aumento do desemprego, do subemprego e da miséria social, pode-se inferir que as “novas pirâmides”, em nosso tempo, são erigidas pelas classes mais baixas da população para os nossos “novos faraós”, os detentores do capital.

No caso brasileiro, embora o nosso modo de produção capitalista tenha sido compreendido como um capitalismo tardio, mesmo em seu momento histórico semifeudal ou colonial, os tentáculos do capital já se mostravam em condições de atuar hegemonicamente sobre o trabalho, bem como, também, sobre a forma de qualificação da própria força de trabalho.

Com relação às políticas nacionais de formação profissional temos a sua gênese apresentada, conforme CUNHA, 2000, a partir da necessidade desta observada após o fim da escravidão:

No tempo da Colônia e do Império era nítido a quem se dirigia o ensino artesanal e manufatureiro: aos miseráveis, aos órfãos, aos abandonados, aos delinquentes, enfim, a quem não podia opor resistência a um ensino que preparava para o exercício de ocupações socialmente definidas como próprias dos escravos – e, se essa exclusividade não existia, pelo menos o fato ou a suposição de que os escravos exerciam tais ocupações já era sinal de que elas deveriam ser evitadas pelos homens livres, até mesmo para marcarem sua distinção da condição escrava. (CUNHA, 2000, p.6)

A mudança que ocorre então é de cunho econômico e ideológico. A formação profissional de nível básico agora precisa ser vista não mais como algo destinado aos excluídos e sim, para uma normal inclusão na cadeia produtiva da nação dos trabalhadores sem nenhuma especialização definida e de seus filhos. Disso tem início toda uma histórica dualidade na estrutura de ensino brasileira. Aos mais destacados cidadãos, de acordo com suas possibilidades sociais, financeiras, uma escola voltada para a formação superior, ao comando, aos trabalhadores o caminho mais curto possível para uma rápida inserção no mundo do trabalho, sem a devida necessidade de maiores aprofundamentos críticos, filosóficos, teóricos. KUENZER, 2001, em sua análise da educação profissional no Brasil, criticando a proposta de formação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica nos diz:

Tem-se aqui a reafirmação de um dos princípios básicos da velha escola dual: para os pobres e desvalidos, deficientes e marginalizados, a escola do trabalho e o exercício de funções subalternas; nesta perspectiva, a educação profissional é a negação formal do direito à educação básica e o acesso a todos os níveis do Sistema Nacional de Educação... (p.47)

O Estado, associado à iniciativa privada, e em alguns momentos contando também com o apoio de sindicatos oficializados, foi sempre o principal condutor dessa política educacional, que por vezes esteve vinculada ao Ministério da Educação e, em outros momentos, até mais apropriadamente, conforme os seus propósitos, ao Ministério do Trabalho, porém muito mais em um sentido legal do que prático, pois busca transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pela ação imediata, obrigando-a em alguns momentos, oferecendo incentivos fiscais em outros, para que esta desenvolva programas próprios de treinamento de pessoal. Nesta questão o sistema “S” tem uma grande importância e participação efetiva. No setor da indústria, o SENAI tem ofertado um grande número de cursos voltados para a formação profissional de nível básico dos trabalhadores. Na construção civil do Paraná sua participação está articulada com o apoio da FIEP, do Sinduscon e outras empresas e entidades locais e nacionais.

## CAPÍTULO II

### METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo de caso expresso neste trabalho compreende as investigações da qualificação dos trabalhadores da construção civil como uma parte que não se resume em si, mas que não pode ser compreendida senão pela investigação de suas especificidades, porém, integrante determinado e determinante da totalidade social das relações de produção nos dias atuais. Um estudo de caso, segundo LÜDKE, 1986, “é o estudo de um caso, seja ele simples e específico (...) ou complexo e abstrato.” (p.17). Envolve ainda, segundo esta autora, a descoberta a partir do avanço do estudo; a ênfase na “interpretação em contexto”, levando-se em conta o âmbito da análise do objeto; o retratamento da realidade e suas inter-relações de uma forma mais completa e profunda possível; lançar mão de uma variedade de fontes de informação, para que estas possam ser cruzadas ao longo da análise; a possível generalização naturalística, a partir da experiência relatada, para outras situações; a busca da representação dos diferentes e até mesmo conflitantes pontos de vista, e; a utilização de “uma linguagem mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa” (LÜDKE, 1986, p.20).

Neste trabalho procedemos, em um primeiro momento, à verificação dos documentos que amparam a organização dos cursos profissionais de nível básico do SENAI voltados para a Construção Civil. Foram analisados documentos relativos ao planejamento do curso de Auxiliar de Pedreiro, apostilas e materiais de trabalho em sala de aula. Esta análise qualitativa visou localizar os elementos teóricos fundamentais que dão base ao trabalho pedagógico ali realizado, confrontando-os com a ideologia oficial dos documentos de orientação para tais cursos, ações do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, a legislação educacional em vigor e correntes do pensamento pedagógico brasileiro. Em uma segunda etapa, foram realizadas entrevistas não diretas e entrevistas semi-estruturadas, estas baseadas nos

referenciais teóricos previamente analisados, com os administradores, mantenedores, o docente do curso em questão e com os alunos do SENAI que estiverem matriculados neste curso, de forma que nos possibilitou a verificação da real aplicação pedagógica da proposta existente. Isso nos permitiu identificar e relatar a percepção destes com relação ao curso realizado, em termos de aplicabilidade no trabalho e possibilidade de melhoria em sua valorização como profissional futuro ou já atualmente inserido, no setor da construção civil. A transcrição destas falas foi feita de forma que se respeitasse a correta ortografia das palavras ditas. Inicialmente havia uma opção pela transcrição das palavras exatamente da forma como estas eram ditas pelos entrevistados, no entanto, concordamos com MELO, 1997, p.37, quando esta diz<sup>5</sup>, ao realizar uma pesquisa onde a fala dos trabalhadores entrevistados é de grande importância, que “a transcrição fonético-fonológica poderia representar uma forma de discriminação e de impedimento aos direitos sociais negados aos trabalhadores e, propositadamente, poderia não ser entendida.”. Faz-se mister, portanto, colocar o sujeito e a sociedade, na qual este se encontra inserido, na base, no ponto de partida do método teórico. Dialeticamente, é necessário partir do real (sujeito e sociedade), abstrai-lo, teorizando a respeito e dialogando com o objeto de estudo e suas categorias teóricas, para novamente a ele retornar com uma síntese mais rica de suas múltiplas determinações (concreto pensado). Movimento este que não pode se dar por satisfeito e conclusivo em nenhum momento, mas sempre como um ponto de recomeço para uma nova etapa em busca de uma compreensão cada vez maior do objeto em questão, como nos mostra LEFÈBVRE, ao dizer que o “o processo de aprofundamento do conhecimento é infinito.”

Trata-se de um estudo de caso qualitativo (LÜDKE, 1986) através de um grupo de trabalhadores da construção civil. Como categoria de análise elegemos: o

---

<sup>5</sup> Aproveito aqui para agradecer à Profª. Orlinda Carrijo Melo, da UFG, pelo livro de sua autoria que me fora cedido para auxílio na constituição do presente trabalho. O respeito dado pela referida professora em seu livro à fala dos trabalhadores representantes é digno de nota e me inspirou na revisão da passagem de minhas transcrições.

percurso profissional, a trajetória de inserção do trabalhador nas relações sociais de produção e nas relações sociais na produção, em sua relação com a formação escolar e a formação profissional.

Como procedimento de análise trabalhamos com o conceito de subjetividade a partir de uma base dialética, ou seja, que nasce a partir da práxis dos sujeitos, práxis esta entendida como a “atitude humana transformadora da natureza e da sociedade” (VÁZQUEZ, 1977, p.117). Indo além, não podemos deixar de considerar este sujeito a partir de sua inserção social. Como nos lembra KOSIK:

A práxis compreende – além do momento laborativo – também o momento *existencial*: ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, que transforma a natureza e marca com sentido humano os materiais naturais, como na formação da subjetividade humana, na qual os momentos existenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não se apresentam como “experiência” passiva, mas como parte da luta pelo reconhecimento, isto é, do processo de realização da liberdade humana. (KOSIK, 1976, p.204, grifos do autor)

É preciso deixar bem claro que tal subjetividade não se faz reduzida à mera individualidade dos sujeitos envolvidos nas relações práticas, mas, como bem nos mostra Marx, “aquilo que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 1980, p.19). Dadas as reais condições de interação entre os indivíduos, estes são levados a uma separação entre si, decorrente da divisão do trabalho na sua forma abstrata – trabalho alienado. Tais divisões conduzem à distinção entre estes sujeitos conforme o modo pelo qual um grupo explora o trabalho de outro. Na sociedade capitalista contemporânea esta distinção se dá através de relações de classe. Uma determinada classe se apropria dos meios de produção e do trabalho realizado pela outra classe, que tem, por sua vez, abstraído de seu uso o resultado do seu trabalho.

Em termos analíticos quantificáveis são tratados os dados relativos à turma abrangida na pesquisa. Trata-se de um grupo de 12 moradores de um bairro da Região Metropolitana de Curitiba inscritos no curso de Auxiliar de Pedreiro do SENAI-PR. Foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com funcionários do SENAI-

PR e um representante do Rotary Club.

Considerando-se que “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados e as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele” (LÜDKE, 1986, p.1), os dados levantados serão analisados a partir da leitura de outros trabalhos já desenvolvidos no campo do objeto em questão, de um olhar que toma por base a matriz filosófica do referencial teórico apresentado e, sobretudo, das informações concretas evidenciadas na observação da prática e na fala dos sujeitos envolvidos no caso estudado.

LÜDKE nos apresenta cinco pontos importantes para o trabalho com uma pesquisa qualitativa. Em primeiro lugar, ela deve possuir “o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.” (LÜDKE, 1986, p.11). Portanto, um contato direto do pesquisador com a realidade a ser pesquisada é indispensável a este tipo de pesquisa.

Em segundo lugar, “os dados coletados são predominantemente descritivos” (LÜDKE, 1986, p.12). No presente trabalho, as transcrições das entrevistas realizadas, bem como a descrição dos ambientes e condições de realização da pesquisa, são de grande importância na análise e percurso em direção às conclusões necessárias.

“A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto” (LÜDKE, 1986, p.12). No caso, as condições de realização de cursos profissionalizantes de nível básico são aqui tratadas, ou seja, a forma concreta de realização destes, com todos os seus sujeitos ativos, e não apenas sua forma idealizada e documental. O processo de análise da presente pesquisa ocorre de forma paralela ao processo de desenvolvimento do curso, respeitando seu movimento e seus contratempos.

“O ‘significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.” (LÜDKE, 1986, p.12). Neste sentido, o ponto de vista, sobretudo, dos trabalhadores alunos do curso analisado é levado em

consideração, no sentido de se buscar trazer luz à forma como compreendem a situação em que se encontram.

E, por último, “a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.” (LÜDKE, 1986, p.13). Não é levantada aqui nenhuma hipótese apriorística para o presente estudo, o que se pretende é relatar a forma de organização do trabalho pedagógico em um curso desta natureza na educação profissional de nível básico, bem como a maneira como tal curso é colocado em prática em um grupo de trabalhadores de uma classe social desprovida de maiores recursos financeiros.

O desenvolvimento desses pressupostos tem por objetivo amparar a realização desta pesquisa, envolvendo a análise da Educação Profissional de nível básico, a partir da caracterização da natureza pedagógica de um curso voltado para formação inicial de trabalhadores da construção civil na ocupação de auxiliar de pedreiro, na Região Metropolitana de Curitiba.

## CAPÍTULO III

### BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

O Ensino profissional nas modalidades artesanal e manufatureira, no período do Brasil Colônia e Império, era destinado “aos miseráveis, aos órfãos, aos abandonados, aos delinqüentes” (CUNHA, 2000, p.6), os quais não podiam recusar a oferta de formação nas ocupações que eram consideradas impróprias para os homens livres e mais apropriadas como atividades a serem realizadas pelos escravos.

A partir do século XX, com o processo de industrialização se iniciando no Brasil, ainda que de uma forma incipiente, no entanto, começava a aumentar a demanda por uma força de trabalho mais qualificada. Tal força de trabalho, que em um primeiro momento não podia ser encontrada no Brasil e precisava ser trazida de outros países, necessitava de uma qualificação considerada mais apropriada e diferenciada em relação às demandas da produção industrial. Ainda que possamos conceber este movimento como uma valorização do ensino profissional, a mesma não representou, nem podia representar de fato, uma superação da divisão social e técnica do trabalho nas escolas. Assim, permaneceu e foi reforçada, sob uma nova dimensão histórica, a discrepância entre educação científica e educação profissional, tendo esta sido reformulada de várias formas, e por outras vezes tendo encontrado tentativas de superação, persistiu ao longo do século XX e permanece com novas nuances no século XXI.

Em 1909, o governo do estado de São Paulo cria a Rede de Escolas de Aprendizizes Artífices, aumentando a presença estatal nesta modalidade, a qual recebia ofertas de ensino sobretudo no campo da caridade e de atuações confessionais, em particular na ação desenvolvida pelos padres salesianos, os quais iniciaram suas atividades voltadas à Educação Profissional no Brasil no fim do período imperial. CUNHA, 2000, nos relata que:

Embora tivessem desembarcado no país munidos de uma pedagogia voltada para a educação do proletariado, em termos religiosos, profissionais e ideológicos, tendo inclusive se notabilizado na formação de operários para o parque gráfico, os padres salesianos acabaram por atender a uma clientela muito diferente da original. Seus liceus de artes e ofícios passaram a oferecer cursos secundários para jovens de famílias abastadas e das camadas médias, inicialmente com o objetivo de financiar as escolas profissionais. (CUNHA, 2000, p.7)

A presença do público na educação profissional foi se ampliando, não deixando possibilidade para iniciativas como a dos padres salesianos poderem atuar como ‘concorrentes’ nesta modalidade educativa, principalmente após a instauração das escolas do SENAI e do SENAC.

A primeira parceria entre público e privado, de real importância, segundo CUNHA, 2000, na educação profissional, deu-se em 1924 e envolveu o Governo do Estado de São Paulo, empresas do setor ferroviário e escolas profissionais da rede estadual. Desta parceria teve origem o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), entidade de ensino profissional cuja metodologia e estrutura serviu de base para a constituição e organização do SENAI dez anos depois. O CFESP incorporou as práticas da metodologia de ensino do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição privada, constituída a partir de uma associação de “131 cidadãos paulistas [aristocratas pertencentes à elite cafeeira nacional] liderados pelo Conselheiro Leôncio de Carvalho acreditando na educação popular como forma de crescimento e, visando criar uma escola profissionalizante a fim de atender as necessidades de força de trabalho especializada”<sup>6</sup> e que desde 1882 já trabalhava com a educação profissional no estado paulista, sobretudo nos setores da construção civil e mobiliário (BIELINSKI, 2000).

Nessas iniciativas, foi importante a influência do trabalho realizado por

---

<sup>6</sup> Informação obtida no site da instituição, disponível em <http://www.liceuescola.com.br>, o qual também nos diz que, antes de sua constituição “as escolas públicas apenas atendiam crianças órfãs e abandonadas, pela primeira vez no país, filhos de operários e de camponeses têm acesso à alfabetização. A cultura deixa de ser privilégio da rica burguesia e se democratiza”. Pena que para ter acesso a tal democratização proporcionada pelo Liceu, nos dias de hoje, o ‘filho do operário’ tenha que desembolsar quantias nem sempre compatíveis com sua remuneração.

Roberto Mange e Armando de Salles Oliveira, os quais divulgavam a denominada doutrina da Organização Racional do Trabalho de Taylor. Em 1931 é fundado por estes o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Instituição que existe até hoje, e que na época teve grande importância pelos trabalhos realizados na aplicação de exames psicotécnicos voltados a colaborar no aumento da produtividade dos trabalhadores, a partir dos quais seria possível “colocar cada homem ‘no seu lugar’” e “promover a seleção dos mais capazes” (CUNHA, 2000, p.25).

Na chamada era Vargas, a qual vai de sua primeira ascensão ao poder máximo da União em 1930 ao final da II guerra mundial, conhecido como período da ‘redemocratização’ do país em 1945, a educação profissional passa a ter uma maior vinculação com a industrialização, posta como uma das prioridades pelo novo governo. A era Vargas estabelece uma nova tensão de forças com relação à política hegemônica das oligarquias rurais paulista e mineira no governo federal, redirecionando o país a um processo de substituição de importações mediante o aumento da produção nacional, o que ocorre em meio a um governo de características nacionalistas e desenvolvimentistas bem agudizadas.

Em 1932, um grupo de educadores considerado da elite intelectual brasileira, lançou um “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, propondo a reconstrução educacional, a partir dos pressupostos do que é por estes chamando de a ‘Escola Nova’ (GHIRALDELLI JR, 1994). Anísio Teixeira, partícipe do manifesto e então Secretário de Educação do Rio de Janeiro nessa época, eleva a condição das Escolas Profissionais no Distrito Federal, em uma tentativa de equipará-las ao nível secundário. Idéia esta que não encontrou boa recepção na elite carioca, levando à sua demissão em 1935 e à restauração da dualidade existente no ensino secundário. Em nível nacional, a Reforma do Ministro Francisco Campos de 1932, procurou dar organicidade ao ensino secundário. (ROMANELLI, 1984). Pela primeira vez uma reforma fora colocada a todo território nacional mexendo em toda a estrutura do ensino. Nessa reforma o curso secundário ficou dividido em dois ciclos: um fundamental de 5 anos e outro

complementar de 2 anos. Fora definido um sistema de avaliação e exames, com alta seletividade interna. Os cursos profissionais de então não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior. Apenas o ensino comercial fora organizado em níveis médio e superior, regulamentando a profissão de contador.

A nova Constituição Federal do Estado Novo em 1937 trazia em seus artigos referências a educação profissional nos seguintes termos:

Art.129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937)

A Carta Magna de 37 manifestava a preocupação do “Estado Novo” com a qualificação da força de trabalho. Tanto o Estado quanto a iniciativa privada (indústrias e sindicatos) deveriam criar e oferecer escolas profissionais, fossem no formato de institutos de ensino profissional ou escolas de aprendizes, cabendo ao Poder Público a concessão de “facilidades e benefícios” que as viabilizassem. Sob uma aparente colaboração entre patrões, trabalhadores e Estado, o que ocorreu, no entanto, foi uma “negociação bipartite” entre representantes da esfera governamental e das indústrias, ficando os trabalhadores fora das decisões tomadas.

Em 1939 o Governo Federal decretou que empresas com mais de 500 empregados seriam obrigadas a oferecer “cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores”, sendo mais tarde, por pressão das empresas, alterado depois para

apenas “menores de idade, excluindo-se os de mais de 18 anos” (CUNHA, 2000, p.31). O que passa a ocorrer em seguida ao decreto é uma disputa entre o Ministério do Trabalho, tendo Valdemar Falcão à frente e o Ministério da Educação, que se encontrava sob o comando de Gustavo Capanema. Enquanto “o ministro do Trabalho... era partidário de transferir às empresas o encargo de manter o novo sistema de formação da força de trabalho(...) o ministro da Educação(...), defendia a tese de que o governo é que deveria manter e gerir a rede de escolas para os aprendizes” (CUNHA, 2000, p.32). Nessa ‘briga’, Vargas optou por Falcão, no entanto, e até mesmo em virtude da tese vencedora, Falcão fora substituído em dezembro de 1941 pelo advogado, aliado do empresariado paulista, Alexandre Marcondes Filho. O SENAI surge então a partir de um decreto baixado em janeiro de 1942, apenas um mês após a mudança ministerial. Nesse mesmo ano a reforma do Ministro Gustavo Capanema, com suas Leis Orgânicas, instituiu os ciclos ginasial de 4 anos e colegial (3 anos clássico, 3 anos científico) propedêuticos, que buscavam preparar p/ o Ensino Superior. O Ensino Técnico ficara dividido em Industrial, Comercial, Agrícola. Havia uma grande falta de flexibilidade entre os vários ramos do ensino profissional e entre esses e o ensino secundário, só era permitido o acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente.

Em 1943, em contrapartida a possibilidade de organização nacional do patronato, a CLT deixa aos trabalhadores apenas a possibilidade de uma organização sindical limitada, com abrangência no máximo estadual e tipificadas por ramo de atividade (CUNHA, 2000, p.34).

Após a era Vargas passamos a ter uma nova Constituição Federal. Esta mantinha em seu artigo 168 a obrigação das empresas industriais, ampliando agora também para as comerciais, a obrigação de oferta de cursos de aprendizagem profissional. No mesmo ano é criado, a exemplo do SENAI, o Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Apesar de uma maior flexibilização com relação às organizações corporativistas, a lógica do protagonismo estatal como o financiador de iniciativas que

deviam partir do privado fora mantida. Além disso, convênios firmados com agências internacionais, como o firmado entre o Ministério da Educação e a norte-americana *Inter-American Foundation*, para assistência técnica em assuntos pedagógicos em 1946, influenciaram de maneira direta o *modus operandis* da educação profissional no país. A partir deste convênio, fora criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), deixando clara a aceitação por parte da política nacional da influência dos Estados Unidos como nação hegemônica econômica, cultural e cientificamente, a partir do pós-guerra. CUNHA, 2000, nos relata que:

O convênio teve dois anos de duração, durante os quais o governo brasileiro participou com 500 mil dólares e a *Inter-American Foundation*, com metade dessa quantia. Seus termos foram sucessivamente prorrogados, com novos aportes de recursos, até que, no início dos anos 60, foi absorvido nos convênios MEC-Usaid<sup>7</sup>. (p.10)

Em 1957 o CBAI instala em Curitiba o Centro de Pesquisa e Treinamento de Professores (depois incorporado ao CEFET e à Escola Técnica da Federal). No ano de 1961, temos, enfim, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024 de 1961 (LDB 4.024/61). Tratava-se basicamente de um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (CUNHA, 2000, p.10).

Em 1962, no governo de João Goulart, a CBAI é extinta. Em seu lugar é criado o Grupo Executivo do Ensino Industrial (GEEI). No ano seguinte, Goulart cria o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), com utilização da metodologia TWI<sup>8</sup> que era a utilizada na CBAI, porém agora contando exclusivamente com recursos e orientação nacionais (CUNHA, 2000, p.10).

Após o golpe militar de estado, desferido em 1964, o PNE passa por uma revisão, sendo nele introduzidas normas descentralizadoras e incentivadoras de planos nacionais. O MEC realiza um novo acordo com a Usaid, voltado para o Ensino de 2°.

---

<sup>7</sup> Usaid: *U.S. Agency for International Development* = Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>8</sup> TWI (*training within the industry*), método de ensino rápido e pragmático que envolvia o treinamento ser realizado dentro do espaço da indústria.

Grau. Em 1966, nova revisão do PNE, que se chamou plano complementar de educação, introduzindo alterações na distribuição dos recursos federais (BRASIL, 2001, p.33). Em 1968, novo acordo MEC–Usaid ampliando ainda mais a influência do pensamento pragmático liberal norte-americano no Ministério da Educação. O resultado disso é a nova LDB de nº. 5.692 de 1971. Nesta todo o 2º. grau, em todas as escolas públicas e privadas, deveria possibilitar, em conjunto com o ensino propedêutico regular, uma formação profissional técnica, e as escolas de 5ª. à 8ª. séries deveriam realizar “sondagens de aptidões” profissionais em seus alunos (KUENZER, 2001, p.17).

Em 1972, o PIPMO vinculado ao MEC é ampliado para todos os setores da economia. Nesse mesmo ano, os conteúdos profissionalizantes das escolas de 1º. e 2º. graus são definidos. Dando continuidade a histórica ‘briga’ entre o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação pela organização e captação de recursos para a Educação Profissional, em 1974 o PIPMO é transferido do MEC para o MTb, bem como também é transferida a vinculação ministerial do SENAI e do SENAC (CUNHA, 2000, p.11).

CUNHA reduz o trabalho do PIPMO neste período a um “mero adestramento imediato dos trabalhadores, realizado numa fração do tempo empregado por elas (instituições) e abarcando um conteúdo muito reduzido” (CUNHA, 2000, p.11-12). No entanto, mais de 2,6 milhões de trabalhadores concluíram os cursos do PIPMO, sendo certo de 1 milhão apenas no biênio 76/77. Com o desaquecimento da economia o PIPMO passou a ter seus recursos rareados até ser extinto pelo Governo Federal em novembro de 1982.

A proposta da LDB 5.692/71 de que todas as escolas de 2º. grau oferecessem Ensino Técnico nunca chegou a se concretizar (KUENZER, 2001). Para resolver o problema criado pela divergência entre o texto legal e o que de fato era praticado nas escolas, o MEC publica o Parecer 76/75. Neste parecer o MEC reconhece que nem todas as escolas teriam condições ou estariam apropriadas para a oferta do Ensino

Técnico. A mesma autora resume a situação da seguinte forma:

O que o Parecer 76/75 concretamente fez, ao permitir a coexistência de todas as ofertas possíveis – técnico pleno, técnico parcial e habilitação básica, foi acomodar a legislação à realidade, legitimando tudo o que já existia de tal modo que tudo permanecesse como era antes de 1971. Isso vale dizer que a velha dualidade ressurgiu no âmbito da legislação com todo o seu vigor, reafirmando-se novamente a oferta propedêutica, agora chamada básica, como a via preferencial para o ingresso no nível superior, permanecendo os antigos ramos, agora denominados habilitações plenas, como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho. (KUENZER, 2001, p.24-25)

Em 1976, passamos a ter incentivos fiscais para projetos de formação profissional realizados pelas próprias empresas (Lei 6.297/75). O SENAI e o SENAC atestariam o efetivo uso desses recursos. No entanto, apenas algo em torno de 1% das empresas nacionais utilizaram esses recursos, sendo que cerca de 1/3 destes acabaram sendo utilizados com cursos para níveis de diretoria, gerenciais e técnicos. Aproximadamente 20% dos recursos foram utilizados pelo setor financeiro (bancos) (CUNHA, 2000, p.13).

Em 1982, com a Lei 7044/82, oficializa-se o retorno da oferta de cursos de educação geral mantendo definitivamente o não-rompimento com a dualidade estrutural histórica (KUENZER, 2001, p.25).

Com a redemocratização, a partir de 1985, temos na pauta de discussão dos movimentos sociais os elementos que deveriam ser levados para a redação da nova Constituição Federal. A preocupação com a Educação Profissional chegou até a Assembléia Nacional Constituinte através do Deputado Federal Roberto Freire do PCB (CUNHA, 2000, p.222). Sua proposta, que era o resultado histórico de debates promovidos com educadores e movimentos educativos que discutiam a formação de trabalhadores pelo país, apresentava uma gestão tripartite do “Sistema S”. Tal proposta, todavia, não teve força suficiente para superar o *lobby* do setor industrial, que não via com bons olhos tal proposição, não sendo então aceita.

Em 1990, o presidente Fernando Collor de Melo suspende a Lei 6.297/75 dos incentivos fiscais às empresas que desenvolvessem seus próprios programas de formação profissional (CUNHA, 2000, p.13). Após seu *impeachment*, no final do

governo Itamar Franco é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o qual na prática nunca chegou a sair do papel, existindo apenas na formalidade (RAMOS, 2005).

Chegamos, enfim, às discussões sobre a nova LDB na década de 90. Novamente temos propostas baseadas em discussões promovidas por movimentos sociais sendo trazidas e sendo refutadas pelas posições conservadoras oficiais. O Projeto Jorge Hage, ainda que possuindo limitações com relação à dualidade estrutural mantida em alguns termos, representava um avanço possível no momento histórico em que foi formulado. Esse projeto foi ‘atropelado’ no Congresso Nacional pelo Projeto Darcy Ribeiro, que representava a vontade oficial conservadora do MEC no governo Fernando Henrique Cardoso.

A LDB 9349/96 foi aprovada com o artigo 36 e os artigos 39 a 42 diretamente relacionados à Educação Profissional (v. anexo). No texto legal a Educação Profissional “conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a **vida produtiva.**” (art.39, grifo meu), devendo ser desenvolvida “em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” (art.40). A experiência do trabalhador, segundo o artigo 41 dessa lei, pode ser utilizada para a sua certificação sem, no entanto, sem fazer menção sobre quais mecanismos tais certificações poderiam ocorrer ou serem reconhecidas.

A discussão sobre a reforma da Educação Profissional, no bojo da hegemonia neoliberal estabelecida no Brasil a partir da década de 90, argumenta que as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica não estariam operando de acordo com as demandas da reestruturação produtiva e de um mundo de capitalismo globalizado, no qual o Brasil estaria inserido. Estas escolas apresentariam:

...“problemas e distorções”, tais como: operação a custos elevados, comparativamente às outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de

baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho. (LIMA FILHO, 2002, p.271)

Os artigos referentes à articulação do Ensino Profissional com o Ensino Médio são supostamente regulamentados posteriormente pelo Decreto 2.208 de 1997, o qual retira do Ensino Médio regular a possibilidade de articulação interna com a formação técnica, ficando esta dimensão possibilitada somente quando realizada concomitantemente àquele, porém com uma nova matrícula, ou após a sua conclusão. Decidida “em gabinete” pelo MEC/SEMTEC e seus consultores, essa reforma coloca o Ensino médio como exclusivamente **propedêutico** (KUENZER, 1999), argumentando para isso, sobretudo, sobre a baixa qualidade do ensino fundamental e da necessidade de formação geral antecipada à formação profissional, devido às novas exigências demandadas pelas modificações operadas no mundo da produção como, por exemplo, um currículo organizado em áreas do conhecimento, sendo elas: Linguagem e suas tecnologias, Matemática e ciências naturais e Ciências Humanas (BRASIL, s.d.). Como metodologia: a prioridade para contextualização e interdisciplinaridade. Por finalidade: o desenvolvimento de competências e habilidades (a partir dos conteúdos), envolvendo também uma parte diversificada, propedêutica ou profissionalizante. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais estavam expressas a estética da sensibilidade, a política da igualdade (equidade), a ética da identidade (BRASIL, 1998). Termos como identidade, diversidade e autonomia são utilizados ao longo do documento. O currículo é formatado para a constituição de competências básicas, a partir de uma base nacional comum e da parte diversificada.

A reforma encerrava em si o risco de uma seleção de conteúdos diretamente aplicáveis à realidade mais imediata dos alunos. Não rompendo com a dualidade estrutural histórica do ensino médio brasileiro. É perceptível nos textos da reforma a influência de organismos internacionais (Banco Mundial, CEPAL) (KUENZER, 2001).

De acordo com o Decreto 2.208/97, no Ensino Profissional são instituídos 3

níveis de ensino. O “nível Básico”, precário e destinado às parcelas mais pobres da sociedade que não alcançarão os níveis mais elevados da educação, possui as seguintes características:

- Não tem carga horária obrigatória definida.
- Não exige escolaridade prévia.
- Não está sujeito a exigências curriculares.
- Não possui controle sobre a sua oferta
- Educação não-formal.
- Fornece Certificados de Qualificação Profissional.

No entanto, nem mesmo essa pobre proposta de ensino se concretiza como sendo universal a todo o seu público-alvo.

O nível Técnico exige no mínimo a concomitância com o Ensino Médio, sendo para poucos e não-obrigatório, destinado também para aqueles que não conseguirem vaga no ensino superior, revelando o caráter compensatório desse nível de educação.

O Tecnológico de nível superior constitui uma simplificação do ensino superior tradicional. Destinado a uma formação superior mais ágil, de acordo com os novos padrões de velocidade da pós-modernidade.

O PROEP, Programa de Expansão da Educação Profissional, se constitui no principal instrumento do Ministério da Educação na implementação da reforma. Recursos somando um montante de US\$ 500 milhões são utilizados através deste programa no período 1997-2003 (LIMA FILHO, 2002).

O PROEP tem por objetivo o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, cuja finalidade é a transformação e reforma de unidades existentes, ou construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado “segmento comunitário”, no qual se incluem a iniciativa privada, organizações não governamentais e instituições escolares da esfera municipal. É justamente no âmbito da aplicação dessa política pública – financiada com recursos públicos – que a União e os Estados empreendem transformações significativas nas suas redes de ensino médio e técnico e que se incrementa a participação do setor privado, quer pela transferência da gestão de instituições públicas, quer pelo financiamento de instituições privadas. (LIMA

FILHO, 2002, p.273)

No âmbito do Ministério do Trabalho, o programa de incentivo às reformas do Ensino Profissional se deu através da implantação do PLANFOR, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

A possível articulação interna do Ensino Médio com a formação técnica volta a ser aventada com o Decreto 5.154 de 2004 já no governo Luís Inácio Lula da Silva, o qual também estabelece uma nova nomenclatura para a Educação Profissional, classificando os cursos em “formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio; e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (BRASIL, 2004).

Diante deste contexto histórico, verifica-se a pouca importância e, até mesmo, descaso pelo qual passa a Educação Profissional dos trabalhadores brasileiros no âmbito das políticas públicas. Esses trabalhadores foram ora vistos como órfãos a serem adestrados, ora como força de trabalho a serem “consumidas” ou “trucidadas” pelas máquinas do capital.

É com base nesse quadro histórico, referente ao *status quo* dos cursos profissionalizantes de formação inicial de trabalhadores que nos estimulamos a realizar este estudo, o qual envolve um grupo específico de trabalhadores brasileiros que buscam na certificação, a partir da qualificação para uma determinada ocupação da cadeia produtiva da Construção Civil, um suporte para o enfrentamento da dura realidade de se lutar por uma posição dentro do mercado de trabalho nessa área.

## CAPÍTULO IV

### O SENAI-PR

Criado a partir do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, é uma entidade de direito privado organizada pelo empresariado industrial, através da CNI - Confederação Nacional da Indústria e pelas federações de indústrias nos estados. Com atuação em todo o território nacional, tem por objetivo “atender às necessidades de qualificação de profissionais para os setores industriais e atividades assemelhadas, incluindo serviços industriais de utilidade pública, serviços de reparação, conservação e manutenção, comunicação e pesca”. (SENAI-PR, 2005).

Segundo informações disponibilizadas na página de Internet da instituição<sup>9</sup>, no Paraná, o SENAI foi instalado em 12 de março de 1943 e está vinculado ao Sistema FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná (SENAI-PR, 2005). Ao longo dos últimos anos, o SENAI-PR tem buscado realizar todas as adequações necessárias na estrutura e funcionamento de seus cursos de Educação Profissional de forma a atender aos artigos da LDB 9.394/96. Além disso, outros documentos oficiais como as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional são também levados em conta no momento da formulação dos manuais e documentos orientadores utilizados pelo SENAI.

O Projeto Estratégico Nacional de Certificação Baseada em Competências do SENAI-DN tem o objetivo de reorganizar a oferta de educação profissional, atendendo não só às demandas do mercado, mas, também, às novas exigências legais determinadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). (SIMÕES, 2000)

De acordo com o que nos foi dito em visita à instituição por funcionários da Direção Regional, no atendimento das exigências legais as unidades do SENAI

---

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.pr.senai.br>>. Acesso em 26 jan. 2005.

enviam, a partir de um modelo inicial, o seu regimento escolar ao núcleo local, os quais devolvem solicitando as alterações julgadas necessárias. É interessante aqui notar que o mesmo modelo utilizado nos diversos núcleos possui diferentes recomendações de alteração nos diversos núcleos de educação espalhados pelo estado. A partir dos diversos regimentos e projetos pedagógicos das unidades aprovados pelos núcleos, a Direção Regional do SENAI-PR (DR) tem trabalhado no sentido da construção de um Projeto Político Pedagógico único para todo o estado.

Com relação à adoção de um procedimento pedagógico orientado à formação de competências, as unidades encontram-se em uma fase de preparação, a qual envolve o treinamento dos técnicos de ensino (docentes), para a conclusão da transição.

As unidades de ensino do SENAI através de linhas de ação são classificadas como direta ou indireta. São chamadas diretas quando a responsabilidade pelo curso fica por conta do SENAI, através da utilização de recursos próprios ou obtidos por convênios estabelecidos com empresas da região. A ação indireta se dá quando o trabalho educativo é realizado através da cooperação técnica e financeira a terceiros, os quais se responsabilizam pelos cursos realizados.

As empresas que participam dos cursos do SENAI, sejam pela ação direta ou indireta, são classificadas pelo seu porte conforme a tabela 1.

TABELA 1. CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUANTO AO PORTE. (SENAI, 2002)

| <b>Classificação quanto ao porte</b> | <b>Número de Empregados</b> |
|--------------------------------------|-----------------------------|
| Micro                                | 1 a 9                       |
| Pequena                              | 10 a 99                     |
| Média                                | 100 a 499                   |
| Grande                               | 400 ou mais                 |

Diversas são as áreas de atuação do SENAI na educação profissional. Indústrias como a de alimentos e bebidas, automobilística, telecomunicações e a construção civil são contempladas. Para o presente estudo as linhas gerais de orientação adotadas por todos os cursos são de nosso interesse, e mais especificamente

aqueles que influírem diretamente sobre os cursos voltados à construção civil.

No Manual de Educação Profissional<sup>10</sup> o termo educação é apresentado como “preparação do homem para o exercício pleno da cidadania e sua qualificação para o trabalho, visando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrando as diferentes formas de educação, incorporando processos que desenvolvem o raciocínio crítico e criativo, podendo ocorrer dentro da instituição ou no próprio local de trabalho”.

Utilizando uma nomenclatura de acordo com o Decreto 2.208/97, o SENAI divide seus cursos em níveis básico, técnico e tecnológico, agrupados por algumas modalidades específicas, conforme a tabela 2.

TABELA 2. NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI

| Educação Profissional                    | Básico        | Técnico | Tecnológico |
|--|---------------|---------|-------------|
| Educação Continuada:                     |               |         |             |
| - Aprendizagem Industrial                | X             |         |             |
| - Qualificação Profissional              | X             | X       | X           |
| - Treinamento                            | X             |         |             |
| - Aperfeiçoamento                        |               | X       | X           |
| Habilitação Profissional                 |               | X       |             |
| Curso Superior em Tecnologia (Tecnólogo) |               |         | X           |
| Educação Superior: Especialização        | Pós-Graduação |         |             |

Em relação ao “nível básico” não há cursos de aprendizagem para a construção civil, uma vez que estes são ofertados na faixa etária de 14 a 18 anos e a construção civil, conforme o art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ser considerada insalubre para o trabalho de menores de idade (v. anexo).

De acordo com o referido Manual de Educação Profissional, por qualificação profissional básica é compreendida a ação voltada para a preparação de trabalhadores maiores de 16 anos, com escolaridade variável e determinada de acordo com as exigências das diferentes programações, visando ao atendimento das necessidades do mercado. Estão incluídos em tais ações os processos de reconversão, destinados a

<sup>10</sup> Documento de uso interno da instituição SENAI-PR destinado a padronizar cursos de formação profissional por ela oferecidos em suas diversas instalações.

trabalhadores que necessitam de nova capacitação em virtude das mudanças tecnológicas.

Por treinamento básico estão envolvidas todas as ações nas quais os participantes adquirem, ampliam e atualizam conhecimentos para o desenvolvimento de competências básicas e de menor complexidade de uma atividade profissional (SENAI, 2002).

Para a realização dos cursos são adotadas as estratégias de educação presencial, à distância e programas de ações móveis<sup>11</sup>.

A proposta pedagógica do SENAI-PR, de acordo com o que nos foi dito por funcionários da Direção Regional do SENAI-PR em nossa visita à instituição, está sendo construída a partir de uma consolidação dos diversos documentos existentes nos cursos já em funcionamento, como, por exemplo, a Proposta Pedagógica do Curso Técnico de Mecânica (SENAI-PR, 2003). Em sua fundamentação, essa proposta apresenta uma visão que se propõe “ampliada” de Educação Básica e um encaminhamento voltado para a “superação da taylorização”, até então existente. De acordo com essa proposta, o homem que anteriormente seria um trabalhador unilateral deve agora atender às exigências de um trabalhador de um novo tipo exigido pelo mercado, o qual deve assumir “cada vez mais sua dimensão de cidadania, ampliando os seus espaços de participação na esfera social, produtiva e política” (SENAI-PR, 2003). Para isto, se faz necessária a apropriação de conhecimentos tanto científicos, quanto tecnológicos, políticos e históricos. Um conhecimento mais amplo e menos fragmentado, o qual leve o trabalhador a desenvolver comportamentos que envolvam iniciativa, criatividade, análise, crítica, autonomia intelectual e moral, flexibilidade de adaptação a situações não previstas, auto-avaliação e avaliação em geral e busca de

---

<sup>11</sup> Trata-se de um programa que utiliza oficinas móveis para realizar cursos de treinamento ou qualificação fora das instalações do SENAI. O “PAM (Programa de Ações Móveis) conta com a cessão temporária de espaços nas comunidades e com conjuntos didáticos especialmente produzidos para cada curso. São verdadeiras oficinas, acondicionadas em contêineres, com todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à aprendizagem de uma ocupação” (SENAI-DN, 2005).

uma educação permanente.

Os fundamentos dessa proposta pedagógica, além do seu caráter relativamente politécnico, conforme sugerido acima, estão constituídos, segundo os documentos das instituições, a partir de uma concepção freiriana. Afirma que a educação é um ato político, e portanto deve servir para a democratização do conhecimento com um ensino voltado para auxiliar o ser humano a “ser mais” (SENAI-PR, 2003).

Essa concepção, no entanto, revela um grau de contradição na medida em que afirma, por um lado, adotar os fundamentos da pedagogia libertadora<sup>12</sup>, e por outro, emprega uma concepção de educação que toma por base o modelo da “Pedagogia das Competências”<sup>13</sup>, voltada para uma preparação pragmática do trabalhador para o exercício profissional na esfera do trabalho mercantilizado, abstrato, sob a forma de mercadoria.

Após um anúncio freiriano e seguindo a linha de adoção das diretrizes e referenciais curriculares nacionais, a concepção pedagógica de formação por competências aparece de forma clara no documento. Segundo essa concepção, o comportamento uniforme do trabalhador deve ser superado por uma competência de dar respostas rápidas e eficientes às constantes mudanças ocorridas no trabalho e na vida em sociedade. A estrutura curricular, de acordo com essa proposta, estaria voltada para possibilitar o desenvolvimento das competências técnica, metódica, social e participativa. Competências e habilidades são diferenciadas na proposta da seguinte

---

<sup>12</sup> Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador brasileiro, foi um dos nomes mais importantes da Pedagogia mundial do século XX. Sua proposta "Libertadora" de educação levava em conta não apenas o conteúdo a ser trabalhado, o qual deveria se pautar pela conscientização da classe trabalhadora de sua condição de oprimida, mas também a forma de trabalho deste conteúdo, na qual educador e educando educam-se mutuamente mediatizados pelo mundo através do diálogo.

<sup>13</sup> Segundo RAMOS, 2001, a noção de competência atende a, pelo menos, três propósitos “a) reordenar conceitualmente a compreensão da relação trabalho-educação, desviando do foco dos empregos, das ocupações, das tarefas para o trabalhador em suas implicações subjetivas com o trabalho; b) institucionalizar novas formas de educar/formar os trabalhadores e de gerir o trabalho internamente às organizações e no mercado de trabalho em geral, sob novos códigos profissionais em que figuram as relações contratuais, de carreira e de salário; c) formular padrões de identificação da capacidade *real* do trabalhador para determinada ocupação, de tal modo que possa haver mobilidade entre as diversas estruturas de emprego em nível nacional e, também, em nível regional.” (RAMOS, 2001, p.39)

forma: por habilidade é compreendida a destreza e precisão de um ato humano, a capacidade de se tomar uma decisão no momento certo; competência, por sua vez, é apresentada como a aptidão em diversos contextos, o talento, domínio, dos conhecimentos e a destreza necessária para a utilização destes. (SENAI-PR, 2003)

O SENAI-PR, a partir da orientação de sua Direção Nacional, conforme está relatado nos documentos analisados, passou a trabalhar com a proposta de certificação profissional baseada em competências em seus cursos de nível básico, técnico e tecnológico desde 2002. Nos documentos da entidade são apontadas as seguintes razões como sendo as que levaram o SENAI a adotar o enfoque por competências:

1. maior articulação entre o mundo da educação e do trabalho, ditada pelo novo paradigma da sociedade do conhecimento. Ao conceito abstrato de conhecimento, de teor acadêmico, vem se sobrepor o conceito de conhecimento contextualizado, de caráter mais pragmático, voltado para a necessidade de identificar e resolver problemas;
2. ampliação das oportunidades de inserção profissional do trabalhador, através da preparação para perfis mais abrangentes, focalizados não mais no posto de trabalho, mas visando o alto desempenho em contextos em constante transformação;
3. renovação do processo de ensino e aprendizagem, com base no enfoque da competência, sintonizado com as demandas crescentes e cada vez mais diversificadas das pessoas, numa perspectiva de educação permanente;
4. reconhecimento e validação de competência, independente da forma como foram adquiridas, para atendimento das novas disposições legais. (SIMÕES, 2000, p.6-7)

Esse sistema baseado em uma pedagogia das competências adotado pelo SENAI teve as seguintes bases anunciadas:

- Modelo de certificação e conceito de competência que atenda às características do mercado de trabalho quanto aos marcos legais da LDB.
- Documentos metodológicos que garantam a homogeneidade de procedimentos no sistema SENAI.
- Uma análise das fases de implantação do modelo a ser instituído no SENAI, de forma a avaliá-lo e;
- Garantir que haja coerência no modelo adotado dentro do SENAI.

Como conceito de competência o SENAI adota “mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho de atividades ou funções típicas segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.” (SIMÕES, 2000, p.6-7). Tais competências, conforme o mesmo autor, seriam então divididas em competências de gestão, específicas e básicas.

**Competências de Gestão:** seriam aquelas que apontassem para características relacionados à capacidade de lidar com situações não previstas, de comunicação e de trabalho em equipe. (capacidades sociais, organizativas e metodológicas).

**Competências Específicas:** se referem ao domínio técnico da atividade.

**Competências Básicas:** relacionadas aos fundamentos diretamente técnico-científicos de cada qualificação profissional.

Por certificação é compreendido “o processo de reconhecimento formal de competências, independentemente da forma como foram adquiridas, realizado por instituição competente, mediante a expedição de documento oficial” (SENAI-DN, 2002, p.7).

A partir do objetivo geral de desenvolver uma metodologia de certificação profissional baseada em competências, os documentos informam que o SENAI passou aos objetivos específicos de elaborar documentos metodológicos e capacitar sua equipe técnica. No caso do SENAI-PR, os documentos pedagógicos envolvendo competências já estão em sua maior parte elaborados. O projeto pedagógico para a educação profissional de nível básico ainda se encontra em construção, tomando por referencial para a sua elaboração, os projetos pedagógicos então existentes, elaborados por cada Unidade (escola) do SENAI. No entanto, os técnicos de ensino (docentes) ainda não foram treinados para a nova abordagem.

Como as unidades regionais do SENAI possuem, segundo os documentos internos, uma relativa autonomia dentro sistema em relação à Direção Nacional, nem todas estão adotando este modelo em tempos simultâneos ou da mesma forma. Dentre

os principais participantes regionais na adoção da certificação profissional baseada em competências, conforme o modelo proposto pelo SENAI-DN, estão os Departamentos Regionais da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Conforme o documento ‘Certificação Profissional Baseada em Competências’ (SENAI-DN, 2002), diversas áreas e modalidades são envolvidas na proposta da Direção Nacional. Em relação à construção civil especificamente as seguintes ocupações (perfis profissionais) são contempladas na reelaboração dos currículos por competências:

- Mestre de Obras
- Encanador
- Pedreiro
- Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

Para a divulgação da certificação por competências e capacitação dos técnicos de ensino, os seguintes documentos foram elaborados:

“Comitê Técnico Setorial: estrutura e funcionamento”

“Metodologia para o Estabelecimento de Perfis Profissionais”

“Metodologia para a Elaboração de Desenho Curricular Baseado em Competências”

“Metodologia de Avaliação e Certificação por Competências”

Na busca do alcance das metas propostas (implantação da certificação por competências), comitês técnicos setoriais são implantados para “contribuir para a identificação e atualização permanente das competências profissionais dos trabalhadores, mediante a descrição de Perfis Profissionais” (SENAI-DN, 2002, p.16).

Esses comitês são, segundo o documento citado, compostos por:

Um representante do Departamento Regional do SENAI;

Um gerente da Unidade de Ensino do SENAI;

Um especialista da área tecnológica em estudo, do SENAI;

Dois especialistas em Educação Profissional do SENAI;

Três representantes de empresas da área técnica do setor tecnológico em estudo;

Um especialista do meio acadêmico do setor tecnológico em estudo;

Um técnico representante do Sindicato Patronal;

Um técnico representante do Sindicato Trabalhista;

Um técnico representante de associações de referência técnica do segmento (quando houver); e

Um técnico representante de órgãos do poder público ligados às áreas de Trabalho, Indústria, Educação ou Ciência e Tecnologia.

Os perfis profissionais, que norteiam a elaboração das competências necessárias a cada ocupação são definidos como:

a descrição do que idealmente o profissional deve saber realizar no campo do trabalho, correspondente a uma determinada qualificação profissional. ...o marco de referência, o ideal para o desenvolvimento profissional que confrontado com o desempenho real das pessoas, indica se elas são ou não competentes, se estão ou não qualificadas para atuar em seu âmbito de trabalho. É expresso em termos de competências profissionais. (SENAI-DN, 2002, p.17).

Os pontos de partida para o estabelecimento de perfis profissionais no SENAI, a partir dessas diretrizes, são caracterizadas pelas mesmas como:

1. O perfil atual do profissional existente no mercado;
2. O perfil profissional desejado pelo mercado, nesse momento;
3. O perfil profissional com perspectiva futura.

Por qualificação profissional é compreendido “um conjunto estruturado de competências com possibilidade de reconhecimento no mercado de trabalho, as quais podem ser adquiridas mediante formação profissional, experiência profissional ou pela combinação de ambas” (SENAI-DN, 2002, p.19).

As qualificações são divididas em níveis, conforme os critérios abaixo:

---

Nível 1: Baixa complexidade, baixo grau de autonomia, etc. (Básico)

Nível 2: Grau médio de complexidade, certo grau de autonomia, etc. (Básico)

Nível 3: Grau médio-alto de especialização, considerável grau de autonomia, etc.(Técnico)

Nível 4: Alta complexidade técnica e intelectual, alto grau de autonomia etc. (Técnico e Tecnológico)

Nível 5: Alta complexidade de heterogeneidade, alto grau de autonomia e tomada de decisão etc. (Tecnológico)

---

O chamado desenho curricular consiste na “concepção da oferta formativa que deverá propiciar o desenvolvimento das competências constituintes do perfil profissional estabelecido pelo comitê” (SENAI-DN, 2002, p.22). A avaliação se dá através da verificação das competências requeridas pela qualificação. Na avaliação são verificados os resultados de desempenho definido no perfil profissional. Esta verificação se dá pelas chamadas evidências de execução, conhecimentos e atitudes. Os documentos relatam os mesmos como:

Evidências de Execução:

- Produto de trabalho;
- Processo de realização das atividades;
- Produto do trabalho e processo produtivo.

Evidências de Conhecimentos:

- Conhecimento de base (princípios, regras, teorias, métodos)
- Conhecimentos aplicados (informação, tecnologia de equipamentos, materiais, instrumentos)
- Podem ser aferidas por instrumentos convencionais de avaliação – tipo prova escrita.

Evidências de Atitudes:

- Comportamentos e valores demonstrados pelo avaliado (SENAI-DN, 2002, p.25)

Por fim, apesar de a partir de 2002 estar fortemente presente nos documentos do SENAI a certificação por competências, ela ainda não ocorre de fato nas Unidades de Ensino do Paraná (UE), de acordo com o que pudemos apurar nas entrevistas com funcionários da entidade realizadas nesta pesquisa. Justifica-se essa situação devido ao fato de os técnicos de ensino ainda não terem sido preparados para tal. No entanto, tudo indica que o trabalho realizado nas UE venha a ser afetado em breve pela utilização das recomendações metodológicas voltadas para a certificação baseada em competências.

A área da construção civil do SENAI-PR está localizada no bairro Parolin em Curitiba. O responsável por esta unidade, relatou na entrevista que oferecia no segundo semestre de 2004 nove cursos diferentes, sendo dois gratuitos e outros sete com um custo que variava entre R\$ 60,00 e R\$ 534,00 por aluno. Os cursos têm suas aulas a partir das 18h e aquelas turmas que não alcançam o número mínimo de participantes são canceladas. A tabela 3, a seguir, apresenta a relação dos cursos regularmente ofertados.

O funcionário entrevistado nessa UE do SENAI-PR, informou, com relação a quem paga os cursos, que:

[quem paga o curso é] o aluno, a não ser que tenha alguma construtora que vá bancar isso para o seu funcionário. Isso acontece no nosso curso de mestre-de-obras, aperfeiçoamento de mestre-de-obras, normalmente a empresa patrocina. [Quem procura os cursos] na grande maioria é a comunidade, apesar de que o SENAI, área da construção civil, existe basicamente para atender as construtoras. Para isso que nós estamos aqui, que afinal de contas são elas que são a razão da existência [desta] escola. A idéia é que nós formássemos mão-de-obra para atendê-las, mas como é, até em função de uma baixa procura, digamos assim, das construtoras, a gente abre para as comunidades, e lógico que essa pessoa acaba... muitos deles [acabam] indo para as construtoras. E a gente acaba então atingindo o nosso objetivo. (Representante do SENAI-PR).

Esta afirmação expressa, de forma clara, qual a razão de ser dos cursos ofertados pelo SENAI-PR. O curso analisado na pesquisa, denominado como formação de 'Auxiliar de Pedreiros' teve seu 'desenho curricular' elaborado pelo SENAI dentro dos parâmetros descritos neste capítulo, sendo ofertado gratuitamente e realizado dentro de espaços sociais em bairros com moradores de baixo poder

aquisitivo no estado, contando para isto com a parceria de algumas instituições para o custeio das despesas relativas ao fornecimento do material necessário para a realização das aulas práticas.

A educação profissional para os trabalhadores de baixa renda no país, carece de políticas públicas efetivas que garantam o seu atendimento. Na ausência destas, os trabalhadores são levados à compra desse tipo de ensino no mercado. A preponderância do sistema 'S' sobre esse segmento de ensino é inquestionável. Falta, todavia, garanti-lo como ensino público, gratuito e de qualidade para todos os trabalhadores. No capítulo seguinte são examinadas as dimensões pedagógicas a partir das condições sócio-econômicas da população atingida pelo curso.

TABELA 3. CURSOS OFERTADOS PELO SENAI-PR NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

| SENAI-CURITIBA (Parolin)   |            |               |       |
|--|------------|---------------|-------|
| Área da Construção Civil   |            |               |       |
| CURSO  | VALOR      | HORÁRIO       | VAGAS |
| Aperfeiçoamento para Azulejistas - 32 horas                        | Gratuito   | 18:40 - 22:00 | 14    |
| Aplicador de Mármore e Granitos - 32 horas                         | Gratuito   | 18:40 - 22:00 | 14    |
| Azulejista (formação)- 60 h  | R\$ 225,00 | 18:00 - 22:00 | 16    |
| Eletricista Instalador Predial - 100 h                             | R\$ 534,00 | 18:40 - 22:00 | 12    |
| Encanador - 60 horas   | R\$ 225,00 | 18:00 - 22:00 | 16    |
| Instalador em Construção a Seco - 40 horas (Dry Wall)              | R\$ 60,00  | 18:00 - 22:00 | 12    |
| Leitura e Interpretação de Projetos de Construção Civil - 40 horas | R\$ 120,00 | 18:00 - 22:00 | 20    |
| Pintura Decorativa - 60 h  | R\$ 225,00 | 18:00 - 22:00 | 16    |
| Técnicas de Impermeabilização - 20 h                               | R\$ 80,00  | 18:40 - 22:00 | 16    |

Fonte: Página do SENAI-PR na internet Disponível em <<http://www.pr.senai.br>>. Acesso em 26 jan. 2005.

## CAPÍTULO V

### O UNIVERSO PESQUISADO E A SUA REALIDADE CIRCUNDANTE: O CURSO DE AUXILIAR DE PEDREIRO E A FALA DOS SUJEITOS

Este capítulo desenvolve a análise do curso de “Auxiliar de Pedreiro” ofertado pelo SENAI-PR em algumas comunidades do Estado do Paraná.

Especificamente, tomaremos como foco de nossa análise o curso desenvolvido no Jardim Independência, bairro de São José dos Pinhais, Paraná. Para saber sobre as **expectativas dos alunos** com relação ao curso e suas **características sócio-econômicas**, realizamos uma entrevista inicial com 9 dos 12 alunos inscritos numa turma do curso.

A partir de uma articulação realizada entre o SENAI-PR, através do Centro Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná (CIETEP), e o Rotary Club, contando também com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR), da Votorantim Cimentos, do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) e da Federação dos Comerciantes de Material de Construção do Estado do Paraná (Fecomac-PR), o programa “Construindo e Educando”<sup>14</sup> leva até localidades carentes do estado o Curso de Auxiliar de Pedreiro.

O currículo proposto expressa a intenção de integrar os alunos através de uma apresentação do Projeto Construindo e Educando, do plano de disciplina e de uma dinâmica na qual todos os participantes possam manifestar suas expectativas com relação ao curso. Em seguida são programadas aulas expositivas baseadas em uma apostila para tratar de temas como habilidades de gestão (segurança, saúde, higiene e planejamento no trabalho), cálculo aplicado (áreas, perímetro, volumes), leitura e

---

<sup>14</sup> A partir do final de 2004 o programa é ampliado em alguns aspectos e passa a se chamar “O Futuro em Nossas Mãos”. Na análise dos documentos, que ocorreu neste momento de transição, por vezes era encontrado o nome anterior, por outras era encontrado já o novo nome do programa.

interpretação de projetos, identificação e utilização correta de ferramentas e equipamentos. Após esta fase, que corresponde a 21,3% da carga horária total do curso, é passado para o momento em que o currículo se direciona para formação específica do profissional, o conteúdo passa a ser tratado em aulas práticas, onde uma obra de fato deverá ser construída na comunidade com o trabalho dos alunos. Essa segunda fase corresponde a 118 horas/aula (78,7% do curso), nela são tratados os seguintes conteúdos: identificação, uso e elaboração dos tipos de argamassa e concreto, execução de armaduras, execução de formas em madeira, locação e marcação de obras, fundações, conhecimentos sobre impermeabilização, execução de pisos e contrapisos, execução de alvenaria, revestimentos argamassados (chapisco, emboço e reboco) e revestimentos cerâmicos.

Trata-se, portanto, de uma proposta de um curso com 150 horas de duração, como o objetivo de “proporcionar qualificação de nível básico aos alunos, através de atividades teóricas e práticas, visando à formação de um profissional com habilidades em construção civil para atuar na ocupação de pedreiro, possibilitando a atuação em obras dentro dos conceitos de segurança, qualidade e produtividade” (SENAI-PR, 2004), destinado a pessoas residentes em localidades consideradas carentes que são identificadas pelo *Rotary*. O curso é realizado com apostilas fornecidas pelo SENAI-PR e é ofertado gratuitamente aos alunos matriculados.

Os requisitos de um profissional para ministrar a aula neste curso são estabelecidos como um pedreiro ou mestre-de-obras com experiência, identificado na região e sua seleção é feita pelo próprio SENAI-PR entre as pessoas com essas condições. Esse profissional passa por uma capacitação proporcionada pelo SENAI-PR, a qual é realizada nas dependências da área da Construção Civil. Não sendo possível localizar na vila ou bairro um profissional disponível para esse trabalho, então um aluno do Curso Técnico em Edificações é indicado para realizá-lo. Cabe ao instrutor seguir os planos de aula propostos pelo SENAI-PR. De acordo com os relatos, o Sinduscon fica responsável por encaminhar às empresas da construção civil

uma relação dos concluintes para possível aproveitamento profissional. Segundo estes mesmos relatos, a Votorantim Cimentos, por sua vez, fornece um *kit* ferramental que é utilizado pelo instrutor e pelos alunos durante as aulas do curso. Na página de Internet da empresa, informações a respeito deste programa são apresentadas, no item relacionado à sua responsabilidade social, com o seguinte conteúdo:

Outro programa da Votorantim Cimentos voltado para a qualificação da comunidade é o 'Formação de Força de trabalho para a Construção Civil'.

Dentre os projetos mais recentes encontra-se uma nova parceria com o Serviço Nacional da Indústria (Senai), o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Prefeituras de municípios paranaenses e o Rotary. Começou pelo Paraná e deverá ser realizado em outras partes do País.

O principal objetivo do projeto é estimular a empregabilidade dos participantes, que poderão atuar como autônomos em pequenos serviços, ou ter acesso a novas oportunidades no mercado de trabalho da construção civil, como também atuar em obras nas comunidades. (VOTORANTIM CIMENTOS, 2004)

No caso da falta de algum material necessário para a realização do curso, segundo nos fora relatado pelo representante entrevistado do *Rotary Club*, esta entidade providencia os recursos necessários para a sua aquisição. São necessários pelo menos 15 alunos para que o curso possa ser realizado, muito embora o caso analisado tenha se iniciado contando com apenas 12 alunos.

O Jardim Independência é uma bairro suburbano na cidade de São José dos Pinhais, região metropolitana da Grande Curitiba. O local possui um bom número de moradias de padrão regular (feitas de alvenaria, com garagem, portão, muro) e outras tantas, localizadas mais ao "fundo" da vila (partindo-se do Parque da Fonte, principal referência do bairro), estas normalmente em madeira, sem pintura, construídas em locais irregulares (ocupações) e desprovidas do amparo legal que uma documentação referente à suas residências pudesse proporcionar. Boa parte dos moradores dessas últimas moradias trabalham com a coleta de material reciclável com carrinhos puxados por cavalos ou pelos próprios trabalhadores. Nas residências com melhor acabamento (em alvenaria) encontram-se, normalmente, trabalhadores dos diversos setores

industriais, comércio e serviços, mas com a remuneração que é costumeira a trabalhadores subalternos em nossa região metropolitana, a qual não permite maiores incrementos em suas condições de vida ou maiores melhorias no padrão de suas moradias.

Nesse bairro há uma associação de moradores, a AMORJ. Essa Associação dos Moradores do Jardim Independência fora no ano de 2004 escolhida pelo Programa Construindo e Educando para ser beneficiada com o Curso de Auxiliar de Pedreiro. De acordo com a presidente da AMORJ, ela foi contactada pelo responsável do curso do SENAI-PR, o qual lhe relatou o formato do programa. Após esse contato, foi assinado um convênio entre o SENAI-PR e a AMORJ para que o curso fosse realizado na sede da mesma.

A presidente da Associação de Moradores é uma senhora com 60 anos de idade, que desenvolve um conjunto de ações na busca de resultados voltados para atender a interesses dos moradores de seu bairro. Ela informou que todos os dias a AMORJ prepara e fornece uma média de 200 refeições para os moradores mais carentes da comunidade. Esse trabalho é feito com a participação de outras mulheres do bairro, que preparam e servem as refeições feitas com alimentos fornecidos pelo programa Fome Zero.

É dela o relato da luta para a conquista do reconhecimento da AMORJ como uma entidade de “utilidade pública”, tanto no município quanto em âmbito estadual. Esse reconhecimento é visto pela dirigente da entidade como importante para o seu relacionamento com órgãos públicos e outros de outra natureza para a busca de recursos. A esse respeito relata que “porque se a gente não tem um documento como que a gente vai pedir doação pra alguém, né? Tem que ter documentação legal quando a gente precisa de uma doação, [quando] for pedir uma doação, a gente ganha, se a gente não tiver documento a gente não ganha.”.

O “técnico de ensino” (instrutor) é alguém da própria comunidade que é capacitado pelo SENAI-PR para ministrar o curso, seguindo os planos de aula. Trata-

se, normalmente, de um pedreiro identificado na comunidade pela associação parceira. Com esse instrutor é feito um contrato de prestação de serviços para que ministre as aulas do curso. Quando não é possível identificar alguém para realizar essa atividade na própria comunidade, então um aluno do curso técnico em edificações é contratado para fazê-lo. No caso estudado o pedreiro entrevistado, que já era conhecido do funcionário representante do SENAI-PR lotado no CIETEP/Área da Construção Civil e morador próximo da comunidade, fora o escolhido. Essa seleção, conforme nos relata o representante do Rotary Clube Ópera Arame de Curitiba, iniciou-se de uma forma mais rígida e foi se tornando mais maleável conforme o andamento do projeto.

O SENAI, quando dava o curso no SENAI, fazia uma parede no prumo, na linha, no nível bonitinha revestia de azulejo de primeira qualidade, estava linda de morrer, tirava no máximo uma fotografia, quebrava aquilo tudo, jogava na caçamba e vamos para a próxima turma, não... só para aprender. Agora o quê que nós vamos fazer no projeto [construindo e educando], a gente vai na favela pega um 'carinha' prático na favela que saiba assentar tijolo, que saiba rebocar, que saiba..... e construímos uma obra e deixamos na própria comunidade. O cara da favela é analfabeto quando muito....Os clubes de Rotary gostaram da idéia, juntaram trinta indivíduos, que vão ser os multiplicadores, e levaram para o SENAI. O SENAI aplicou o teste e reprovou 27, só aprovou 3, porque estas pessoas não corresponderam. (...) Eu embarquei no projeto na reunião seguinte a essa situação que isso aconteceu, eu estava no projeto mas eu não ia lá, alguém do nosso clube é que estava indo, eu estava em outras coisas (...) No dia de uma reunião no SENAI aparece eu e um outro cara, o Elias, mais ninguém do Rotary foi lá (...) escolhi uma entidade, fiz o primeiro curso, teve um monte de ajustes que a prática mostrava assim [o que] os grupos isoladamente não percebiam... Como é que vamos resolver? Onde que vamos arrumar alunos? Quem vai ser o instrutor? Peguei o meu mestre de obras, que é marido da minha secretária, levei-o pessoalmente no SENAI, pus ele junto com o [representante do SENAI-PR] e fiquei olhando. O [representante do SENAI-PR] deu o questionário para ele, falei: 'sabe ler, Mané?'... Mané foi indo lá, aí teve uma hora que o Mané se encasquetava, junto com o [representante do SENAI-PR]... 'Que foi Mané?'... 'Por que o concreto deve ser adensado?... adensado...'... 'Por que que você põe o vibrador no concreto?' 'Ah! Lógico, senão dá bicheira, pô.'. O cara da prática sabe muito bem, só ele não conhece a terminologia. Você veja que os outros devem ter... foi o mesmo questionário que foi apresentado para os outros. (Representante do Rotary Club Ópera de Arame)

O representante do SENAI-PR tinha conhecimento tanto da associação de moradores, da qual a sua esposa havia utilizado o espaço para a realização de uma festa de casamento de uma afilhada, quanto do pedreiro selecionado para instrutor, este com mais de vinte anos de experiência na Construção Civil, e convidado por aquele

para ser o instrutor no curso que estaria para se realizar. O representante do SENAI-PR tornou-se o elo de ligação entre a associação, o instrutor, o SENAI e o Rotary, levando a proposta do Projeto Construindo e Educando à presidente da Associação de Moradores e ao pedreiro selecionado. De início, o experiente pedreiro relutou em aceitar o convite, mas, sendo conhecido do representante do SENAI-PR e incentivado por este, acabou por concordar. O pedreiro nos conta este episódio da seguinte forma:

o [representante do SENAI-PR] que me indicou lá para o pessoal para ser instrutor do SENAI. Ele me perguntou se eu queria, né, porque ele achou que eu não ia querer... ‘faz uma experiência para ver’, que nem eu falei para você, a gente trabalha e como ele falou que era um curso de 150 horas, não [sem problemas]... 150 horas a gente vai lá e faz. A noite geralmente... você está liberado, não tem nada para fazer, fica lá. E segue a apostila, passa um pouco do conhecimento que você sabe para o pessoal também, né. Por que isto é muito interessante, né. (Pedreiro selecionado para instrutor)

Antes do curso de pedreiro do Programa Construindo e Educando, havia no local, na sede da associação, um curso de alfabetização de adultos que alguns dos que agora fazem o curso chegaram a frequentar. A presidente da Associação de Moradores estava com dificuldades na manutenção desse curso de alfabetização pois o espaço utilizado para as aulas era o mesmo destinado às eventuais reuniões da associação.

...aqui veio a esposa do [representante do SENAI-PR], veio pedir para fazer a festinha de casamento da afilhada dela. Ela estava doando a festinha por que a menina não tinha condições. Então ela veio aqui ver como que era, se dava para fazer a festinha e tal. Aí ela chegou, entrou na cozinha, eu mostrei tudo para ela. Ela viu que tinha churrasqueira, tinha as mesas, tinha o salão aqui, né? Ela gostou e disse que dava para fazer a festinha. Naquele tempo não tinha cerâmica, tava tudo... mas ela fez a festinha. Arrumou, enfeitou, o salão ficou bonitinho “pra caramba”. Aí eu falando para ela que precisava aumentar o salão, por que tinha o “mobral” aqui e não estava dando certo, por que um dia tinha reunião e não tinha onde ficar o pessoal do “mobral”, aí ela disse assim “ah, meu marido é do SENAI e ele tem algum tipo de trabalho que ajuda.”, e eu falei, “então você achou pra quem você ajudar, traz ele aqui”. (Presidente da Associação de Moradores)

Tendo sido fechada a parceria entre a AMORJ e o Programa Construindo e Educando, o pedreiro selecionado foi levado pelo representante do SENAI-PR para realizar o teste de seleção no SENAI a fim de ser instrutor do curso e, sendo aprovado, receber uma capacitação para ministrar as aulas.

A gente faz uma avaliação lá, para ver como que é, como é que não é, se o cara entende

realmente. Escrita, uma entrevista. Porque de repente faz uma pergunta para o cara [sobre] quantos quilos de argamassa vai por metro, o cara vai dizer que vai 15 quilos de argamassa por metro... né? Então ele fazem umas perguntas para você, uma avaliação, né? Para ver se você entende realmente quantos tijolos vai por metro quadrado, a dosagem que você vai usar na massa. Então tudo... quantos sacos de cal, tudo tem que conhecer. [a entrevista] eu fiz lá no SENAI, (...) A gente teve uma orientação de como se relacionar com o pessoal, de como tratar o pessoal, como orientar eles, para não ser bruto, tem que ser bem delicado. Não adianta chegar lá dar um coice no cara ele não vem mais, né. Então a gente teve um preparo assim... Quanto ao conteúdo não...a apostila [me foi mostrada] depois do curso somente. Quando começou o curso que eles trouxeram a apostila daí. No segundo dia... para mim e para todos os alunos. Os planos de aulas me entregaram antes. (Pedreiro selecionado)

O fato de a apostila ter sido mostrada somente após o início do curso não fora encarado como problema nem pelo instrutor selecionado, nem pelo pessoal do SENAI consultado a respeito. Segundo estes, tal curso depende muito mais da capacidade prática do instrutor do que do material didático impresso. A ênfase maior é dada na questão do saber fazer, de forma pragmática e bastante objetiva, questões teóricas sobre a profissão em formação não são colocadas como prioritárias no programa. No entanto, segundo nos mostra KOSIK, a práxis utilitária e o senso comum não proporcionam a compreensão da realidade das coisas, é fragmentária, imediata, baseada na divisão do trabalho e da sociedade em classes. Tal limitação, no entanto, pode ser compreensível do ponto de vista de que o curso é realizado dentro de parâmetros que não permitem um trabalho mais aprofundado e demorado dentro do período do acordo estabelecido com a instituição que acolhe o programa. Claro que abrir mão de um elemento em prol de outro, ou seja, renegar o elemento teórico, o qual deve ser visto como guia de uma ação consciente (VÁZQUEZ, 1977, p.117), em favor apenas do aspecto prático como que se este pudesse se sustentar apenas por si próprio, significa não dar o completo sentido à totalidade do conhecimento que se faz com todas as suas dimensões e não apenas com uma de suas faces. No entanto, a fala dos atores envolvidos, voltada para privilegiar a ação prática, pode, por hipótese, estar vinculada à baixa escolarização dos alunos em qualificação. Isso pode incorrer, no entanto, em uma visão reprodutivista, na medida em que o curso esteja voltado apenas para o aprendizado prático, sem contribuir com a elevação intelectual e cultural dos

alunos trabalhadores.

Passada a fase de fechamento do acordo, seleção e capacitação do instrutor, e também paralela à seleção e capacitação, a AMORJ tratou de buscar alunos para o curso divulgando-o em toda a comunidade de diversas formas. A princípio a turma deveria se iniciar ‘obrigatoriamente’ com um mínimo de 15 alunos. Na prática, a presidente da Associação de Moradores conseguiu uma lista com mais de 20 interessados, porém, apenas 12 apareceram para as aulas. Foram colocadas faixas e cartazes na Associação, nas igrejas e em vários pontos comerciais da região. No entanto, tanto a presidente da Associação de Moradores quanto o instrutor selecionado consideraram que o tempo dado entre o início das matrículas e o primeiro dia de aula foi muito curto, o que pode ter dificultado que o curso se iniciasse com um número maior de alunos.

Na noite da entrevista com os alunos, o instrutor selecionado estava ministrando para os nove presentes uma aula sobre as ferramentas utilizadas em um canteiro de obras e sua correta utilização (ver Planos de Aula em anexo, Plano de Aula número 5). As ferramentas, ali no momento disponíveis, estavam dispostas sobre a mesa do salão da associação, os alunos sentados em volta da mesa e o instrutor em pé explicando uma a uma sobre elas. As entrevistas levaram em conta que cada um dos alunos se constitui em um indivíduo, um sujeito ativo, dentro de uma sociedade que os constitui como tal e ao mesmo tempo lhes nega a sua subjetividade. “O indivíduo (...) depende e faz parte de um todo mais vasto.” (MARX, 2004).

O resumo dos dados obtidos na entrevista relatada segue na tabela 4, as entrevistas completas se encontram em anexo no final deste trabalho.

TABELA 4. RESUMO DOS DADOS DOS ALUNOS REPRESENTANTES NA AMORJ

**Alunos do Curso de Auxiliar de Pedreiro do Programa Construindo e Educando – AMORJ**

|   | Nome   | Idade | Anos Estudo | Est. Civil | Já trabalhou na Constr.? | Renda Mensal | Etnia  | Profissão    |
|---|--------|-------|-------------|------------|--------------------------|--------------|--------|--------------|
| 1 | A.F.G. | 56    | 8           | Casado     | Não                      | Não Possui   | Moreno | Desempregado |
| 2 | J.B.   | 35    | 7           | Casado     | Sim                      | 600          | Branco | Pedreiro     |
| 3 | N.A.N. | 66    | 2           | Casado     | Sim                      | Não Inf.     | Negro  | Pedreiro     |
| 4 | D.S.B. | 29    | 11          | Casada     | Não                      | 478          | Branca | Vendedora    |
| 5 | C.R.S. | 45    | Não Inf.    | Casado     | Sim                      | 800          | Branco | Eletricista  |
| 6 | G.H.O. | 33    | 11          | Solteiro   | Sim                      | 600          | Negro  | Metalúrgico  |
| 7 | J.D.N. | 32    | 4           | Casado     | Sim                      | 600          | Branco | Servente     |
| 8 | R.R.   | 47    | 4           | Casado     | Sim                      | 890          | Branco | Motorista    |
| 9 | L.P.   | 54    | 4           | Casado     | Sim                      | 900          | Branco | Pedreiro     |

Dos representantes, oito **possuem mais de 30 anos de idade**, apenas um estava no momento do curso com 29 anos. A idade média dos 9 é de 44,1 anos, demonstrando um desinteresse dos mais jovens moradores da região em participar de um curso desse tipo. Preocupação essa revelada também pelo instrutor selecionado quando perguntado sobre a comunidade nos diz que “...tá muito difícil de trazer os jovens para o curso, o pessoal mais jovem. Muito difícil... você chega lá e fala que é um curso de pedreiro eles ‘Ih! Pedreiro!?’ [risos] ‘Não tem outro curso não?’ [risos] Serviço mais pesado não é com eles”.

Dos nove, **a maioria tem somente até a 4<sup>a</sup>. série concluída**, 2 chegaram até a 7<sup>a</sup>. e 8<sup>a</sup>. séries respectivamente, outros dois possuem o Ensino Médio completo e buscam com o curso conhecimentos específicos, como no caso da vendedora D.S.B., que trabalha com venda de materiais de construção e diz estar fazendo o curso para poder entender melhor dos produtos que vende e também para acompanhar o marido que também é aluno no curso.

Quanto ao estado civil, oito **são casados**, possuindo; em média, **pelo menos dois filhos** em casa. Alguns estão em seu segundo casamento, possuindo também filhos no primeiro casamento. Três deles possuem 4 filhos. Apenas o rapaz solteiro e

com Ensino Médio completo não possui filho, constituindo-se, de fato, em uma exceção no grupo.

Dos nove, **7 já trabalharam anteriormente na construção civil**, sendo que 4 deles trabalham atualmente, três como pedreiros e um como servente. Estes são aqueles que buscam no curso uma certificação para melhorar sua condição de trabalho, seja como autônomo, seja buscando uma vaga em uma empreiteira. Para J.D.N., servente, 32 anos “porque eu quero aprender mesmo, entender, fazer orçamento, medição... estas coisas, entender do projeto, para a gente poder trabalhar por conta, né? Isso influi muito.”. Para o senhor N.A.N., 66 anos, “eu tendo o diploma aí, *se a fiscalização chega para encher a paciência lá eu digo, está aqui ó, eu sou o responsável pela obra, tem engenheiro, tem tudo, mas eu entendo, eu aprendi trabalhar*, aí pronto acabou.”. Ou no caso do senhor A.F.G., metalúrgico desempregado, 56 anos, que quer aprender uma profissão a mais para aumentar suas chances de conseguir um emprego, uma vez que se encontra no momento sem uma renda mensal garantida.

A **renda média mensal** dos representantes é de **2,6 salários mínimos**. Dos nove, seis são a principal fonte de renda de sua casa. Como a maioria é casada possuem, alguns destes, a renda reforçada pela esposa ou pelo marido, como no caso de J.B. e D.S.B., em que ela é considerada pelo casal como a principal fonte de renda da casa, uma vez que possui um salário fixo, e ele, apesar de afirmar conseguir tirar mensalmente um valor superior ao salário recebido pela esposa, reconhece que sua renda é apenas complementar na família.

A maioria (seis) é de cor branca, havendo dois que se consideram negros e um que se declarou como moreno. O fator étnico é passível de inúmeras cogitações a respeito dos motivos que levam este ou aquele grupo étnico a freqüentar um curso dessa ou de outra natureza. Políticas de cotas e de discriminação positiva são discutidas em diversos trabalhos, nos diferentes níveis e modalidades educativas, merecendo uma atenção mais detalhada e específica, não sendo aqui, nesta análise, o

foco de nossa discussão.

Durante o acompanhamento do curso pudemos verificar que o conteúdo apresentado em sala de aula acompanhava, na medida do possível, o proposto pelos planos de aula e a apostila. No entanto, ao chegar ao ponto em que se passaria para o ensino prático, envolvendo a construção de uma salão de aproximadamente 80 m<sup>2</sup> na sede da associação dos moradores, uma série de contratemplos começou a atrapalhar o andamento do curso. A presidente da Associação de Moradores reclama em sua fala que o instrutor começou a faltar repetidas vezes, “vários dias que a gente veio aqui fez lanche, teve que desperdiçar o lanche por que ele não veio, os alunos vieram e ele não veio. Os alunos foram embora, várias vezes.”. O instrutor selecionado se defende dizendo que os únicos dias em que faltou foram por motivo de chuva, o que impossibilitava a execução das aulas práticas, uma vez que estas seriam realizadas a céu aberto.

Tal contratempo resultou no fato de que a obra, que a princípio precisaria estar terminada antes do final de dezembro 2004, ainda se encontrava em suas primeiras fileiras de tijolos no final de janeiro de 2005, e com uma grande evasão de alunos. Em um dia de nossa visita ao local, no dia 1º de fevereiro de 2005, apenas 3 alunos estavam trabalhando na atividade prática junto com o instrutor. Eram eles, G.H.O., 33 anos, solteiro, trabalhador com ensino médio completo, um dos mais presentes em todas as visitas que realizamos, e que pretende no futuro ainda cursar uma faculdade; L.P., 54 anos, casado, pedreiro de profissão desde os anos 80, que diz estar no curso para poder aprender mais sobre a profissão e A.F.G., 56 anos, casado, desempregado, que diz não ter interesse de continuar estudando formalmente, mas está no curso para “aprender uma profissão”. É difícil dizer se o instrutor conseguirá motivar estes três a permanecerem até o final do trabalho a ser realizado ou se será possível trazer de volta para as aulas práticas, depois de tantas faltas, os demais alunos para auxiliar na empreitada. Talvez a presidente da Associação de Moradores demore um pouco, ou bem mais, do que o esperado para ver a sede da AMORJ ampliada. Mas o fato é que o

curso ofertado pela parceria, para alcançar seu objetivo principal de atender a comunidade e participar da formação de trabalhadores no local, vêm encontrando sérias dificuldades de concretização. Percalços talvez não previstos, em virtude do mau tempo e de faltas por outros motivos do instrutor, ocasionando um grande atraso do cronograma, que precisam ser analisados para uma elaboração de uma futura turma em outra região. Em planos para o futuro o Instituto Votoram fala em “capacitar jovens para a construção civil”<sup>15</sup>, também neste ponto, para tal objetivo ser alcançado, a ação de buscar alunos na localidade para matrícula no programa deve ser revista, uma vez que, no caso do Jardim Independência, a turma começou com apenas 12 alunos, número considerado baixo tanto pelos organizadores do curso quanto pelo instrutor selecionado, que acredita que “se tivesse começado com uns 25, teríamos pelo menos um 15 aqui hoje para trabalhar na obra”, e esses 12 alunos tem uma idade média de 44 anos de idade, o que demonstra que os jovens, de fato, ficaram de fora da iniciativa no caso estudado.

Contudo, certamente, ainda mais importante que todos os pontos acima mencionados, está o fato de que a escolaridade dos alunos é, em média, baixa, não permitindo em muitos momentos a estes o devido acompanhamento das aulas teóricas iniciais do curso, sendo necessária ações no sentido de se buscar a articulação não apenas do conhecimento tácito com a teoria sobre o trabalho realizado, mas também uma sólida formação geral propedêutica oferecida em um curso de Educação de Jovens e Adultos que pudesse acontecer de forma associada a iniciativas de formação profissional. Políticas públicas de educação profissional associadas a políticas sociais de formação profissional são necessárias para que o país possa, de fato, caminhar na busca de uma valorização cada vez maior de seus trabalhadores, dos homens e mulheres que de fato constroem os alicerces que mantêm de pé a estrutura nacional.

Quanto à formatação curricular do curso, fica evidente pela relação de

---

<sup>15</sup> Ver reportagem em anexo “Programa qualifica jovens para construção civil”, de 10/11/2004, obtida no site do Sinduscon.

aproximadamente 4/5 de aulas práticas, um predomínio dos aspectos pragmáticos em detrimento do teórico, uma postura mais voltada para uma pedagogia das competências na qual estas são entendidas como “saber fazer” do que para uma capacitação que envolva uma maior compreensão entre a relação teoria/prática como práxis, como nos diz Kuenzer:

A prática, portanto, compreendida não como mera atividade, mas como enfrentamento de eventos, não se configura mais como simples fazer resultante do desenvolvimento de habilidades psicofísicas; ao contrário, se aproxima do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico. (KUENZER, 2003)

Com relação ao conteúdo, alguns pontos apresentados (sobretudo leitura, interpretação e cálculos) demandam uma maior articulação da formação proposta de qualificação profissional com conhecimentos básicos que a educação formal deve proporcionar. Articulação essa que só se faz possível a partir de políticas públicas que garantam o acesso do trabalhador a uma formação unitária que seja capaz de dar conta das reais necessidades educacionais da população brasileira. Outros tópicos de cunho mais técnico necessitariam um tempo maior de capacitação do instrutor por parte do SENAI, o que segundo nos informaram nas entrevistas fora realizado de forma simplificada e rápida, isso talvez devido ao *status* do curso de parceria com características beneficentes que resulta em uma dotação restrita de recursos. Os saberes que o instrutor afirma ter adquirido em sua experiência profissional são considerados suficientes por parte do Departamento de Construção Civil do SENAI-PR para que este pudesse dar conta de temas como segurança, planejamento e o ensino de cálculos aplicados aos alunos.

Quanto aos tempos utilizados para a realização desse curso, verificou-se no caso estudado que estes foram inapropriados no momento em que: 1. o curso teve início antes que a apostila que deveria servir de base para as aulas estivesse de posse do instrutor e dos alunos; 2. as aulas teóricas foram deixadas para segundo plano na distribuição da duração total do curso, formatado para 150 horas; 3. as aulas práticas realizadas ao ar livre, inicialmente previstas para serem concluídas no mês de

dezembro de 2005, se arrastavam até o mês de fevereiro devido a problemas relacionados com freqüentes faltas do professor, de alunos (até mesmo em virtude das faltas do primeiro, alguns já estavam ficando cansados de comparecer e não encontrá-lo) e problemas relacionados ao clima, uma vez que em dias de chuva as tarefas no canteiro de obras ficavam impossibilitadas de serem realizadas.

Isso tudo deixou a realização do curso, em termos pedagógicos, muito aquém, tanto da proposta inicial de cunho assistencialista quanto de uma adequada formação inicial para esses trabalhadores, cidadãos, moradores dessa comunidade de baixa renda de uma populosa região metropolitana de nosso país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, constatamos que investigar a educação profissional de nível básico em nosso país, na busca pela construção de uma síntese histórica desta, de forma a subsidiar a análise do objeto investigado, significou lançar um olhar preocupado para algo que tem sido deixado em segundo plano nas propostas e ações oficiais da área educacional. Os trabalhadores, infelizmente, não são os principais sujeitos de tais projetos. A qualificação destes é encarada de forma secundária ou supletiva. Na ausência de uma ação estatal mais bem dirigida, organizações diversas aliadas à sociedade civil atuam de forma assistencialista e reprodutivista, buscando estender aos excluídos um pouco do que o capital compreende como competência mínima para um possível, porém cada vez mais difícil, aproveitamento de sua força de trabalho.

Programas que possuem um embasamento teórico reprodutivista e uma ação pragmaticamente assistencialista de educação profissional, a exemplo do que pudemos investigar nesta pesquisa, não diferem na forma e alcance de outros programas assistencialistas nas diversas e problemáticas questões sociais de nosso país. Ações isoladas que atuam no fenômeno, resultado das relações sócio-econômicas baseadas no capitalismo, e que vazias de uma intenção mais crítica não colaboram na superação dos trabalhadores de sua condição de oprimidos, que, por não irem à raiz do problema, ou seja, não colocarem em questão as formas de organização da produção, distribuição da riqueza e respeito à condição humana do trabalhador e sua família, se limitam a reproduzir os mecanismos de manutenção da situação de exclusão destes. O treinamento puro e simples, ainda que necessário, para uma determinada profissão não pode ser reduzido de forma tão pragmática e realizado de forma separada da compreensão da importância histórica desta ocupação e do real papel destes trabalhadores na interação com os demais sujeitos históricos com quem convivem em sua própria sociedade. Ainda que as intenções dos envolvidos no programa sejam as

melhores possíveis, como de fato pude constatar que são, não justifica a negação a uma visão mais ampliada da profissão e do desenvolvimento de conhecimentos necessários à superação de problemas não previstos, como demanda uma sociedade cada vez mais baseada em uma permanente evolução tecnológica em todas as áreas. Mais grave ainda é quando, sabendo o que precisa ser informado, a omissão e o silêncio se fazem presente. Conduzir o trabalho educativo profissional de forma a reduzir o trabalhador a mero executor de tarefas predeterminadas é negá-lo como sujeito do trabalho que executa. Significa reduzi-lo a mero mecanismo da linha de montagem industrial, no caso estudado, a mero instrumento em um canteiro de obras, tão vivo quanto um saco de cimento ou uma colher de pedreiro. Do ponto de vista dos alunos, o curso é encarado como algo idealisticamente pragmático, de real e imediato valor, uma vez que vislumbram a possibilidade de, através dele, “aprender uma profissão”, “pegar o diploma”, “tomar mais conhecimento sobre os materiais” ou, de forma mais objetiva, “tentar fazer minha casinha” (v. entrevistas em anexo), ainda que sua formatação seja muito mais pautada pela visão assistencialista daqueles que o apóiam e executam do que pela orientação pedagógica positivamente tecnicista de seus referenciais institucionais.

Se essa é a formação que tem sido oferecida aos trabalhadores de base da construção civil, de forma generalizada em nosso país, então pouco poderemos esperar quanto a uma possibilidade real de avanço na superação de sua condição, enquanto classe social, permanentemente submetida à exploração da ordem capitalista vigente. Nosso objetivo inicial de relatar, a partir de um estudo de caso específico, de que forma estão sendo organizados os trabalhos pedagógicos de cursos de qualificação profissional básica voltados para trabalhadores da Indústria da Construção Civil em Curitiba, foi completado de forma a buscar contribuir nos planos acadêmico e teórico como mais um passo na longa caminhada em busca de uma maior compreensão crítica do que tem sido feito e do muito que ainda necessita e pode ser realizado em relação à qualificação e educação dos trabalhadores brasileiros. Qualificação essa que não pode

ser resumida ao seu adestramento, como se animais irracionais e domesticados o fossem. Nem pode ser destinada a uma eficácia produtiva desumanizante que visa meramente ao aumento contínuo do lucro obtido pelos detentores do capital, mesmo que isso aconteça em detrimento da qualidade de vida e da saúde do trabalhador brasileiro. Qualificação, que partindo de uma compreensão ampliada do termo qualidade, precisa ser vista em sua totalidade como qualidade também social do trabalho, de forma a aproveitar cada vez mais o potencial humano para a constituição de uma nova organização social, na qual o trabalho coletivo seja realizado em prol da transformação possível da atual sociedade através, sobretudo, das mãos daqueles que, em seu dia a dia, participam diretamente da sua construção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, M. A. [et al]. Olha para a história: caminhos para compreensão da ciência hoje. In: ANDERY, M. A. [et al]. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. São Paulo: EDUC, 1998. p.11-18 e p.435-446.

BIELINSKI, A C. Educação profissional no século XIX: Curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios : um estudo de caso. Boletim Técnico Do Senac, Rio de Janeiro: v. 26, n. 3, p. 45-55, set./dez., 2000.

BRASIL. Constituição da República. 1937.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Plano Nacional de Educação. PNE / Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional e a Reforma do Ensino Médio. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília, s.d. (mimeo)

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: CURY, C. R. J. LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.134-137.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/dec5154\\_04.pdf](http://www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftp/dec5154_04.pdf)>. Acesso em 15 nov 2004.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Consolidação das Leis Trabalhistas. MTE, 2004.

CUNHA, L. A. O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo. Editora da Unesp: Brasília, 2000.

CURY, C. R. J. LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERNANDES, F. Construção civil gera menos empregos. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, 23/05/2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Macrossetor da Construção 2001. São Paulo: IBRE-FGV, 2001.

GHIRALDELLI Jr., P. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

GOUNET, T. Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002

KOSIK, K. A “praxis”. In: Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.197-207.

KUENZER, A. Z. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19-29, maio/ago. 1999.

\_\_\_\_\_. Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v.20, no. 1, jan/abr, 2003.

KUPFER, D. & FREITAS, F. Análise estrutural da variação do emprego no Brasil entre 1990 e 2001. Publicado em Boletim de Conjuntura do IE/UFRJ, março de 2004.

LEFEBVRE, H. Lógica Formal Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d. p.236-241.

LIMA FILHO, D. L. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v.20, n.02, p.269-301, jul./dez. 2002

LÜDKE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p.1-53.

MARX, K. A Ideologia Alemã. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

\_\_\_\_\_. O Capital. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política. s.n., 2004. não paginado

MELO, O. C. Alfabetização e Trabalhadores: o contraponto do discurso oficial Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP; Goiânia, Goiás: Editora da UFG, 1997.

MEC. Educação Profissional: Legislação Básica. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 11 nov. 2003

MORAES, C. S. V. Ações empresariais e formação profissional: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. São Paulo Perspec., abr./jun. 2000, vol.14, no.2, p.82-100.

PME-IPARDES/IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Dez. 2002/Dez.2003

RAMOS, M. N. Reforma da educação profissional: uma síntese contraditória da (a)-diversidade estrutural Disponível em <[http://www.educacaoonline.pro.br/reforma\\_da\\_educacao\\_profissional.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/reforma_da_educacao_profissional.asp)> Acesso em 26 mar. 2005

\_\_\_\_\_. A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. p.131

SENAI-PR. Manual de Educação Profissional e Serviços Técnicos e Tecnológicos. 2ª edição revisada, Curitiba, 2002. 31p.

\_\_\_\_\_. Proposta Pedagógica do Curso Técnico de Mecânica. SENAI/DR: Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Planos de aula do curso de Auxiliar de Pedreiro. CIETEP/NET/NIT: Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. Conheça o SENAI-PR. Disponível em <<http://www.pr.senai.br>>. Acesso em 26 jan. 2005.

SENAI-DN. Certificação Profissional Baseada em Competências. s.n.: Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. PAM - Programa de Ações Móveis. Disponível em <<http://www.dn.senai.br/aepam>>. Acesso em 27 mar. 2005.

SILVA, J. E. O nascimento da luta sindical no Brasil e as primeiras lutas operárias (1890-1935). Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

SINDUSCON-SP. Revista Conjuntura da Construção. Ano 2, número 4, dezembro de 2004.

SIMÕES, L. Competências para a sociedade do conhecimento. SENAI Brasil, Brasília, V.9, N. 46, mar.-abr. 2000. p. 6-7

VAZQUEZ, A. S. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VOTORANTIM CIMENTOS. Página da empresa na Internet. Disponível em <<http://www.votorantim.com.br>>. Acesso em 16 nov 2004.

**ANEXOS**

**ANEXO 1:**

**PLANOS DE AULA DO CURSO**

## DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ

## SENAI/CURITIBA

Curso: Auxiliar de Pedreiro

Carga Horária: 150h

Objetivo Específico: proporcionar qualificação de nível básico aos alunos, através de atividades teóricas e práticas, visando a formação de um profissional com habilidades em construção civil para atuar na ocupação de pedreiro, possibilitando a atuação em obras dentro dos conceitos de segurança, qualidade e produtividade.

| Carga Horária | Conteúdos  |
|---------------|--|
| 1 h/a         | Integração   |
| 7 h/a         | Habilidades de Gestão  |
| 4 h/a         | Cálculo Aplicado   |
| 16 h/a        | Interpretação de Projetos  |
| 4 h/a         | Identificação e utilização correta de ferramentas e equipamentos |
| 2 h/a         | Concreto e Argamassa   |
| 10 h/a        | Noções de Armadura   |
| 10 h/a        | Noções de Formas para Concreto                                   |
| 4 h/a         | Locação de Obras   |
| 8 h/a         | Fundações  |
| 2 h/a         | Impermeabilização  |
| 2 h/a         | Pisos e contrapisos  |
| 36 h/a        | Alvenaria  |
| 24 h/a        | Revestimentos argamassados                                       |
| 20 h/a        | Revestimento cerâmico  |

## PLANOS DE AULA

### **1. Integração**

Objetivo: Apresentar o Projeto Construindo e Educando, o plano de disciplina e integrar todos os participantes visando a comunicação entre eles e verificando suas expectativas e as possibilidades de alcançá-las, proporcionando o desenvolvimento do curso de acordo com o esperado.

Assunto: apresentações: pessoal [do instrutor] e do projeto

Recursos: quadro, giz, pincel, apagador

Estratégias: aula expositiva dialogada

Tempo previsto: 0,5 h/a

Assunto: levantamento de expectativas, apresentação dos treinandos, do Plano de Disciplina e recomendações

Recursos: papel sulfite, lápis, Plano de Disciplina

Estratégias: Elaboração de levantamento de expectativa de forma escrita e, após, cada treinando deverá apresentar-se expondo aquilo que espera do curso, o instrutor poderá ir anotando as palavras chaves e no final das apresentações fazer um resumo destacando as reais possibilidades dessas expectativas serem alcançadas e de que forma.

Tempo previsto: 0,5 h/a

Avaliação: perguntas e respostas

Articulação com a próxima aula: O que são habilidades de gestão?

### **2. Habilidades de Gestão**

Objetivo: sensibilizar o treinando para a prevenção e prática de segurança, saúde e higiene no trabalho, bem como o planejamento em todas as atividades, visando o bem estar, a produtividade e a qualidade no desenvolvimento das tarefas.

Assuntos: segurança no trabalho, planejamento, elaboração de orçamento, normas técnicas, “minuta de segurança”

### **3. Cálculo Aplicado**

Objetivo: dominar os conhecimentos básicos de matemática, para que o treinando possa calcular áreas, perímetro e volume corretamente, proporcionando perfeito levantamento de dados quantitativos.

Assuntos: cálculo de superfície, cálculo de perímetro, cálculo de volume

### **4. Interpretação de Projetos**

Objetivo: proporcionar ao participante conhecimentos necessários para a correta leitura e interpretação de projetos, visando a execução dos serviços de acordo com as normas estabelecidas pelos mesmos.

Assuntos: escalas (redução, real); noções de planta, cortes e elevações; cotas, simbologias e elaboração de croquis; interpretar projetos arquitetônicos; interpretar projetos estruturais

### **5. Identificação e utilização correta de ferramentas e equipamentos**

Objetivo: proporcionar ao participante o conhecimento necessário para o uso correto das ferramentas e equipamentos, visando a qualidade, a produtividade e segurança na execução dos serviços.

Assuntos: definição e distribuição de ferramentas e equipamentos, características básicas e conservação; orientações sobre procedimentos de segurança quanto à utilização; utilizando as ferramentas

### **6. Concreto e Argamassa**

Objetivo: oportunizar ao participante a identificação e uso dos tipos de argamassa e concreto, bem como a elaboração correta destes produtos, visando a qualidade e a minimização de patologias na edificação.

Assuntos: definição, composição e tipos de concreto e argamassas; aglomerantes,

agregados (principais tipos, características e armazenamento); traço, dosagem e tipos de mistura

### **7. Noções de Armaduras**

Objetivo: fundamentar os conhecimentos empíricos adquiridos pelo participante dando-lhe o embasamento teórico/prático necessário à melhor compreensão na execução racional de armaduras.

Assuntos: definições, tipos e características do aço das armaduras (0,5 h/a); montagem da bancada de armado (1 h/a); corte, desempenho e dobras de vergalhões (2,5 h/a); montagem de armaduras (3 h/a)

### **8. Noções de formas para concreto**

Objetivo: fundamentar os conhecimentos empíricos adquiridos pelo participante dando-lhe o embasamento teórico/prático necessário à melhor compreensão na execução racional de formas em madeira.

Assuntos: definições, tipos, características de madeiras e pregos (0,5 h/a); montagem da bancada de carpinteiro (2,5 h/a); corte de madeiras (sarrafos e chapas de compensado) (1 h/a); execução de formas para pilares e vigas (6 h/a)

### **9. Locação de Obras**

Objetivo: fornecer ao treinando os elementos básicos necessários para correta locação e marcação de obras na construção civil.

Assuntos: definição, condições para o início do serviço e tipos de locação (1 h/a); processo construtivo de locação de obras (3 h/a)

### **10. Fundações**

Objetivo: proporcionar ao treinando conhecimento sobre fundações, visando a conscientização quanto a importância desta etapa construtiva, bem como a qualidade

na execução.

Assuntos: definição, condições para o início do serviço, características dos solos e tipos de fundações (2 h/a); execução de sapata e/ou viga de baldrame (6 h/a)

### **11. Impermeabilização**

Objetivo: proporcionar ao treinando conhecimentos sobre impermeabilização, visando a impermeabilização, visando a conscientização quanto à importância desta etapa construtiva, bem como a qualidade na execução.

Assuntos: definição, condições para o início do serviço, características dos materiais componentes da construção civil e tipos de impermeabilização (1 h/a); tipos de impermeabilizantes, de infiltrações e técnicas executivas (1 h/a)

### **12. Pisos e Contrapisos**

Objetivo: proporcionar ao participante conhecimento necessário para a perfeita execução de pisos e contrapisos, visando a qualidade, a produtividade e a segurança na execução das tarefas.

Assuntos: definição, composição e aplicabilidade dos materiais (0,5 h/a); nivelamento, esquadreamento e técnicas de execução (1,5 h/a)

### **13. Alvenaria**

Objetivo: capacitar o participante quanto ao desenvolvimento na execução de alvenaria, conforme padrões de qualidade, produtividade e segurança, visando a eficácia nas tarefas.

Assuntos: definição, características e tipos de paredes e materiais (2 h/a); formas de amarrações e encunhamento (1 h/a); como quantificar materiais para a execução de alvenaria (1 h/a); técnicas executivas (32 h/a)

Estratégias: aula prática; "...o instrutor deverá cobrar constantemente a qualidade na execução (prumo, nível, planicidade, alinhamento, espessura de juntas, qualidade nos

recortes, etc.”

#### **14. Revestimentos argamassados**

Objetivo: capacitar o participante para desenvolver de forma racional as camadas de chapisco, emboço e reboco, visando a qualidade, a produtividade e a segurança na execução da tarefa.

Assuntos: definição, preparo do substrato, aplicabilidade, características e tipos de revestimentos argamassados; como quantificar materiais para chapisco, emboço e reboco; execução de chapisco (2 h/a); execução de emboço (16 h/a); execução de reboco (calfino) (4 h/a)

Estratégia: atividade prática: 2 m<sup>2</sup>/aluno

#### **15. Revestimentos cerâmicos**

Objetivo: capacitar os participantes a aplicarem o embasamento teórico/prático necessário à melhor compreensão na execução racional de revestimentos cerâmicos.

Assuntos: definição, origem, processo de fabricação e características técnicas dos revestimentos cerâmicos (1 h/a); planejamento e preparação das placas cerâmicas (1 h/a); tipos de juntas e seqüência executiva (1 h/a); argamassa de assentamento e de rejuntamento (1 h/a); técnicas de execução (16 h/a)

---

Observações:

A partir da aula 6, o instrutor começa a demonstrar praticamente

A partir da aula 7, começa o trabalho na obra tarefa

**ANEXO 2:**  
**ENTREVISTAS**

### **Entrevista com o representante do Rotary Club Ópera de Arame (2004/2005)**

Existem 32 Rotary só em Curitiba, existe um clube inicial Rotary Club de Curitiba e ele vai tendo filhotes. Rotary é um grupo de profissionais, o cara já foi da ativa ou está na ativa ou esta recém saindo da ativa e junta-se 20 a 25 indivíduos.

Quando o cara e médico é fácil ele fazer alguma coisa e só atender um pouco de graça, atender barato, um sanitarista então, um físico nuclear “eu quero fazer alguma coisa” junta o Rotary um ambiente propicio de repente um canetada sua ...

Os parceiros uma vez juntarão 60 mil dólares e chamou o Governador rotariano que é um cargo. Rotariano é abnegado, abnegado é uma condição assim voluntária trabalha de graça, o rotariano gasta para trabalhar de graça, cada um por sua conta, não se ganha dinheiro, pelo contrário se gasta dinheiro... eu sou um construtor, eu adoro... tem 23 coisinhas aqui naquelas pranchetas, uma delas é o Ópera de Arame tem as outras pontas que eu meto a mão, como aqueles equilibristas de pratos pega o prato põe pra rodar põem o outro dão um tapinha naquele dão um tapinha nesse aqui põe outro tchu, tchu, tchu de repente estou dando tapinha dando tapinha dando tapinha, aquele tá pintando o outro entregando alguma coisa tem um outro em Porto Alegre, se cair não der pra levantar tudo bem continua os outros havendo uma possibilidade. É Rotary Club tinha uma pilha de 60 mil dólares de cimento pagamento de instrutor kit de ferramentas, e os clubes não estavam se mexendo(...). O Senai tem um parâmetro, o Senai não pode abrir mão, o Senai é ISO 9000 e qualquer coisa, excelência, e é assim e é pra ser assim, se o Senai vai capacitar pedreiros tem uma série de requisitos que tem que ser cumpridos, o cara tem que saber calcular o volume do cilindro porque se tiver que encher uma viga cilíndrica ele tem que saber calcular a área tem que saber calcular....

Agora vamos lá pra miséria, vamos lá pra favela, o Senai quando dava o curso no Senai fazia uma parede no prumo, na linha, no nível bonitinha revestia de azulejo de primeira qualidade, estava linda de morrer, tirava no máximo uma fotografia,

quebrava aquilo tudo, jogava na caçamba e vamos para a próxima turma, não só para aprender. Agora o quê que nós vamos fazer no projeto, a gente vai na favela pega um 'carinha' prático na favela que saiba assentar tijolo, que saiba rebocar, que saiba..... e construímos uma obra e deixamos na própria comunidade. O cara da favela é analfabeto quando muito....os clubes de Rotary gostaram da idéia, juntaram trinta indivíduos que vão ser os multiplicadores levaram para o Senai, o Senai aplicou o teste e reprovou 27, só aprovou 3, porque estas pessoas não corresponderam. (...) Eu embarquei no projeto na reunião seguinte a essa situação que isso aconteceu, eu estava no projeto mas eu não ia lá alguém do nosso clube é que estava indo, eu estava em outras coisas, por isso passava assim, como passava alfabetização, como passava combate ao vírus da poliomielite, como passava outra... intercâmbio de jovens, que estavam saindo, que estavam voltando. No dia de uma reunião no SENAI aparece eu e um outro cara, o Elias, mais ninguém do Rotary foi lá. Aquele fiasco, o cara da praia vai mandar outro agora, 'orra, vocês reprovaram meu'. Não sabendo que era impossível eu fui lá e... escolhi uma entidade, fiz o primeiro curso, teve um monte de ajustes que a prática mostrava assim [o que] os grupos isoladamente não percebiam... Como é que vamos resolver, onde que vamos arrumar alunos? Quem vai ser o instrutor? Peguei o meu mestre de obras, que é marido da minha secretária, levei pessoalmente no SENAI, pus ele junto com o REPRESENTANTE SENAI-PR e fiquei olhando. O D.A.F deu o questionário para ele, falei: 'sabe ler, Mané?'... Mané foi indo lá, aí teve uma hora que o Mané se encasquetava, junto com o REPRESENTANTE SENAI-PR.. 'Que foi Mané?'...'Por que o concreto deve ser adensado?... adensado...'... 'Por quê que você põe o vibrador no concreto?' 'Ah! Lógico, senão dá bicheira, pô.'. O cara da prática sabe muito bem, só ele não conhece a terminologia. Você veja que os outros devem ter... foi o mesmo questionário que foi apresentado para os outros, que SENAI estava utilizando. Mudou, já é diferente. O REPRESENTANTE SENAI-PR já [reorganizou isto]... Eu tenho curso em Piraquara agora, pronto para começar e fica caro [alunos dos cursos técnicos serem utilizados

como instrutores], R\$ 7,00 por hora, 150 horas, menos os descontos que o SENAI vai dar, é pouco dinheiro para ele ficar um mês dando 150 horas, 8 horas por dia. É pouco dinheiro. Além de pagar a gasolina ou ... ônibus. Tem o almoço, tem o lanche. O SENAI tem duas tabelas, da comunidade recebe R\$ 7,00, quando é aluno recebe R\$ 10,00. Ele tem uma... tecnólogo. Nós estamos operando no R\$ 7,00. A Votoram que dá o dinheiro para o SENAI, e o SENAI faz o pagamento.

Eu sou rotariano a quatro anos, e fui levado por um amigo. Rotary a gente entra levado por alguém. É um lugar de patota. Apadrinhados. Você leva alguém e fica com ele acompanha... Colaboração no meu ponto de vista é quando dois competentes trabalham juntos, aí há uma colaboração. Quando um carrega o outro nas costas não é colaboração, é outro tipo de relacionamento. Em Rotary você tem um ambiente para colaboração. Gente competente, líder, bom na sua área, que de repente pode... então a gente tem que ser seletivo também, pois é muito fácil entrar. Qual o convite? O convite é assim: você vai gastar R\$ 40,00, R\$ 50,00 por mês, assinatura de revista e certas taxas para manter a máquina rodando, além disso você paga a sua refeição, normalmente reunião de Rotary tem a refeição junto e você paga ela. E para trabalhar de graça. Assim, ninguém vai te impor nada. Eu fui convidado pelo J.M.D.C., que é meu padrinho... Já tenho umas atividades com ele em outras organizações. Rotary é bom para nós por que dá para fazer as claras, tem um ambiente social propício, então... [a] Votoram nunca entregaria para o mim US\$ 60.000,00 de cimento e gaste como você quiser. Entrega para o presidente do Rotary Club, [pois] tem outros caras que ficam de olho.

## **Entrevista com a Presidente da AMORJ**

Meu nome é [...], tenho 60 anos e fiz até a primeira só, só a primeira, primeira à quarta. A Associação Amorj é a sigla, Associação dos Moradores Jardim Independência. A Amorj em si é uma entidade sim que uma associação dos moradores que, agente tenta ajudar o pessoal do bairro, mais a gente não é muito correspondido, porque o pessoal não colabora muito faz dez anos, eu tentei fundar né, fundei, e eu não foi presidente pois outra pessoa e assim foi, a dez anos atrás, aí a gente foi indo, foi indo até que agora quando há quatros anos atrás acabo até os documentos foram acabando tudo porque estavam na mão de outra pessoa né, eu achei que não podia acabar isso aqui não pode morrer aí eu tentei voltar e entrei de presidente agora em Abril termina a minha gestão não sei se fico se alguém entra, por que agora passou pra quatro anos, Abril vai fazer quatro anos. [a documentação] está em dia, fiz todas, correndo atrás de tudo, fazendo... nós temos registrados, aí agora este tempo atrás eu tentei fazer a utilidade publica municipal fiz, e depois fui fazer a estadual consegui, agora a federal é difícil, eu consegui a estadual com... eu foi lá na assembléia legislativa, cheguei entrei com tudo ali, foi achar um deputado qualquer lá que me ajuda-se não estava escolhendo quem fosse. Achei o Marcos Isfer, primeira pessoa que eu vi na porta do gabinete foi ele, perguntei que podia entrar ele disse pode, eu entrei aí perguntei se ele podia, posso ajudar sim claro, eu posso, aí me ajudou sem eu nem conhecer o homem, primeira vez que eu o vi, ele me pediu um papelama, esse... xerox de todos os papéis que eu tinha, data de fundação estatuto, a relação de todos os membros, idade onde moravam, estado civil, tudo né, aí levei pra ele, aí ele fez um outro papel me deu para eu trazer aqui com os vereadores de João José, eu foi na câmara entrei lá e pedi se alguém podia me ajudar, não achei ninguém que me ajudasse, não pode ajudar de maneira nenhuma, pra mim fazer aquilo precisava de alvará de um sei o que, eu falei mais como eu vou fazer um alvará se eu não tenho nada, sei não tenho prédio, eu não tenho terreno, eu não tenho nada, alvará do que, eu

pensei que, eu não estava entendendo muito, mas eu disse pra ele que, pra fazer alvará agente quem que ter alguma coisa, eu não tenho nada, aí ele... ninguém quis fazer, aí eu fui lá no prefeito, no gabinete do prefeito, falei pra ele que me ajudava, eu precisava fazer uso, eu tinha que fazer, falei não estou fazendo pra mim, estou fazendo para a prefeitura, estou trabalhando de voluntária para a prefeitura, o que era um serviço que a prefeitura tinha que fazer e não está fazendo, então eu vim pedir para o senhor me ajudar, aí propôs de ajudar e tudo mais, aí passou pro vereador Donisete Fraga, o Donisete fez, ele fez só que os vereadores mais próximos dá gente aqui, que moram bem pertinho, não quis assinar pra mim, tinha que todos assinar, né... são 21, né, tinha que todos assinar. Aí o Cetim arrumou dois senhores lá e mais ele e o Chico que é o deputado, e assinou. Eu levei pro Marcos, e o Marcos mandou fazer, era para sair com um ano, mas saiu com 6 meses. Ele ajudou bastante, pra sair por que eu precisava. Eu pedi para ele por que era um trabalho muito urgente que a gente queria fazer. Por que se a gente não tem um documento como que a gente vai pedir doação pra alguém, né. Tem que ter documentação legal quando a gente precisa de uma doação, [quando] for pedir uma doação, a gente ganha, se a gente não tiver documento a gente não ganha.

A comunidade não é a favor disso aqui, ninguém é a favor. As pessoas, não do nível bem baixo, as pessoas acham que a gente tá fazendo isso aqui pra gente. Eles falam que a gente rouba, põe cartinha na caixa do correio da gente lá, falando... se a gente comprar, qualquer coisa que compre, eles põem uma cartinha, que a gente tá comprando aquilo com o dinheiro da associação, e não é verdade que nós temos um contador, um contabilista que faz toda a contabilidade com a gente, depois que eu entrei eu arrumei um contador. A gente tá pagando caro pra ele. Paga R\$ 70,00 por mês pra ele fazer a contabilidade pra gente. Pra não ter o que falar depois, né? Então ele faz tudo aqui. Toda as entradas e saídas ele tá por dentro. E a gente fica mais tranquila, eu fico mais tranquila.

[participação dos moradores] não, tem só a diretoria, que tá pela metade também, não gosta muito. São 12, só que não participam. É só uns 5, 6 que

participam... ajudando a trabalhar quando tem um evento. A gente pede, implora para eles aí eles vão, mas não gostam. Aqui tem só 3 que correm atrás para trabalhar mesmo. Da diretoria tem só 3. Esse evento do parque ali [festa de natal] tem eu, a Maria Santa e o Seu N.A.N. [aluno do curso].

O almoço não tem ninguém da associação que ajuda, só eu. As pessoas [que ajudam] é senhora de idade que tá sozinha em casa, todas elas estão sozinhas em casa então... nós temos aqui um testemunho muito bonito pra dar sobre a cozinha de uma senhora que era bêbada, vivia dormindo por aí bêbada. E depois que entrou aqui... ela entrou aqui a gente começou a conversar com ela, ajudar ela, agradar, tudo...não bebe mais. É, é a coisa mais linda. Eu achei muito bonito. Um incentivo, né? Ela vem todo dia. Ela almoça, eu dou a marmitinha para ela levar pra janta, ela não faz nada em casa, não faz comida. Tem que dia até 300 pessoas [almoçam na associação]. [a comida] vêm do Fome Zero, do Governo Federal.

[sobre a parceria com o SENAI]...aqui veio a esposa do [pedreiro selecionado para instrutor do curso], veio aqui pedi para fazer a festinha de casamento da afilhada dela. Ela estava doando a festinha por que a menina não tinha condições. Então ela veio aqui ver como que era, se dava para fazer a festinha e tal. Aí ela chegou, entrou na cozinha, eu mostrei tudo para ela. Ela viu que tinha churrasqueira, tinha as mesas, tinha o salão aqui, né. Ela gostou e disse que dava para fazer a festinha. Naquele tempo não tinha cerâmica, tava tudo...mas ela fez a festinha. Arrumou, enfeitou, o salão ficou bonitinho pra caramba. Aí eu falando para ela que precisava de aumentar o salão, por que tinha o 'mobral' aqui e não tava dando certo, né, por que um dia tinha reunião e não tinha onde ficar o pessoal do 'mobral', aí ela disse assim 'ah, meu marido é do SENAI e ele tem algum tipo de trabalho que ajuda.', eu falei, 'então você achou pra quem você ajudar, traz ele aqui'. Aí no outro dia ele veio aqui com ele. Ela veio em uma quinta, no sábado era o casamento, segunda-feira ela trouxe ele aqui para conversar comigo. Aí ele fez a proposta e eu adorei a proposta. Ele fez a proposta assim, que o SENAI dava o curso, nas empresas e depois demolia. E que se eu

quisesse ele vinha fazer aqui e não demolir, né, fazer e ficar pronto para nós, ‘vixe maravilha’. Abracei com tudo a proposta. A Vontaram deu este cimento que está aí... estas massas. E os ferros, outras coisas, eu gastei mil reais comprando o material que eles pediram, um outro material que eles não trazem... ferro, madeira, todo o madeiramento, isso aí não entra. Acho que nem cerâmica não vai entrar, eu acho que não. Tijolo também eu comprei. Eles estão dando força de trabalho e o cimento... ele [o representante do SENAI-PR] doou pra mim as telhas por que o SENAI doou para ele. Ele pediu lá e doou. Mas acho que nem a telha não entra no projeto. Acho que é mais mesmo a força de trabalho [os alunos do curso] e o cimento.

A gente vê que é bom o curso sim, é beleza para o pessoal. Eu fui atrás. Queria arrumar umas quarenta pessoas para trabalhar, mas não consegui. Por que a maior não dispõe fazer nada de graça. Acham que trabalhar de graça não... eles queriam ganhar alguma coisa. Eu peguei o nome de vinte e oito pessoas. Eu nem sei quantos [vieram], tem uns oito ou nove [que vieram], inclusive duas mulheres.

[O instrutor está correspondendo bem?] Eu acho que não por que vários dias que a gente veio aqui fez lanche, teve que desperdiçar o lanche por que ele não veio, os alunos vieram e ele não veio. Os alunos foram embora. Várias vezes. O dia que tá chovendo ninguém vem mesmo, por que a gente sabe que tá ali fora e não dá para trabalhar com chuva.

[Os alunos] participam, os que começaram estão ali até hoje, estão aí.

O material tá tudo aí... tá certinho. Este cimento faz dias que veio, né. Eu to preocupada até para não estragar, por que eu não quero que estrague nada, por que é tudo difícil, né, então não pode estragar nada. Imagina se fosse para mim comprar tudo isto aí? Deus me livre [risos].

[A obra] eu acho que já era para estar pronto tudo, por que foi prometido, era 140 horas. Mas pode demorar, terminando tá bom. A gente fica preocupada de ver o material estragar. Não quer que estrague. Eu não quero que estrague nada.

[Que recomendações podem ser feitas para novo um curso como este?]

Tem que ser mais divulgado, né. Não foi bem divulgado. Por que se a gente tivesse divulgado bem eu acho que tinha até mais alunos. Tem que... pelo que eu sei eles vão começar no Centro de Amparo ao Menor ali, vão fazer, depois daqui, diz que vão fazer lá...

Se tivesse uma divulgação a mais, a gente ia ter mais doação... aqui eu ainda vou gastar muito, as madeiras de cima eu vou ter que comprar tudo.

[o governo] eu acho que tem que participar... prefeitura principalmente, por que eles estão desligados de entidades da periferia como esta aqui.

### **Entrevista com o instrutor selecionado do curso ofertado pelo Programa Construindo e Educando na AMORJ**

Meu nome é [...], nasci em 15 do 7 de 1961, em São José do Serrito, lá perto de Lages-SC, próximo à São Joaquim. Eu vim em 1995 para cá (São José dos Pinhais). Lá eu já tocava obras. Eu aprendi numa construtora. Comecei a trabalhar de ajudante lá e daí já comecei a me interessar. Isso aí foi em... deixa eu lembrar... foi em 81. Eu trabalhava em madeireira, né. Foi como eu comecei. Daí consegui uma vaga na construtora, pagava um salarinho melhor que o da madeireira, daí consegui... já vi... comecei a me interessar, já fui fazendo reboco, [colocando] tijolo. O mestre da obra já viu também que eu me interessava, me passou para meio-oficial, no mesmo ano, um ano que eu fiquei na construtora, daí me passou para meio-oficial e logo me passou para pedreiro. Levo, acho que, um ano e meio mais ou menos, já era pedreiro.

E também quando passei a ser pedreiro já troquei de construtora. Daí já teve outra que queria me pagar um pouco mais. (risos)

Daí para vir para cá eu... tem um tio meu aqui que é construtor também, precisando de gente para trabalhar, daí eu vim trabalhar com ele. Mas daí quando eu peguei conhecimento aqui eu comecei a tocar obra por conta daí. Era melhor do que trabalhar de empregado.

Eu trabalho... tem mais um pessoal que trabalha comigo, sabe, então... eu toco empreitada, [sou um] empreiteiro de obras.

Eu entendendo um pouco na minha forma... é a liberdade, entendeu? Daí você chega lá [em uma construtora como empregado] você já tem que cumprir regras e eu tocando o meu serviço como construtor os outros é que tem que cumprir comigo. Eu mando daí. E lá você vai [até] mandar, mas sempre tem alguém por trás de você que fica ali, né... se você precisa sair uma hora lá já vai ter que pedir, de repente o cara não vai autorizar você sair. Eu como trabalho por conta não, se eu preciso de ir no banco eu vou, se eu preciso de sair eu vou.

[a demanda de serviço] para mim tá bom, para mim sempre esteve bom. Não posso reclamar não. Sempre tive bastante serviço. O pessoal sempre que eu... eu construo para... sempre o pessoal assim... o serviço que eu pego é sempre referência. Eu construo para a pessoa a pessoa já indica outro lá. O [representante do SENAI-PR] também, por exemplo, eu construi para [ele], né. Construi para o irmão [dele], daí o irmão [dele] já passou para [ele], eu construi para o [representante do SENAI-PR], [ele] já me arrumou um monte de serviço também e já pediu, já falou comigo para fazer este curso aqui.

A presidente da Associação de Moradores eu conhecia ela como presidente da associação, mas o [representante do SENAI-PR] que me indicou lá para o pessoal para ser instrutor do SENAI. Ele me perguntou se eu queria, né, por que ele achou que eu não ia querer... 'faz uma experiência para ver', que nem eu falei para você, a gente trabalha e como ele falou que era um curso de 150 horas, não [sem problemas]... 150 horas a gente vai lá e faz. A noite geralmente... você está liberado, não tem nada para fazer, fica lá. E segue a apostila, passa um pouco do conhecimento que você sabe para o pessoal também, né. Por que isto é muito interessante, né.

[sobre a capacitação] A gente faz uma avaliação lá, para ver como que é, como é que não é, se o cara entende realmente. Escrita, uma entrevista. Por que de repente faz uma pergunta para o cara [sobre] quantos quilos de argamassa vai por metro o cara vai dizer que vai 15 quilos de argamassa por metro... né. Então ele fazem umas perguntas para você, uma avaliação, né. Para ver se você entende realmente quantos tijolos vai por metro quadrado, a dosagem que você vai usar na massa. Então tudo... quantos sacos de cal, tudo tem que conhecer. [a entrevista] eu fiz lá no SENAI, eu lembro o nome do...

A gente teve uma orientação de como se relacionar com o pessoal, de como tratar o pessoal, como orientar eles, para não ser bruto, tem que ser bem delicado. Não adianta chegar lá dar um coice no cara ele não vem mais, né. Então a gente teve um preparo assim...

Quanto ao conteúdo não... a apostila [me foi mostrada] depois do curso somente. Quando começou o curso que eles trouxeram a apostila daí. No segundo dia... para mim e para todos os alunos. Os planos de aulas me entregaram antes.

Eu to seguindo os planos normal, até na verdade a parte teórica já passei tudo... agora tem que praticar mesmo, por isto que a gente... houve uns dias de chuva eu aproveitei aqueles dias de chuva para fazer [aula] teórica. Já foi passado tudo [toda a apostila]. Agora nós temos que meter a mão na massa. Ver o quê que é e o quê que não é. No papel é uma coisa, chega ali eles... 'uh, você vê...'

[Quanto à apostila] tá bom ali, tá bom. É que a gente passa para os alunos a apostila, ele segue ali a apostila, né, e depois chega lá, na hora que você vai meter a mão na massa os alunos... [aí] que eles vão realmente entender o que é que é. O significado do problema, né. Por que na hora que eles olham ali, tem uns até que ficam meio voando, né. Eles pegam, eles lêem, eles vêem, mas eles ficam meio assim... então eles querem fazer um monte de pergunta, você explica de uma maneira e todo mundo fica olhando, você fica explicando, explicando, explicando, eu digo assim: 'a melhor coisa que vai acontecer vai ser no momento que vocês forem trabalhar lá, daí vocês vão ver realmente como colocar um tijolo, como colocar... fazer a massa, dosagem certinha'

[Quanto aos conhecimentos escolares] a gente passou cálculo, tudo... Eu fiz separado para cada um, dei uma folha para cada um, mandei eles fazerem cálculo para ver quantos metros quadrados, quantia de tijolo, quantia de areia, quantia de brita. Eu fiz até a 6<sup>a</sup>. série. Tem uns [alunos] que são bem mais estudados. Eles tem dificuldade no ramo, né. Isto por que... tem pessoas ali que trabalham em outros tipos de serviço então eles estão ali mais, o quê que eles querem aprender alguma coisa, saber o básico, por que já levaram ferro. Pegaram um pedreiro... o pedreiro chegou lá e fez um serviço mal feito para eles...

[Quanto aos alunos] é dividido, tem uns que querem para... uns dizem 'não quando eu for fazer alguma coisa eu sei fazer e não preciso trazer um pedreiro nas

minhas férias’, outros dizem assim ‘não, eu quero aprender, eu não quero trabalhar, eu quero aprender para mim olhar e cobrar’, entendeu?... e outros já querem aprender mesmo para ir para frente, para trabalhar.

[Quanto ao certificado ajudar na conquista de um trabalho] pode, pode por que eu até achava que... até acho que seria essencial, até no modo assim de umas construtoras terem uma afiliação de pegar o pessoal para trabalhar que tivesse curso. Por que você sabe o que acontece? Eu mesmo que sou um pequeno construtor aí, as vezes você vai procurar um pedreiro, o cara diz que é pedreiro e você chega lá e no outro dia tem que dispensar o cara por que realmente o cara não é pedreiro. E outra coisa também, as vezes ele sabe trabalhar mas da maneira errada, você chega lá não, mas não é assim, eu quero assim... ‘pô, mas lá onde eu aprendi era assim’, mas tá tudo errado, não pode. Não pode, tá errado. Então se for para você pegar um cara para trabalhar para você... para você ensinar o cara trabalhar é difícil, né. Então por isto que eu acho que o pessoal deveria fazer um curso, chegar uma construtora (...) e tem muitas firmas que, quando vão pegar o cara, vão pelo número de certificados que o cara tem. Entendeu? Por quê que as construtoras não fazem assim também? Você tem um curso? Não, não tenho. Pô, nós só estamos pegando pessoal que tem curso do SENAI, lá...e tal. Aí seria bom. Mesmo que o cara seja um pedreiro, por que tem muito cara que diz que é pedreiro, sabe. Que nem eu tava falando... chega e diz ‘eu trabalho a vinte anos de pedreiro’, chega lá o cara não sabe instala um ralo... não sabe... daí desmonta, né. Por que... você confia no cara, chega lá de repente já tem que tirar o cara para levar outro...

[Quanto à valorização do pedreiro] O pedreiro no mercado de trabalho, na verdade, ele tem que se valorizar pelo conhecimento dele. Se ele sabe realmente trabalhar ele tem que ser valorizado. [A sociedade] A sociedade ela... a sociedade... o quê que acontece na sociedade? A sociedade ela tem muito cuidado...é...o quê que acontece? Eu como construtor é como eu falei para você, eu pego serviço tudo por referência. Então, é... o pessoal já sabe: ele não bebe no serviço, ele terminou o serviço

deixa tudo limpinho, leva organizado. E tem muitos pedreiros que vão lá já sai ao meio-dia, vão lá já tomam um gole, já fica aquele monte de massa jogada, tudo abandonado. Então eles tem este preconceito com o pedreiro. A sociedade tem este preconceito. Então realmente quando... eu como construtor se pegar um cara para trabalhar comigo lá, as vezes o proprietário já [vem falar] comigo 'e esse cara novo aí? Ele não bebe?'. Eles tem medo, né. De certo já passaram por isto e ficam... e já tem aquela fama que todo pedreiro... [risos].

[O preconceito nas obras, prédios] de alcoolismo, tem e bastante, eu trabalhei muito em prédios, construtoras grandes assim... e tem muitos pedreiros que... eles incomodam, sabe? [qual o motivo?] Não é que [a profissão] seja difícil, é aquilo que eu falei para você, eu acho que o pedreiro ele.. eles tem um....por não ser...pelo pessoal não exigir muito... os construtores não exigirem muito, as construtoras... eles passam por isto aí. Chegam lá simplesmente pedem a carteira para o cara, tem tantos anos de carteira tá fichado, pode trabalhar. Se eles exigissem do cara lá um cursinho, tivesse muitas vezes... por que as construtoras... a maioria das construtoras não tem um psicólogo, não tem nada para conversar com o pessoal... o pessoal... tem um problema lá, ninguém conversa, não dão bola, né. Deixa lá... 'Ahn? Você tá com problema? Então seguinte... não dá mais'. Manda embora, vai embora e vai procurar serviço em outro lugar. Tem um monte que quer vir aqui trabalhar. Ninguém dá bola. Eu sei por que eu trabalhei muito tempo assim. Via muito as pessoas passar por este problema. Por que... passa e muito, jovens e pessoas adultas. Não tinha diferença de idade. É sério este negócio. É por isto que acontece muito acidente também, justamente por causa disto. O cara amanhece, chega meio bêbado no serviço, vai subir... um serviço perigoso, lá... já cai, se mata.

[no curso] eu fiz um preparamento. Eu conversei com o pessoal sobre isto aí que estou falando com você. Por que... o sistema de segurança... por que... isto é muito importante no serviço... Então você tem que orientar, por que o pessoal eles acham que, muitas vezes é só deixar a enxada caída ali. Não, lugar da enxada não é no chão.

Jogada ali. E várias ferramentas... desempenadeira de aço, uma desempenadeira, é perigoso, você pode dar com a ponta do dedão ali, torar, que muitos quando vão trabalhar, as vezes não levam botina, não levam nada, vão só de chinelinho, então isto é muito perigoso. Eu sempre falo que geralmente tem que comprar uma botinha, por mais simples que ela seja tem que ter uma botinha.

[o pessoal que trabalha com você?] Usa, usa botina e eu não deixo trabalhar de chinelo, as vezes reclama 'oh, hoje tá quente... to colocando azulejo, que perigo tem isso aqui?'... 'Tem perigo, não tá vendo esta desempenadeira ali? Aquilo ali é um perigo, aquilo ali...se meter o dedo você atora o dedo fora. Daí? Não tem perigo?'. Eu até vou comprar, eu tenho uns quatro ou cinco capacetes, mas é muito difícil fazer o pessoal usar capacete, sabe? Eu quero ver se compro mais uns por que, para orientar, né? Eu mesmo uso por que o pessoal não vai usar? Capacete... luva...

[quanto às perspectivas do curso] Eu achava que este curso começou muito no final do ano, deveria ter começado bem antes. Ou deixado para começar de janeiro em diante. Por que o ideal do curso seria começar com um número maior de alunos, nós começamos com 12 alunos. Daí teria tempo para a presidente da associação, [...], ter organizado melhor o pessoal, então foi muito em cima da hora.

[maiores dificuldades] Não... fora esta aí, até o momento não está tendo dificuldade. O tempo é a pior dificuldade que nós estamos enfrentando. Perdemos umas duas semanas de aula [prática] por causa do tempo. Eu passei toda a teórica e a prática não.

[Remuneração?] Eu vou receber pelas 150 horas... Eu teria que aprontar o serviço para fechar o curso, [era para ter fechado] dia 31. E para evitar também... na verdade não deveria, o tempo atrapalhou bastante, não é culpa do SENAI, não estou culpando ninguém e não tem nem como culpar o tempo também, né. Mas senão eu já teria terminado e os alunos já estariam com seu certificado na mão. Já teriam o curso... o término do curso... eles teriam [tido] um bom aproveitamento. Mas assim eles estão contente também.

[Que avaliação você faz dos alunos?] Eles estão se empenhando bem, estão ótimos os alunos. Estão se empenhando bem. Existem uns dois ou três que são mais... mais lerdos um pouquinho... mas a maioria [risos]... às vezes tem que pegar na mão... faz assim, tem que ter paciência, explicando, orientando, fazendo o possível para que aprenda.

[Sobre a divisão dos alunos nas aulas práticas] Eu coloco... por que lá é o seguinte, o que nós estamos construindo lá é um U... então eu coloco dois num, outro olha, outra vem e puxa ali, explico o modo de colocar, 'enfiar' o tijolo, para o outro trabalhar, daí o outro pára, vai puxar tijolo. O outro vai assentar o tijolo...daí outro vai lá e mexe a massa, eu digo a dosagem de água que vai e tudo, depois eu mando outro mexer na mesma dosagem para ver como é que é, ensinar ele.

[Quanto ao apoio do SENAI] O apoio do SENAI tá bom... tá ótimo.

[Recomendações] O curso para ser realizado de uma forma melhor, eles [deveriam] pegar realmente, ver onde vai ser dado o curso e se eles tem um número exato de alunos. Um número exato para começar com aquela quantidade. Se não tiver com aquela quantidade não começar o curso. Dar um tempo até o interessado ter a quantidade de alunos. [Qual quantidade?] Eu acredito que em torno de uns 20 alunos, que... provavelmente uns 25, mas se tiver 20 alunos já é uma quantidade boa.

Por que a gente faz aquela entrevista, conversa com eles tudo, todo mundo tá interessado.

[E a comunidade?] Quem se interessa mais é o pessoal... também existe motorista de ônibus, pessoal que trabalha em material de construção. Mas eu achava que deveria ter... tá muito difícil de trazer os jovens para o curso, o pessoal mais jovem. Muito difícil, você chega lá e fala que é um curso de pedreiro eles 'Ih! Pedreiro!?' [risos] 'Não tem outro curso não?' [risos] Serviço mais pesado não é com eles. Então a maioria do pessoal é com mais de 25, 30 anos, 35. A maioria de 20 anos acima.

[O pessoal mais carente] não vem, não tem nenhum. E foram convidados. A

presidente da Associação de Moradores disse que convidou. Não vem por que de certo... não, falta de tempo não é... eu acho que... eu acredito que [seja] falta de interesse mesmo. Eles acham... Isto que eu estava falando para você, deveria as empresas exigirem que o pessoal tivesse um cursinho, alguma coisa para registrar, para fichar o cara lá, que daí quando eles vissem que tinha um curso eles iriam correr atrás, entendeu? Por que tem muita gente que deveria fazer este curso. Eu conheço um aqui na minha vila... tem vários pedreiros por aqui, sabe? Que, na realidade, não estão fazendo o curso e que deveriam fazer... por falta de interesse mesmo. Eles acham que nunca vão precisar disto aí... Por quê que tem gente que vai trabalhar na Audi precisa fazer um monte de curso? Por que a firma exige. E aqui, na construção civil, ninguém exige. Os mais interessados é aquilo que eu falei para você, ele quer ver para não ser enganado, para ele saber fazer um cálculo, para não deixar o pedreiro fazer o cálculo e sobrar aquele monte de material depois ou dar aquela falta que ela achou que no orçamento dele ia fechar e faltou metade. Então é um furo e eles querem aprender para fazer o cálculo exato.

### **Entrevista com o representante do SENAI-PR, da área da Construção Civil**

Bom, na verdade eu entrei no SENAI em ...1995, to indo para dez anos né, já aqui na área, entrei no SENAI para desenvolver treinamento na área de carpintaria de forma, especificamente para isso, apesar que já, como começo a obra desde a fundação até sobre tudo, todas as faces da obra, antes de entrar no SENAI construi muito, trabalhava como construtor, então na parte prática né, eu começo bastante, e aí eu entrei no SENAI depois disto eu comecei, no SENAI fiz o curso técnico de segurança que eu não tinha, depois fiz tecnologia da construção civil do CEFET, e comecei a desenvolver outros treinamentos né, tanto pedreiro, azulejista, a parte hidráulica em fim vários cursos, alvenaria estrutural, e ultimamente eu tenho me atendo mais na parte de dry-wall, .....

[Sobre sua participação na formulação dos cursos] Sim, conteúdo, trabalhei muito com elaboração, adequação do conteúdo, por que não dá pra você ter um conteúdo programático e ficar com ele sempre, exige algumas mudanças e novas tecnologias, principalmente na parte de processos e de execução. Aí está sempre adequando, mexendo em alguma coisa, carga horária, conteúdo, tira isso, acrescenta aqui, muda enfim.

[Segue normas do SENAI-DN ou é livre?] Existem alguns cursos que a gente tem, é... gostaríamos assim que fossem padronizados, é o caso por exemplo de alvenaria estrutural, bloco de concreto, até participei de um programa onde se desenvolveu material didático, e onde houve a participação de vários técnicos, vários SENAIs do Brasil, com o objetivo de uniformizar... para que [tenhamos] o mesmo curso aqui, em São Paulo, Minas Gerais, enfim, no Brasil todo. Agora existem alguns cursos que a gente chama de cursos básicos, cursos operacionais, que são estes cursos de azulejista, pedreiros e tal, e aí cada estado tem a sua coisa formada, são muito parecidas, mas pode mudar a carga horária coisa assim.

[Outros SENAIs solicitam formatos de cursos prontos?] Sim, já aconteceu. Como a gente acontece, no Paraná, já solicitar..... Ao invés de se criar todo o processo que gera o curso... pegar alguma coisa, existe este intercâmbio sim.

[Como foi a formatação do Construindo e Educando] Sim, inclusive como disse, cada estado, ele pode elaborar seu plano de disciplina, que [é como] nós chamamos os conteúdos. Até em alguns cursos específicos, no caso desse, nós não tínhamos um curso de 150 [horas] de pedreiros como aquele... nosso curso de pedreiro era de 80 horas, mas a gente queria que eles tivessem mais conhecimento e tal, melhor... então chegamos em 150 horas, e eu tive o prazer de realmente elaborar todo o conteúdo... sugestão, depois a gente calculou horário, fizemos acompanhando os primeiros cursos para ver se realmente era aquilo... enfim, baseados nos cursos [que já tínhamos] aqui.

[Custo do curso de pedreiro no SENAI. Quem paga?] Sim... [é] o aluno, a não ser que tenha alguma construtora que vá bancar isso para o seu funcionário. Isso acontece no nosso curso de mestre-de-obras, aperfeiçoamento de mestre-de-obra, normalmente a empresa patrocina.

[Quem procura os cursos?] A grande maioria é a comunidade, apesar que o SENAI, área da construção civil, existe basicamente para atender as construtoras. Para isso que nós estamos aqui, que afinal de contas são elas que são a razão da existência de uma escola. A idéia é que nós formássemos mão-de-obra para atendê-las, mas como é, até em função de uma baixa procura, digamos assim, das construtoras, a gente abre para as comunidades, e lógico que essa pessoa acaba... muitos deles [acabam] indo para as construtoras. E a gente acaba então atingindo o nosso objetivo.

[Quanto ao número mínimo de alunos] Na verdade não é número mínimo, seria número máximo. A gente estipula o mínimo por causa do investimento. Se tiver um investimento muito alto, para cinco alunos, por exemplo, é complicado você começar um curso assim. Mas normalmente a gente estipula em torno de 15 alunos. É pela parte prática. Como é que o instrutor vai acompanhar o desenvolvimento de cada

um, se for um grupo grande, por exemplo 25 alunos começa a complicar, é claro que neste 'construir e educando' muitas vezes a gente começa com 16, com 17, a gente procura não passar muito disse não, pra que o aluno não seja prejudicado, [no Jardim Independência começou com 12] o ideal seria 15, mais é, não dá, então se aproxima... em compensação tem uns que começam com 17.

[Capacitação dos Instrutores] Como que é feito, essa questão do instrutor, da capacitação deles? É em torno de 3 a 4 horas por dia. A gente combina e eles vêm aqui na escola, e é onde eu, como fui eu quem elaborei o conteúdo, aquela coisa toda, eu passo para eles a metodologia, quer dizer, de que maneira que eles devem trabalhar essas 150 horas, quantas horas devem ficar com tal assunto, com cada conteúdo, e de que maneira eles devem abordar isso, é... quer dizer, é uma preparação muito rápida, na verdade necessitaríamos de um tempo muito maior, e através também desta capacitação no final a gente faz uma prova, digamos assim, para que a gente tenha alguma coisa documentado, primeiro que ele passou por esse bate papo nosso, por este teste, por este teste não, por essa aula aí... e segundo, também, para ver se ele realmente comprova aquilo que ele está dizendo que sabe... são perguntas básicas, basicamente de acordo com o conteúdo do curso mesmo... afinal de contas ele vai repassar aquelas informações, então ele precisa saber.

[Sobre a revisão dos testes para seleção de instrutores] A idéia inicial seria assim, o aluno viria pra cá, o aluno não, o pretendente ao cargo de docente. Ficaria uma semana, que seria uma coisa muito legal, ficaria uma semana com a gente aonde nós passaríamos toda a metodologia, quer dizer, desde como usar um retroprojeter, como repassar a informação, que muitas vezes ele sabe muito, mas não sabe passar. É complicado. E a parte prática, como é que é, ele sabe ensinar um aluno a chapiscar, tá... que o aluno vai perguntar: 'como é que faz?'. Ele vai ter que fazer uma vez, e aí, tem que saber, e nessa semana daria tempo de se fazer todo esse tipo de trabalho. Só o quê que ocorreu, até em função da baixa escolaridade da maioria do pessoal encaminhado, é de um grupo de 20 pessoas [me] parece que somente 2 foram

aprovados, no final tinha um teste onde eles preparavam a aula, faziam uma apresentação no último dia, era filmado e aí era dado nota. [Escolaridade mínima] pedia mas não se comprovava. Então deixa-se que ele comprove o que tem [através da prova]. E outra coisa que vinham pessoas de outras cidades. Tornava-se caro, eles ficavam em hotéis, aqui, enfim... e aí o pessoal falou “gente, vamos ter que mudar isto”. Inclusive, até está aí o nome que nós sugerimos como Auxiliar de Pedreiro. Por quê? Não é que a gente esteja menosprezando estes instrutores, de maneira nenhuma. É que como eles tem uma preparação muito rápida e afinal de contas é o nome do SENAI que vai [estar] no certificado. Imagina você sair um certificado de Pedreiro e... independente disto, a gente sabe que se a pessoa não conhece nada de construção civil não é em 150 horas que ele vai sair assim dizendo “eu sou construtor, eu sou pedreiro”. Primeiro ele vai ter que passar por um [estágio]. Trabalha numa construtora ou trabalhar com alguém com uma certa experiência. Para começar a adquirir mais bagagem aí e poder ser chamado realmente de Pedreiro.

[Qual avaliação pode ser feita quanto ao Programa Construindo e Educando?] Olha, é um projeto fantástico, (...) uma coisa muito legal, muito bom por vários aspectos. Primeiro que eu vejo é a geração de renda, por que este pessoal, senão todos mas a grande maioria, eles começam a ganhar o seu dinheirinho, ou então deixam de pagar para alguém [para] fazer alguma coisa para eles. E começa também... por que num curso, eu diria assim, num curso de Pedreiro a gente ensina até assentar tijolo. Até isto, mas não é este o foco principal. Não. Primeiro a gente fala sobre qualidade, sobre produtividade, sobre como se portar, como se vestir, como trabalhar com o cliente. Então muitos deles começam a ver aquela “luzinha” lá no final do túnel. Também ele abre a cabeça para fazer novos cursos. Muitos deles nos procuram depois para fazer curso de aperfeiçoamento, de azulejista, (...), enfim... então isto é muito bom. Segundo, que eu acho que é fantástico este treinamento, este curso, este projeto, por que a gente acaba beneficiando a comunidade. De uma certa forma, muitas comunidades não teriam dinheiro para fazer alguma coisa, e a gente pelo menos

começa. E construção civil é assim, você tem que começar. Começou daí você termina. Agora, se não começa fica sem. (...) Então a gente vai dar o começo. Se não terminar a obra pelo menos a gente dá o *start*.

[No caso específico do Jardim Independência] Bom, o Jardim Independência, o grande problema que ocorreu lá e deve estar ocorrendo em outras regiões agora, nesse mês, especificamente neste período, é chuva. Chuva. E lá por ser uma região onde há uma confluência de águas, digamos assim, é terrível, não dá, realmente não dá. Até quando eu falei com o pedreiro selecionado... “[...], o que tá acontecendo com o curso? Que ainda faltam 12 dias de aula ainda e já era para ter terminado.”... “[...] não dá.” E realmente não dá, eu fui lá, muita água, então tem que estar um tempo firme e isso que atrapalhou um pouco. A obra lá é uma coisa muito legal por que, eu conheço inclusive a presidente da Associação de Moradores lá... só que o que eles fizeram lá, eu estava verificando, foi a parte da fundação que é uma coisa demorada. Por que não é só o construir, é isto que a gente passa para o instrutor, não são empreiteiros, não estão ali para... claro, o objetivo é aprender, é isto, é esse que é o grande objetivo. A construção seria secundária. É claro que dá para se unir as duas coisas. Aprende e constrói. Mas entre as duas... vamos aprender. Se for o caso, vamos fazer a tarefa e desmontar. [como] já desenvolvemos treinamentos aqui na escola. Faz, terminou o curso desmonta tudo. Por que? Mas é... “que judiação” eles falam.... mas o objetivo é ensinar. Então lá o que acontece? Eles estão na fundação. Só que levou um tempo grande em função de chuvas, esta coisa toda. Mas já fizeram toda a armadura, é só melhorar o tempo, a parte que vai agora, o tijolamento, vai ser rápido. Não vão terminar a obra, com certeza não vão.

[Sobre ‘O Futuro em Nossas Mãos’] A base, digamos, é a mesma. Houve... o Sinduscon, o SENAI, o Rotary e Votoram, esse projeto na verdade é da Votoram. Partiu deles. Eles que estavam com esta idéia e financeiramente estão bancando. E aí eles pensaram ‘como que a gente vai desenvolver este projeto?’, então eles pensaram no SENAI, Rotary e tudo mais. Mas aí entrou esta nova fase, onde entrou a

ACOMAC, o IEP... Entrou mais parceiros, aí sempre com o objetivo de facilitar. Por exemplo, a ACOMAC vai ser fantástico, um dos problemas que nós tínhamos nestes projeto é assim: e o madeiro, e o cimento, não pode estar saindo 40 sacos da Votoram, ir lá e pegar, é uma grande empresa e... então por que não pegar da loja de material de construção lá perto? E depois eles fazem um acerto, né. Só que para isto precisaríamos ter uma logística e aí entra a ACOMAC, facilitando este meio de campo.

[O que precisa ser revisto?] Uma sugestão minha que, inclusive vamos ter uma reunião agora, vou levar isto lá, é que na minha opinião deveríamos fazer uma espécie de... não vou dizer uma reciclagem, dos instrutores, dos docentes. Mas uma reunião com todos eles... por que... 150 horas, muitos deles nunca ficaram tanto tempo com alunos e é diferente, muito diferente toca uma obra e ter que estar ensinando as pessoas. Fazer uma reciclagem com eles, uma reunião com eles, enfim, fazer com que eles possam desenvolver muito melhor os próximos, por que, provavelmente, acontecendo outras turmas a gente [pode estar] reaproveitando estas mesmas pessoas.

NOME: **A.F.G.**

DATA NASC: 16/04/1948

LOCAL: PONTE NOVA-MG

SEXO: M SE CONSIDERA: MORENO

ESTADO CIVIL: CASADO FILHOS: 1 (14 ANOS)

NÍVEL ESCOLAR: Até 8<sup>a</sup>. Série.

“Fiz 1<sup>o</sup>.... 2<sup>o</sup>. grau daí parei... no ano passado eu ia entrar lá no C.E....aí é muita dificuldade e parei... eu tenho muita dificuldade de aprender... a gente tá meio já com a idéia preguiçosa. Eu por enquanto não [pretendo voltar a estudar]”

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: Até a 4<sup>a</sup>. série

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: Até a 4<sup>a</sup>. série

PROFISSÃO DO PAI: LAVRADOR, Pais falecidos.

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Não

“Minha casa eu fiz a fundação... o alicerce... e o chapisco da minha casa....para construir eu paguei para outro fazer”

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

SERVENTE: NÃO VIU ‘GRANDES COISA’ NO TRABALHO DELES

PEDREIRO: UMA PROFISSÃO A MAIS, A MESMA COISA

MESTRE-DE-OBRAS: MANJA BEM PRA CARAMBA, MAS ‘ENFIA A FACA E TORCE’ (COBRA CARO)

COMO SOUBE DO CURSO? PELA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, “que avisou a minha esposa”

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? Aprender uma profissão, né... sou metalúrgico também. [curso profissionalizante?] não consegui fazer não.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? NÃO

O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL? O que dá um bom acabamento numa obra, né, ele é um bom pedreiro. Sabe que chega ali ele dá um bom acabamento, se dá um bom acabamento ele é um bom pedreiro.

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

“A Irmãos Thá diz que é muito boa.”

RENDA MENSAL: Desempregado.

SINDICALIZADO: Não

NOME: **J.B.**

DATA NASC: 06/09/1969

LOCAL: CURITIBA

SEXO: M

SE CONSIDERA: BRANCO

ESTADO CIVIL: CASADO

FILHOS: 1 de 13 anos

NÍVEL ESCOLAR: Até a 7ª. série.

“Estudar? Faz tempo que eu parei. Nem sei, né, não dá para dizer... um dia eu queria, um dia eu vou terminar. Estudo é tudo, né?”

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: Não sabe

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: Não sabe

“Antes... a pessoa estudava até a 8ª. aprendia bem. Meu pai estudou bem pouquinho, não estudou bastante. E o bicho fazia conta.”

PROFISSÃO DO PAI: Pedreiro

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Já trabalha como pedreiro, faz 5 anos.

“Alguma coisa a gente sabe fazer... mas bem.... não é aquilo, né. Se é preciso umas [inaudível] mais difícil assim, daí a gente tem que pedir para alguém”

Já trabalhou como empregado de metalúrgica.

“Um tempo trabalhei para o meu pai. Meu pai aposentou, né. Mas faz bico, agora estou fazendo uma casa aí, em casa ali mesmo.”

Aprendeu com o pai.

“É o que eu faço. Estes tempos eu peguei uma casa para fazer, e fizemos. Os tempo que não aparece bico para o meu pai nós dois vamos fazer. Ele [o pai] aposentou, tudo, mas hoje em dia só a aposentadoria não dá.”

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

“Para o servente o ruim... o peso, é o serviço pesado. O que tem de bom? Agora você me pegou... dar palpite... não sei...se meter no serviço do pedreiro. O ruim do pedreiro é que manda demais na gente. O bom é que sabe fazer as coisas, né. E a gente aprende com eles, né. [o mestre-de-obras] de bom que ele entende da área, ele que entende. E de ruim... ai eu não sei.”

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? Com o Alcione [instrutor]

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? “Para aprender mais essas coisas difícil, fica mais por dentro, né.”

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Não.

O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL? ...

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?  
“Tem que usar, né. Acho que sim. Metro, trena, isso você tem que... Se for comprar um metro de cerâmica aí tem que... [calcular].”

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL? Não conhece.

RENDA MENSAL: R\$ 600,00

PRINCIPAL RENDA? NÃO (a esposa que é)

SINDICALIZADO: NÃO

NOME: N.A.N.

DATA NASC: 26/07/1938

LOCAL: BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES

SEXO: M ETNIA RACIAL: NEGRO

ESTADO CIVIL: CASADO FILHOS: 3 FILHOS (TODOS CASADOS)

NÍVEL ESCOLAR: Até o 2º. ano do Mobral. Pretende continuar.

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: “Sabia mais... escrevia carta, tudo.”

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: “Não sabia nem assinar o nome.”

PROFISSÃO DO PAI: Lavoura e construía casas.

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Sim. Servente, Pedreiro e Marceneiro. Faz mais de 20 anos.

“Eu aprendi com um profissional bom, e eu tinha vontade de aprender então eu aprendi. E é assim que eu falo com o povo: que a gente tem que ter vontade de aprender as coisa. Não adianta as pessoa querer ensinar, ensinar e a gente não ter vontade de aprender.”

“Já tem uns 36 anos que eu ter aprendido a vaga de marceneiro. Aprendi numa oficina. Eu trabalhei 28 dias sem saber o quanto eu ia ganhar na oficinazinha. O marceneiro dizia ‘eu vou te pagar, mas de acordo com o serviço que você aprender eu vou te pagar’. Então eu trabalhei 28 dia sem sabe quanto ele ia me pagar por dia. E ele, quando venceu os 28 dia, aí ele garrou, pegou, entregou o serviço, e garrou, e eu tinha que... eu tocava lavoura, então eu tinha que acoar o café, aí num podia mais trabalhar, aí ele pegou, falou: ‘Ó seu Nilo, agora vamos fazer isso, quanto você vai me cobrar por dia?’ Eu falei: ‘O preço é o senhor que vai marcar o preço aí. O que o senhor vê que eu mereci, o senhor paga.’ Naquele época ele me fez um preço, mas um preço bom, três ‘merréis’ por dia. Ele me dava dispensa. E aí falei ‘Mas isso tudo o senhor vai me pagar, isso tudo, esses 28 dias.’ ‘É eu vou pagar três ‘merréis’ para você por que você toda vida interessou no serviço e você aprendeu trabalhar comigo’. Ele saía, ele ia vê serviço, quando chegava tinha quatro, cinco sentado no banco e eu estava lá trabalhando. Então, eu aprendi com ele e depois continuei tocando serviço na minha profissão. Graças a Deus, até hoje.”

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRA?

“Serviço nenhum pra mim é ruim. Eu nunca topei serviço ruim pra mim. Sempre o profissional, quem faz força de ser profissional, ele ganha mais. Eu toda vida trabalhei pra aprende sê profissional pra ganhar mais. Por que sempre, nessa época que eu to dizendo, e eu construía a casa para os outros sempre e o sujeito me pagava o valor de dois dia a mais que o dia de um servente. Então eu trabalhava na lavoura... quem

trabalha dirrçando<sup>16</sup> café, juntando café na lavoura ganhava um preço, e quem carregava, abanava o café ganhava um dia a mais. Então toda vida eu trabalhei prá aprende abanar café e carregar... então a carriola de um saco e meio de café... café maduro... lá em Minas Gerais... então eu trabalhava as vez a semana inteira carregando café para os outros. Então eu casei e depois eu resolvi aprender trabalhar de marceneiro, e eu já fazia casa com meu pai... também fazia casa. Então eu serrava madeira, com serrotão, serrava tábua essas coisas, madeira, ripa, viga tudo na... e eu sei preparar serra e sei serrar. Um pinheiro igual esses que tem aí no Parque da Fonte aí... [inaudível] lá mais grossa que aquela ali, eu derrubava ela e fazia tudo em madeira...aí a turma queria um tanto de tábua, um tanto de viga, um tanto de caibro, um tanto de... e eu fazia de tudo, eu sei preparar a serra e tudo, sei preparar a serra e sei ensinar o outro....”

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? “A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES me avisou que o SENAC ia dar um curso aí...”

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO?

“Eu pessoalmente eu trabalho construir, mas eu nunca tive uma oportunidade de fazer um curso pra aprender, nunca. Então se... eu sempre falo com os outros companheiro, se eu tivesse essa oportunidade tinha ganhado mais dinheiro do que eu não ganhei. Graças a Deus na construção eu aprendi bastante com quem sabe, e eu mexo com construção tudo que é... essa obra aqui da associação quem construiu fui eu, peguei no chão e fiz tudo conforme, tem contrato tem tudo aí. Então eu fiz pra PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, peguei da associação, entre na concorrência, ganhei a concorrência e construí... então eu... parte elétrica, parte de encanamento...tudo essa parte eu faço.... Eu, graças à Deus, toda vida eu trabalhei muito e nunca eu larguei um serviço que eu pegasse e largasse no meio do caminho sem terminar o serviço. Isso é uma coisa que eu tenho preferência aí. Eu trabalhei pra Malvides muitos anos de encarregado de obra, assim... eu trabalhava de encarregado mas ganhando o preço de pedreiro ali... e é assim... nunca tive registrado na minha carteira como encarregado. Fui encarregado na Vilas Oficina, lá em Paranaguá, tudo pela firma... então é onde, graças à Deus, nunca precisou dos engenheiros chegar e mandar... tocar serviço... graças à Deus... E nunca briguei com engenheiro... e o engenheiro chega, coisa e tal, tudo bem eu quero aprender.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? “Nunca tive curso nenhum. Nem parte da carpintaria, nem parte de pedreiro, aprendi com profissional.”

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?

“Isso aí... tudo, graças à Deus, nessa base aí metragem eu conheço tudo...”

---

<sup>16</sup> Derrigar: colher café.

Sobre ler? “Pouco... Lê eu lê... sou [i]letrado, mas que eu entendo da medição, entendo das letra, por que eu já trabalhei com vários engenheiro, com vários projeto. E se um engenheiro não for bom mesmo no projeto, e ele me desculpa mas eu falo pra ele que tem que fazer do jeito... por que eu já trabalhei com engenheiro da Malvir, era um japonês, um engenheiro muito bom, então eu trabalhei na Rede lá em Paranaguá, e então ele mandou eu fazer uma repartição, um paredão de três metro e meio de altura assim, pra repartir no meio, e ele fez um projetozinho lá e mandou eu fazer a viga... ‘o senhor tem que fazer uma viguinha assim... assim... assim...’, tudo bem, peguei e fiz a viga lá, furei os buraco, coisa e tal, aí o engenheiro apareceu lá, o japonês. Chegou, olhou, olhou, ‘Sr. Nilo, precisa disso tudo aí?’ Eu falei ‘Doutor, precisa sim.’ ‘Não, seu Nilo, precisa só fazer assim, coisa e tal, por quê já tem um piso pronto’ Eu falei ‘Ó doutor, todo serviço que eu tenho que fazer na minha vida nunca ninguém mandou eu desmanchar o serviço por quê estava mal feito. E esse aqui eu garanto pro senhor que vai ficar bom.’ ‘Ah, então tá bom, pode fazer sim, tá bom, tá bom’. Então eles tomaram confiança comigo. Por que, graças a Deus, depois eu tinha cento e poucos metros de forro, pra forrar tudo, peguei, fiz tudo, o forro mais os companheiro...”

SINDICALIZADO: Não

“a parte de soma... essas coisinhas aí... eu aprendi bastante, eu estudei um ano, ano retrasado estava no ‘mobral’ ainda. Então, esse negócio de conta tinha sobrinha, eu trouxe ela lá de Minas Gerais pra minha casa aí, ela tinha 4 anos de escola e entrou pra fazer a quinta série, a menina perdia nas conta eu fazia pra ela... perdia comigo, eu falei ‘mas que negócio é esse?’... ela garrava, pegava e fazia a conta errada, eu falei ‘mas você não passa’, ela ficou dois anos estudando ali pra passar na quinta série.”

“agora eu, graças a Deus, essa parte de projeto e coisa, sobrado, dá pra eu fazer eu pego e faço. Mas então eu interessei aprender aqui mais pra pegar o diploma, por que eu estou com a idéia assim, se Deus quiser, eu estou com a idéia de construir casa na praia pra vender. Aí eu contrato uma mulher que foi minha professora aqui no Jardim Independência no ‘Mobral’, ela tem a filha dela que é engenheira, então eu contrato uma engenheira, uma mulher que faz um precinho camarada pra gente, pra ir uma vez por mês lá. E eu com minha documentação que eu tendo o diploma aí, **se a fiscalização chega pra encher a paciência lá eu digo, está aqui ó, eu sou o responsável pela obra, tem engenheiro, tem tudo, mas eu entendo, eu aprendi trabalhar**, aí pronto acabou, é isso que eu resolvi falei ‘Quer sabe de uma coisa? O falecido meu pai dizia o que a gente aprende nunca ocupa lugar.’ E eu aprendi isso aí, graças a Deus, meu pai sempre batia muito em nós, no interior dos mato, no meio de quatro, cinco irmãos, se ele mandasse um fazer uma coisa, tinha que aquele fazer, não tinha nada que chamar o outro pra ir fazer, senão apanhava.”

NOME: **D.S.B.**

DATA NASC: 13/12/1975

LOCAL: - SEXO: F

SE CONSIDERA:BRANCA

ESTADO CIVIL: CASADA FILHOS: 1 filho, 13 anos

NÍVEL ESCOLAR: Ensino Médio completo, pretende continuar estudando, mas entende as dificuldades existentes para isto. Citou a possibilidade de usar o crédito educativo da CEF.

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: -

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: Até a 1<sup>a</sup>. série

PROFISSÃO DA MÃE: Catadora de papel, já chegou a trabalhar uma única vez 'registrada' mas por pouco tempo.

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Trabalha em loja de construção. Já assentou cerâmica, uma vez, em duas peças.

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

“De ruim...a maioria deles bebem.”

“De bom...é um serviço que sempre tem.”

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? Marido

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? Tomar mais conhecimento sobre os materiais, para poder atender melhor na loja,

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Costura, Auxiliar de cozinha e calceira (fazer calças), o último feito no SENAI

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA? -

O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

Aquele que faz um trabalho bem feito.

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

RENDA MENSAL: R\$ 478,00

SINDICALIZADO: Não



NOME: C.R.S.

DATA NASC: 26/01/1959

LOCAL: DELMIRO GOUVEIA - AL

SEXO: M

SE CONSIDERA: BRANCO

ESTADO CIVIL: CASADO

FILHOS: 4

NÍVEL ESCOLAR: -

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: Até a 4<sup>a</sup>. série

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: Até a 4<sup>a</sup>. série

PROFISSÃO DO PAI: Operador de máquina em fábrica de tecelagem MÃE: do lar

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Já, como ajudante, faz 20 anos (+ ou -)

COMO APRENDEU A PROFISSÃO?

“Eu comecei a trabalhar, precisando, depois... hoje... eu trabalho com...assim, meu ramo hoje é eletricitista.”

“Eu aprendi [a profissão de eletricitista] por que eu trabalhei justamente de ajudante... aí aquilo me veio, me despertou, né? Me despertou aquilo lá. E aí eu cheguei e fiz o curso de técnico, né? Fiz um curso de técnico em eletrônica. Aí eu juntei um pouco da prática, eu trabalhei na época um ano e seis mês. Aí com isso aí me despertou... me desprendeu mais pra...”

“Aí eu aproveitei a prática que eu tinha, eu sempre trabalhava de ajudante... trabalhei de ajudante de pedreiro, aí depois a oportunidade tive como ajudante de eletricitista, aquilo me despertou a idéia. Ai eu disse ‘Vou fazer um curso pra mim ver aquilo que eu fazia, né? Pra ver... que a gente... eu lidava as coisas mas não tinha noção de nada. Aí depois que eu comecei o curso começou me abrir mais o entendimento, daquilo que eu estava fazendo. Aí eu comecei, desde 91 pra cá, eu trabalho sempre de eletricitista. E sempre fazendo as coisas de pedreiro... é uma coisa que eu gosto sabe, não sei por que. Antes de aparecer isto aqui eu sempre falava com a minha esposa: ‘eu ainda vou fazer um curso de pedreiro’.

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

Pedreiro: de bom considera o salário, pois viu anúncios no terminal de ônibus oferecendo mais de R\$ 600,00

Servente: “a pessoa se interessar, é uma oportunidade da pessoa ter trabalho, crescer naquilo que ele tá... é uma questão de interesse da pessoa”

“Eu sempre gostei, eu tenho prazer naquilo que eu faço, e como eu trabalhava de ajudante... até pessoas conhecida minha, falavam assim ‘pensava que você não trabalhava assim, eu via você de uma forma’. E na hora do pegar, não, eu pegava, mandava ver, pessoal ficava assim...”

#### COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? “Eu já tinha vontade, né... de aprender... eu sempre falava para minha esposa aqui, um dia ainda vou fazer um curso de pedreiro. Eu tenho vontade de um dia tentar fazer minha casinha. Botar a mão na massa.”

Neste momento mostra que os azulejos na parede da cozinha da associação, onde a entrevista está sendo realizada, foram colocados por ele, apesar de nunca ter antes feito este tipo de serviço.

“Eu sempre gostei de observar os pedreiros fazendo as coisas. Assentar batente de porta, esquadrear. Tudo isso aí eu observava. Anivelar piso... ali na Audi mesmo eu trabalhei na montagem, da fábrica. E, como eu trabalho de eletricista, chumbava estes caixilhos, o mestre-de-obras, ele me dizia a porta mede a altura...mede a distância da parede e tal, 7cm e trinta do piso e tal, que era para dar certinho uma cerâmica geralmente, a caixinha tinha que dar duas cerâmicas no meio. Então eu sempre acompanhava. Eu via tudo isso aí. Eu comecei a aprender a nivelar piso, a usar mangueira de nível, né. Então eu sempre gostei de aprender, não sei por que eu... a parte de pedreiro, sempre jóia.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Em 1988 fez o curso de técnico em eletrônica por correspondência do Instituto Nacional de Ciências.

#### QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?

##### O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

O bom pedreiro... é zelar pela limpeza do ambiente... fazer seu servicinho, se terminou... além dele usar o profissionalismo, fazer seu trabalho, depois a pessoa limpar o seu lugar de trabalho. Isso é um bom profissional.

##### O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

RENDA MENSAL: R\$ 800,00

SINDICALIZADO: Sim... [Sintracon]

NOME: **G.H.O.**

DATA NASC: 22/04/1971

LOCAL: - SEXO: M

SE CONSIDERA: NEGRO

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO FILHOS: NÃO TEM

NÍVEL ESCOLAR: 2<sup>o</sup>. GRAU COMPLETO, PRETENDE FAZER FACULDADE DE INFORMÁTICA

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: NÃO SABE

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: NÃO SABE

PROFISSÃO DO PAI: LAVRADOR MÃE: DONA DE CASA

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Algumas vezes, como servente, há um ano atrás

COMO APRENDEU A PROFISSÃO? Puxar linha, misturar massa

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

De ruim, é muito puxado. É que naquela época antiga... hoje tem a tal da betoneira, né. De bom, quem aproveitar, investir bem, ganha um bom dinheiro trabalhar com... dá uma boa grana.

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? É de graça, você pagar um curso desses 'Deus o livre' e outra eu estou sempre procurando aprender mais.... e aprender também, então é um trabalho muito bom construir, é uma arte, né. Eu já sou marceneiro... Não cheguei a fazer curso, mas trabalhei 13 anos em marcenaria. Eu cheguei a fazer o curso de.... [inaudível] móveis e secagem de madeira. No SENAI em Rondônia em 1999.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE?

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?

Tem gente que é gabaritado, mesmo que não tenha o 2<sup>o</sup>. grau, mas entende um pouco da matemática, do cálculo. Igual, por exemplo, o cara falava em porcentagem, 5%, mas tipo, na teoria era pouquíssimo. Esse que eu trabalhei, o que era responsável lá era gabaritado em construção mas não era formado.

O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

O bom profissional hoje se pede que o cara saiba o que está fazendo. E tenha muito conhecimento do que está fazendo. Que cuida dos companheiro. Tenha muito cuidado com o meio ambiente, hoje é muito importante, hoje o pessoal pede muito isto. Acho que é isto.

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

RENDA MENSAL: R\$ 600,00 Não é a principal fonte de renda da casa.

SINDICALIZADO: Sim, no Sindicato dos Metalúrgicos

O papel do sindicato era ficar do nosso lado, mas aqui em São José, é impressionante, não atual... não batalham de jeito nenhum. Que dizer, podem até batalhar, mas naquela regularidade, né... deixam muito a desejar.

NOME: **J.D.N.**

DATA NASC: 06/01/1972

LOCAL: - SEXO: M SE CONSIDERA: BRANCO

ESTADO CIVIL: CASADO (AJUNTADO) FILHOS: 1 aqui e mais 3 no Piauí

NÍVEL ESCOLAR: 4<sup>a</sup>. série

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: até a 3<sup>a</sup>. + ou -

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: igual

PROFISSÃO DO PAI: Pedreiro

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? [Trabalhei com meu pai] alguma coisa, mas nem tanto, pois meu pai trabalhava para fora. Trabalhei um pouco em São Paulo e aqui também trabalhei uns dois anos. Trabalhava de ajudante.

COMO APRENDEU A PROFISSÃO? Os caras faziam, aí eu ia nas horas vagas, pegava a colher e fazia alguma coisinha. Aprendi fazendo.

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRA?

O trabalho de servente, de ruim, é o que se ferra mais no serviço, né. Fazer massa, carregar tijolo. O que tem de bom é que a gente não tem aquela responsabilidade como o profissional tem, né. Trabalha mais a vontade. O pedreiro, em primeiro lugar, ganha mais. É uma coisa que você aprende, facilita mais para gente quando quer fazer. Não precisa pagar outras pessoas para fazer... O ruim mesmo... acho que... só sujeira mesmo.

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? Minha esposa que me falou. Ela sempre vem aqui, conhece a PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? Por que eu quero aprender mesmo, entender, fazer orçamento, medição... estas coisas, entender do projeto, para a gente poder trabalhar por conta, né. Isso influi muito.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Não, este é o primeiro.

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?

Não. Não precisava, por que o cara era gato. Sabe? Ele pegava uma casinha para fazer. E aí, como eu tava parado. Era aquela coisa, nem chance para a gente ele dava. As vezes eu pegava para fazer ele me tirava.

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

Eu não conheço por aqui, eu não trabalhei em nenhuma da construção civil. A única que eu trabalhei foi a... fazia os barracões aqui.

RENDA MENSAL: R\$ 600,00 Principal fonte de renda da casa.

SINDICALIZADO: Não

NOME: **R.R.**

DATA NASC: 07/06/57

LOCAL: - SEXO: M

SE CONSIDERA: BRANCO

ESTADO CIVIL: CASADO FILHOS: 2 FILHOS (CASAL)

NÍVEL ESCOLAR: 8<sup>a</sup>. série, não pretende continuar

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: até a 4<sup>a</sup>. série

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: também

PROFISSÃO DO PAI: CARPINTARIA Mãe: Do lar

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? 3 meses. Trabalhei de auxiliar de encanador, servente. Uns 20 anos atrás.

COMO APRENDEU A PROFISSÃO?

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

O bom é a vontade, se o cara tiver vontade ele faz rápido. Se não tiver fica empacado.

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? Um colega aqui que mora no fundo e vai comigo no ônibus.

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? Por que a gente quer aprender. Amanhã ou depois você construir. De repente, você tá trabalhando, né... eu posso, para me aposentar faltam dois anos, na parte de motorista, eu posso fazer outro serviço.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Só no SENAT, motorista. Eu fiz um seis, sete anos atrás, eu fiz um com 12 horas de aula. E outro eu fiz com uma semana... depois fiz um provão.

RENDA MENSAL: R\$ 890,00 Principal fonte de renda da casa.

SINDICALIZADO: Sim... Sindimoc.

[Sobre o sindicato] Em partes tem, em partes não [uma atuação boa]. Pra nós ele não faz grande coisa. O que eles fazem, você faz o curso, se associa, para entrar na empresa você é obrigado a fazer uma escolinha, daí é Sindicato, a URBS, faz, tipo, uma entrevista com você.



NOME: L.P.

DATA NASC: 26/05/1950

LOCAL: -

SEXO: M

SE CONSIDERA: BRANCO

ESTADO CIVIL: CASADO

FILHOS: 4

NÍVEL ESCOLAR: Até a 4ª. série

NÍVEL ESCOLAR DO PAI: Não sabe

NÍVEL ESCOLAR DA MÃE: Não sabe

PROFISSÃO DO PAI: Lavrador, Mãe: Lavradora

JÁ TRABALHOU NA CONSTRUÇÃO CIVIL? Trabalha desde 1985. Autônomo, como servente e pedreiro.

COMO APRENDEU A PROFISSÃO? Com esforço, olhando. Um amigo ensinou lá em Guaira.

O QUE ACHA DO TRABALHO DO SERVENTE, DO PEDREIRO E DO MESTRE-DE-OBRAS?

De ruim: o cansaço.

De bom: tudo de bom.

COMO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO? Aviso da Igreja Monte Claro

QUAL MOTIVO O LEVOU A FAZER O CURSO? Para aprender mais sobre a construção.

JÁ FEZ OUTRO CURSO PROFISSIONALIZANTE? Não

QUE USO FAZ DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEU NA ESCOLA?

Bastante, faz falta para cálculos, orçamentos...

O QUE SERIA UM BOM PROFISSIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL?

Caprichoso

O QUE SERIA UMA BOA EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL? Não sabe.

RENDA MENSAL: R\$ 900,00

SINDICALIZADO: Não

**ANEXO 3:**

**LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

## LDB –Educação Profissional

### Apresentação da lei

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

*Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

**Art. 36.** O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

(...)

§ 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

(...)

§ 4º. A **preparação geral para o trabalho** e, facultativamente, a **habilitação profissional**, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

(...)

### CAPÍTULO III

#### Da Educação Profissional

**Art. 39.** A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a **vida produtiva**.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a **possibilidade de acesso** à educação profissional.

**Art. 40.** A educação profissional será **desenvolvida** em articulação **com o ensino regular ou por diferentes estratégias** de educação continuada, em instituições especializadas ou no **ambiente** de trabalho.

**Art. 41.** O **conhecimento adquirido** na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser **objeto de avaliação, reconhecimento e certificação** para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. Os **diplomas** de cursos de educação profissional de **nível médio**, quando registrados, terão validade nacional.

**Art. 42.** As **escolas técnicas e profissionais**, além dos seus cursos regulares, oferecerão  **cursos especiais, abertos à comunidade**, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

**DECRETO N.º 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997**  
(Publicado no Diário Oficial de 18 de abril de 1997/Seção 1)

Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

DECRETA:

**Art. 1º** A educação profissional tem por **objetivos**:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

**Art.2º** A educação profissional será desenvolvida em **articulação como o ensino regular** ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, **podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho.**

**Art. 3º** A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I - **básico**: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;

II - **técnico**: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III - **tecnológico**: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

**Art. 4º** A educação profissional de **nível básico é modalidade de educação não-formal** e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular.

**§1º** **As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.**

**§2º** **Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional.**

**Art. 5º** A educação profissional de nível técnico terá **organização curricular** própria e **independente do ensino médio**, podendo ser oferecida de forma **concomitante ou seqüencial** a este.

Parágrafo único: As disciplinas de caráter profissionalizantes, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de **25% do total da carga horária** mínima deste nível de ensino, **poderão ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional**, que eventualmente venha a ser cursada, independente de exame específicos.

**Art. 6º** A formulação dos **currículos** plenos dos cursos do **ensino técnico** obedecerá ao seguinte:

I - o **Ministério** da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá **diretrizes curriculares nacionais** constantes de carga horária mínima do curso, **conteúdos** mínimos, **habilidades e competências** básicas, por área profissional.

II - os **órgãos normativos** do respectivo sistema de ensino **complementarão** as diretrizes definidas no âmbito nacional e **estabelecerão seus currículos básicos**, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional;

III - o currículo básico, referido no inciso anterior, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um **percentual mínimo de trinta** para que os **estabelecimentos de ensino**, independente de autorização prévia, elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular;

§1º Poderão ser implementados **currículos experimentais**, não contemplados nas diretrizes curriculares nacionais, desde que previamente aprovados pelo sistema de ensino competente.

§2º Após avaliação da experiência e aprovação dos resultados pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, os cursos poderão ser regulamentados e seus **diplomas** passarão a ter **validade nacional**.

**Art. 7º** Para a elaboração das **diretrizes curriculares para o ensino técnico**, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único. Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o caput, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores.

**Art. 8º** Os **currículos** do ensino técnico serão estruturados em **disciplinas**, que poderão ser agrupadas sob a forma de **módulos**.

§1º No caso de o currículo estar organizado em **módulos**, estes poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a **certificado de qualificação profissional**.

§2º Poderá haver **aproveitamento** de estudos de **disciplinas ou módulos** cursados em uma habilitação específica para obtenção de habilitação diversa.

§3º Nos currículos organizados em **módulos**, para obtenção de habilitação, estes poderão ser cursados em **diferentes instituições** credenciadas pelos sistemas federal e estaduais, desde que o prazo entre a conclusão do primeiro e do último módulo não exceda **cinco anos**.

§4º O estabelecimento de ensino que conferiu o último certificado de qualificação profissional expedirá o **diploma de técnico de nível médio**, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, desde que o interessado apresente o certificado de conclusão do ensino médio.

**Art. 9º** As disciplinas do currículo do ensino técnico serão ministradas por **professores**, instrutores e monitores selecionados, principalmente, em função de sua **experiência profissional**, que deverão ser **preparados para o magistério**, previamente ou em serviço, através de  **cursos regulares de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica**.

Parágrafo único. Os programas especiais de formação pedagógica a que se refere o caput serão disciplinados em ato do Ministério de Estado da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

**Art. 10º** Os cursos de nível superior, correspondentes à educação profissional de nível tecnológico, deverão ser estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, e conferirão diploma de **Tecnólogo**.

**Art. 11º** Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, através de **exames, certificado de competência**, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico.

Parágrafo único. O conjunto de **certificados de competência** equivalente a todas as disciplinas em módulos que integram uma habilitação profissional **dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio**.

Art. 12º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 1997; 176ª da Independência e 109ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
Paulo Renato Souza

**PORTARIA N.º 646, de 14 de maio de 1997****Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei n.º 2.208/97 e dá outras providências**

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos Art. 39 a 42 e 88 da Lei n.º 9.394 de 24 de dezembro de 1996, bem como o Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997,

Art. 1º. A implantação do disposto nos Art. 39 a 42 da Lei n.º 9.394/96 e no Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997, far-se-á, na rede federal de educação tecnológica, no prazo de até quatro anos.

§ 1º. **As instituições federais de educação tecnológica - Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas das Universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica** - para dar cumprimento ao disposto do *caput* deste artigo, elaborarão um Plano de Implantação, levando em consideração suas condições materiais, financeiras e de recursos humanos.

§ 2º. Será constituído um Grupo de Trabalho, composto por representantes dos conselhos das Escolas Técnicas Federais - CONDITEC, das Escolas Agrotécnicas Federais - CONDAF, das Escolas Técnicas das Universidades Federais - CONDETUF e dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CONCEFET e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, com o objetivo de apoiar, acompanhar e avaliar a implantação da reforma da educação profissional.

§ 3º. O Grupo de Trabalho, baseado na avaliação do processo de implantação da reforma, indicará a necessidade de prorrogar o prazo inicial previsto no Plano de cada escola, que não poderá se superior a 01 (um) ano.

**Art. 2º** O Plano de Implantação deverá prever o incremento da matrícula na educação profissional, mediante a oferta de:

- I-  **cursos de nível técnicos, desenvolvidos concomitantemente com o ensino médio, para alunos oriundos de escolas dos sistemas de ensino;**
- II- cursos de nível técnico destinados a egressos de nível médio, por via regular ou supletiva;
- III- cursos de especialização e aperfeiçoamento para egressos de cursos de nível técnico;
- IV-  **cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, com qualquer nível de escolarização.**

Art. 3º. As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizada a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº9.394/96.

Art. 4º. O plano de implantação a que se refere o Art. 1º deverá prever um incremento de vagas em relação às vagas oferecidas em 1997 no ensino regular de, no mínimo, 50% no período de até 05 anos.

§ 1º. O ingresso de novos alunos, a partir do ano letivo de 1998, dar-se-á de acordo com o disposto no Decreto n.º 2.208/97 e nesta Portaria.

§ 2º. No cálculo do incremento das vagas previsto no *caput* deste artigo, considerar-se-á apenas a matrícula no ensino médio e nos cursos mencionados nos incisos I e II deste artigo.

Art. 5º. Fica assegurado aos alunos das instituições federais de educação tecnológica, que iniciaram seus cursos técnicos no regime da Lei n.º 5.692/71 e dos Pareceres que a regulamentam, inclusive os que ingressaram no anos de 1997, o direito de os concluírem pelo regime vigente no seu ingresso ou de optarem pelo regime estabelecido pela Lei n.º 9.394 e Decreto n.º 2.208/97.

Art. 6º. As instituições federais de educação tecnológica que ministram cursos do setor agropecuário poderão organizá-los de forma a atender às peculiaridades de sua localização e metodologias aplicadas a esse ensino.

Art. 7º. A oferta de cursos de nível técnico e de qualificação, requalificação e reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral será feita de acordo com as demandas identificadas junto aos setores produtivos, sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, bem como junto a órgãos de desenvolvimento econômico e social dos governos estaduais e municipais, dentre outros.

Art. 8º. As instituições federais de educação tecnológica, quando autorizadas, implementarão programas especiais de formação pedagógica para docentes das disciplinas do currículo de educação profissional.

Art. 9º. As instituições federais de educação tecnológica implantarão, em articulação como a SEMTEC e com os órgãos de desenvolvimento econômico e social dos Estados e Municípios, mecanismo permanentes de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, objetivando:

- I - identificação de novos perfis de profissionais demandados pelos setores produtivos;
- II - adequação da oferta de cursos às demandas dos setores produtivos

Parágrafo Único. Os mecanismos permanentes deverão incluir sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais.

Art. 10º. As instituições federais de educação tecnológica serão credenciadas, mediante propostas específicas para certificarem competências na área da educação profissional.

Art. 11º. As instituições federais de educação tecnológica deverão se constituir em centros de referência, inclusive com papel relevante na expansão da educação profissional conforme previsto no Art. n.º 44 da Medida Provisória n.º 1.549-29, de 15 de abril de 1997.

Art. 12º. São mantidos os dispositivos do Parecer n.º 45/72, do extinto Conselho Federal de Educação, bem como os demais pareceres que, baseados em sua doutrina, criaram habilitações profissionais de nível técnico até a definição, pelo Ministério da Educação e do Desporto, de novas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 13º. São mantidas as normas referentes ao estágio supervisionado até que seja regulamentado o Art. 82 da Lei n.º 9.394/96.

Art. 14º. As instituições de educação tecnológica deverão adaptar seus regimentos internos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, ao disposto na Lei n.º 9.394/96, no Decreto n.º 2.208/97 e nesta Portaria.

Art. 15º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004**

**Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no us o da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
- II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1o, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1o Para fins do disposto no **caput** considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

§ 2o Os cursos mencionados no **caput** articular-se-ão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho.

Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no §2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
  - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
  - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
  - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2o Na hipótese prevista no inciso I do § 1o, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei no 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o

cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Art. 5o Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pósgraduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6o Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

§ 1o Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.

§ 2o As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão.

Art. 7o Os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Art. 8o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9o Revoga-se o Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997.

Brasília, 23 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Fernando Haddad*

## **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”

(ECA, BRASIL, 1990)

## **CLT**

### **“SEÇÃO XIII - Das Atividades Insalubres ou Perigosas**

Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Art. 190. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes.”  
(CLT, BRASIL, 2004)

“Art. 1º Fica proibido o trabalho do menor de 18 (dezoito) anos nas atividades constantes do Anexo I.  
(...)

Anexo I

(...)

3. trabalhos na construção civil ou pesada.”

Portaria n.º 20, de 13 de setembro de 2001.

**ANEXO 4:**

**DEMAIS ANEXOS**

## 10/11/2004 Programa qualifica jovens para construção civil

A Votorantim Cimentos está liderando um dos mais arrojados projetos de inclusão social promovidos pela iniciativa privada, o programa "O Futuro em Nossas Mãos". O objetivo da primeira fase do programa, que vai até o final de 2005, é capacitar para a construção civil um universo de seis mil jovens. Cada entidade apoiadora terá sua responsabilidade baseada em suas competências, garantindo o sucesso do projeto. Além da formação profissionalizante, o programa prevê a entrega, ao final do curso, de um kit de ferramentas (óculos de segurança, luvas de PVC, prumo, nível de bolha, esquadro de alumínio, colher para pedreiro, desempenadeira e trena) para facilitar a entrada desses jovens profissionais no mercado.

No Paraná, o projeto está sendo implantado junto com as seguintes entidades: Sinduscon-PR – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Paraná; Fecomac-PR – Federação das Associações dos Comerciantes de Materiais de Construção do Estado do Paraná; Senai-PR – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / Fiep - Federação das Indústrias do Estado do Paraná; e Rotary Internacional. Para tanto, foi firmado um "Termo de Cooperação" que prevê o treinamento de 800 jovens, divididos em 53 turmas, que terão como tarefa-aula a edificação de uma obra social de interesse da comunidade, resultado de seu aprendizado e formação como profissional da construção civil.

A coordenação geral do projeto é da Votorantim Cimentos, que em parceria com o Instituto Votorantim está investindo R\$ 2 milhões nesta iniciativa. Para o sucesso do projeto, foram convidados parceiros estrategicamente escolhidos, somando a qualidade de treinamento do Senai/Fiep; o potencial de aproveitamento da força de trabalho na construção civil do Sinduscon-PR; o elo da cadeia responsável pelos materiais de construção que o profissional necessitará após a sua formação da Fecomac; e o profundo entendimento da necessidade social do Rotary Internacional, ao investimento e responsabilidade social da Votorantim.

"Ao criar o Instituto, a Votorantim elegeu a juventude como foco de sua atuação, concentrando esforços na identificação, avaliação e desenvolvimento de projetos capazes de promover a inserção social dos jovens, em especial a partir de iniciativas que possibilitem a melhor capacitação para o mercado de trabalho, a geração de oportunidades e o desenvolvimento integral", explica Antonio Ermírio de Moraes Filho, vice-Presidente do Conselho do Instituto Votorantim. "O foco do projeto 'O Futuro em Nossas Mãos', não é somente a capacitação, mas principalmente a geração de trabalho e renda pelos alunos formados, que contribuirá para a inserção social de suas famílias", acrescenta.

"Esta importante iniciativa gerará desenvolvimento de profissionais para a construção civil e estará valorizada pela grande aliança formada entre os parceiros, propiciando empregabilidade e promovendo a cidadania", lembra Marcelo Lass, diretor comercial para a Região Sul da Votorantim Cimentos.

<http://www.sinduscon-pr.com.br/> Acesso em 28 dez 2004